

Elias Jabbour

China:

Desenvolvimento e Socialismo de Mercado

Cadernos Geográficos
Nº 38 –LABEUR / GCN / CFH / UFSC / IIR

Florianópolis, 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Ubaldo César Balthazar
Vice-reitora: Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Miriam Furtado Hartung
Vice-Diretor: Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe: Michele Monguilhott
Sub-Chefe: Everton da Silva

GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Maria Helena Lenzi
Sub-Coordenador: Orlando Ednei Ferretti

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Clécio Azevedo da Silva
Sub-Coordenador: Aloysio Marthins de Araujo Junior

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cadernos Geográficos

LABEUR / GCN / CFH / UFSC / IIR

Cadernos Geográficos é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR).

Patronos:

- André Cholley (1886-1968)
- Ignacio Rangel (1914-1994)

Comissão Editorial:

- Armen Mamigonian (USP/UFSC)
- Carlos José Espíndola (UFSC)
- Fábio Napoleão (UDESC)
- Isa de Oliveira Rocha (UDESC)
- Ivo Raulino (FURB)
- José Messias Bastos (UFSC)
- Maria Graciana Espellet de Deus Vieira (UDESC)
- Maria Lúcia de Paula H. (UFSC)
- Mee, Joung Lee (HUFS/USP)

Conselho Editorial:

- César Augusto Ávila Martins (FURG)
- Elias Khalil Jabour (UERJ)
- Edson de Moraes Machado (UFSC)
- Gerusa Maria Duarte (UFSC)
- Giselli Ventura de Jesus (UDESC)
- João Victor M. Ramos (UFSC)
- Maycon Neykiel Bastos (UFSC)
- Mee, Joung Lee (HUFS/USP)
- Zeno Soares Crocetti (UFAL)
- Raquel Maria F. A. Pereira (UNIVALI)

Edição: José Messias Bastos / Edson de Moraes Machado

Capa: Fernando Soares de Jesus (imagem: autor desconhecido)

Revisão Técnica: Edson de Moraes Machado/ Fernando Soares de Jesus/ João Vitor Sandri Coelho

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Jabbour, Elias Khalil

China: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado / Elias Khalil Jabbour. –
1 ed. -- Florianópolis: LABEUR, GCN, CFH, UFSC, 2020.

ISBN 978-65-00-11271-9

1. China – Condições econômicas . 2. China – Condições sociais 3. China –
Desenvolvimento econômico 4. Socialismo – China I. Título.

20-47668

CDD – 330.961

Índices para catálogo sistemático:

1. China : Economia 330.951

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB – 8/7964

www.cadernosgeograficos.ufsc.br
cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 3721 - 8613 (LABEUR - UFSC)

NOTA EDITORIAL

A Série Cadernos Geográficos de N° 38 traz, com grande satisfação, a obra de Elias Jabbour, que reúne uma série de artigos e intitulada de "CHINA: DESENVOLVIMENTO E SOCIALISMO DE MERCADO". Elias Jabbour é Doutor e Mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP, sendo, atualmente, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ).

A primeira edição de seus artigos no Cadernos Geográficos data de 2006. Mas, dado o esgotamento da edição e a extrema relevância da temática, trazemos novamente ao público essa importante obra.

A obra de Elias Jabbour inclui artigos que tratam com conteúdo de temas como as questões nacionais e camponesas na China, a ascensão chinesa e sua relação com a questão nacional brasileira, os investimentos em infraestruturas e a formação de uma economia continental e uma análise histórica e estratégica das relações entre China e Estados Unidos. Completa a presente obra um artigo que busca, em linhas gerais, responder a questão sobre o modelo socialista de mercado.

Elias Jabbour, desde 1995, sob a orientação de seu mestre Armen Mamigonian (UFSC/USP), estuda a problemática da construção do socialismo em formações sociais periféricas. A especificidade chinesa, neste caso, encontra eco em algumas características: país de dimensões continentais, nação e cultura milenares, país que mais cresce no mundo nos últimos 25 anos, com taxas médias acima dos 9% anuais, viabilizando, assim, o renascimento de uma nação ancorada na sua milenaridade e no projeto nacional que chegou ao poder em 1949, mediada pela maior rebelião social do século passado. Mais, a ascensão chinesa e o adensamento de seu mercado consumidor, tornam-se

condição objetiva para a solução de outras questões nacionais na periferia, tais como temos visto na Venezuela, na Bolívia, em Cuba e em várias partes do continente africano.

Enxergando por esse ângulo mais estratégico, esta série de artigos publicados torna-se de grande valia não somente para a comunidade acadêmica em geral, mas também aos interessados em compreender a dinâmica histórica e de longo prazo do maior fenômeno desenvolvimentista e de inclusão massiva no mercado consumidor da história mundial. Fenômeno esse naturalmente ancorado em objetivos de longo alcance, tendo como centro a construção de uma sociedade socialista desenvolvida, próspera, democrática e soberana.

Comissão Editorial
Florianópolis, outubro de 2020.

SUMÁRIO

I - 1949-2004: revolução, reforma e a centralidade da questão nacional na China (parte 01)	9
II - 1949-2004: revolução, reforma e a centralidade da questão nacional na China (parte 02)	17
III - Sucessos e desafios da construção do socialismo na China.....	25
IV - As relações entre estatal e privado na China de hoje.....	35
V - A China e o Socialismo na Monthly Review: uma resposta	41
VI - A China e seus investimentos em infraestrutura	61
VII - A China e a questão nacional brasileira.....	77
VIII - O modelo soviético, Reforma e Abertura e a questão camponesa na China.....	83
IX - A modernização da China e a guerra comercial com os Estados Unidos	105
X - ANEXO I - O que é socialismo de mercado?	139
BIBLIOGRAFIA.....	147

I

1949-2004: revolução, reforma e a centralidade da questão nacional na China (parte 01)

"Declaro fundada a República Popular da China (...) A China não está mais a venda"

Mao Tsetung a 1º de outubro de 1949.

Por ocasião dos 55 anos de fundação da República Popular da China ocorrida a 1º de outubro de 1949, procuro aqui escrever acerca da questão nacional na China. Este artigo está dividido em duas partes: na primeira será elucidada de forma preliminar a questão nacional como elemento de ampliação tática e bandeira responsável pela ascensão do Partido Comunista ao poder em 1949. A segunda estará reservada aos desdobramentos da questão nacional a partir da revolução, passando pelas décadas de 1950, 60 e 70 e chegando ao problema atual da questão nacional na China, que não foi solucionado inteiramente com a Revolução liderada por Mao Tse-tung em 1949. A questão nacional é o elo político e subjetivo da viragem pós-78 na China.

Desde que Lênin alçou ao grau de ciência a questão da tática política do partido do proletariado, a questão nacional tem sido reafirmada em vários fóruns de organizações nacionalistas e socialistas. Assim, somos de uma certa forma levados a conceber conseqüentemente e cientificamente a tática da

organização revolucionária no período em que o Brasil está envolto em contradições, muitas delas impostas por uma situação internacional em que a luta de classes ainda está vivendo um período de refluxo.

Daí surge à discussão acerca da questão nacional como o centro da tática. Esta discussão está em voga em todos da esquerda leninista mundial. A ideia aqui é expor algumas particularidades desta "velha e nova" questão para o sucesso do Partido Comunista na vitoriosa epopeia que culminou na proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949 e o presente problema na China hoje. E a velha questão nacional estava lá presente e continua até os dias de hoje sendo o centro irradiador de toda a política do Partido Comunista da China.

Uma velha e nova questão

Muitos problemas e contradições de uma dada realidade da periferia do capitalismo tem origem em fatores externos. Pode parecer muito óbvia esta afirmação, mas é a partir dela que podemos compreender a formação social de uma dada realidade e conseqüentemente a atuação política para esta. Começo com esta afirmação para ressaltar que muito do que se refere a erros políticos, "esquerdismos e direitismos" etc, nasce justamente da falta de radicalidade com que se enfrenta este debate da formação social, daí surgirem muitos "marxismos" é apenas um passo (p. ex., marxismo paulista, que sobrepõe o fator interno de nossa formação social ao externo, visões classistas etc.).

Assim o radicalismo como método nos incita a perceber que a questão nacional já era algo presente na Comuna de Paris em 1871; afinal a derrota dos franceses nas guerras napoleônicas, em especial contra a Alemanha, ajudou em muito o externar do descontentamento popular em Paris. Estava

presente no movimento operário do Leste europeu do final do século XIX como resultado do fracasso e conseqüente apostasia na transição feudalismo-capitalismo (refeudalização), tornando a Social-Democracia Operária substituto potencial em muitos casos (Hungria, Bulgária) para uma burguesia inerte e incompetente para levar adiante o projeto de modernização.

Ou a derrota russa na guerra contra o Japão em 1905 não foi o estopim para o ensaio geral de 1905?

Mas foi com Lênin que a questão nacional (autodeterminação dos povos) ganha mais consistência como contribuição à ciência política marxista. Foi o primeiro intelectual, dado o seu altíssimo preparo e compreensão das múltiplas determinações que envolviam o processo revolucionário não somente na Rússia, mas também no mundo, que percebeu dois movimentos simultâneos: 1) o papel cada vez maior do novo capitalismo financeiro que surgia na Europa como o maior "corrompedor" do proletariado europeu e 2) a explosividade das relações entre centro e periferia na economia mundo.

Neste contexto de luta de ideias e atualização do marxismo às circunstâncias de seu tempo, Lênin não somente atualizou a Teoria Moderna da Colonização formulada por Marx na década de 1840, mas também chamou a atenção para a questão nacional como a bandeira de ampliação tática que poderia viabilizar a gradual tomada do poder, primeiro em âmbito nacional e partir daí levar a transição para o centro do sistema — o que não é fácil, mas que na medida em que países como a China obriga o ocidente capitalista a comercializar com ela, tal transição se acelera na mesma rapidez em que economias como a europeia e a norte-americana entrem em ciclos recessivos, o que hipoteticamente e de forma dialética, fará com que seus trabalhadores busquem alternativas de sobrevivência fora dos padrões do Welfare State.

Mas tal transição não é linear e não obedece a regras gerais e sim ao movimento maior de luta de classes que está inerente a apostasias da mesma forma que muitas restaurações dinásticas ocorreram na idade média e a União Soviética se desintegrou no final da década de 80.

Ventos do marxismo na China

A admissão da China à nova divisão social do trabalho colocada ao mundo com o advento do capitalismo deu-se da pior forma possível. Talvez nenhum povo tenha tido tantas sequelas consequentes da dominação estrangeira quanto os chineses entre os anos de 1840 e 1949. A questão de sobrevivência de um dos berços da civilização humana abriu caminho para a introdução de ideias ocidentais a partir do trabalho intenso de intelectuais radicais e nacionalistas lotados em universidades chinesas.

A teoria que antecedeu o marxismo nos círculos de leitura, sobretudo de Xangai foi à obra de Charles Darwin, "a origem das espécies", que apesar de seu conteúdo reacionário, levou muitos chineses a perceberem que a luta política seria o único meio de sobrevivência dentro do esquema do "darwinismo social", ao contrário dos darwinistas sociais norte-americanos que sucumbiram à luta com a carnificina da 1ª Guerra Mundial, ou seja, no caso chinês a absorção de Charles Darwin serviu assim lutar contra a própria lógica do pensamento de Darwin, afinal as tradições de luta e revoltas camponesas na China remontam a queda de várias dinastias por rebeliões no campo.

Este elemento da formação social chinesa não foi assimilado por quase nenhum intelectual ou agente político e explica em parte o porquê de a revolução chinesa ter tido como autor principal a classe camponesa; e é nesse momento da tática (a visão radical de uma formação social) que a questão

nacional se entrelaça com a questão de classe, porém o ponto de convergência de vários estratos sociais é de forma geral pela questão nacional.

A bem da verdade, não foi de forma imediata que a Revolução Russa de 1917 exportou automaticamente o marxismo à China, apesar de em 1918 Sun Yatsen (primeiro revolucionário da China moderna, fundador da república chinesa proclamada em 1911) ter enviado mensagem pessoal de congratulações a Lênin.

Os chineses começaram a perceber que os acontecimentos da Rússia em 1917 iam além dos ocorridos na França em 1789, a partir da análise da forma de os bolcheviques lutarem contra a intervenção estrangeira e os russos brancos. Mais: como de um estado aristocrático em decomposição (assim como a China dos Qing e dos senhores guerreiros das décadas de 10 e 20) estavam germinando as sementes de um poder que por ser centralizado viabilizaria condições objetivas para a unificação nacional.

Li Dazhao, bibliotecário da Universidade de Pequim, fundador do Partido Comunista da China (PCCh) foi o primeiro pensador chinês, apesar das limitações da época, a conceber a China como "parcela do proletariado internacional". Esta afirmação, segundo Johnathan Spence em seu grande volume *The Search for Modern China*, era resultado das primeiras tentativas de se aplicar originalmente o marxismo às condições concretas da China, tendo em vista que Marx atribuía grande importância ao proletariado urbano (praticamente inexistente na China) e o Partido Comunista e foi desta forma que a máxima da Internacional de revolução anti-imperialista e antifeudal foi digerida pela China.

Mas como sociedade rural, da mesma forma que na Rússia, as ideologias de caráter socialista, inclusive o socialismo com alguma inspiração marxista estava alheio a teorias com grande grau de utopismo. O famoso mir (mundo

sob a forma da comunidade agrária), tão exaltado pelos populistas russos e alvo prioritário de Lênin na década de 10, também teve influência na China. Li Dazhao foi um dos que incitaram à criação de comunidades agrárias como forma de levar ao subjetivo das massas a ideologia e os valores do socialismo.

A defesa da agricultura familiar e da pequena produção no Brasil de hoje como anteparo ao agro-business é uma das formas modernas de manifestação do populismo (na forma como Lênin os julgava) como se a fazenda estatal ou coletiva não fosse a única forma de propriedade em condições de substituir a fazenda moderna capitalista. Mas essa é outra discussão. Vale a ambiguidade histórica.

O papel histórico do Partido Comunista da China

A morte de Sun Yatsen, a dominação dos senhores guerreiros pelo país e a ascensão de Chiang Kaishek ao poder central na China — cada vez mais corrupto e mais envolvido com a dominação estrangeira — trouxeram à baila uma convicção e um movimento: a convicção de que um estado de tipo ocidental não estava em consonância com os objetivos maiores da nação chinesa, já o movimento fica por conta da participação de operários urbanos no movimento estudantil de quatro de maio de 1919 (em repúdio ao Tratado de Versalhes). Ora, tais fatos demonstram que somente novas forças políticas poderiam cumprir o papel histórico de libertação do país e do povo chinês.

O Partido Comunista, assim, surge para cumprir o papel histórico incumbido à burguesia nacional chinesa e ao Kuomintang: unificar o país, proclamar um novo tipo de república e modernizar este país.

O essencial é compreender que somente a partir do momento em que o PCCh, já sob a liderança de Mao Tse-tung em 1934, trouxe para si o

enfrentamento da questão nacional é que a correlação de forças no campo interno passou a mudar.

A ocupação japonesa abre um novo capítulo na história da Revolução Chinesa e, vendo sob forma dialética, compreenderemos que este fato histórico foi o que possibilitou transformar o PCCh de uma massa fugitiva pelo interior do país, na única força com capacidade política e moral de enfrentar os problemas criados pelo último século de humilhações estrangeiras no país. Em 1937, Mao Tse-tung já não era mais um estudioso eclético dos tempos de biblioteca da Universidade de Pequim. Já era um líder revolucionário, sistematizador de um pensamento que levou seu próprio nome (pensamento de Mao Tse-tung) e um teórico preparado (já havia escrito *Sobre a Prática e Sobre a Contradição*) e com um nível de abstração em ciência política suficiente para buscar uma aliança com o famigerado, corrupto, assassino e anticomunista Kuomintang contra a ocupação japonesa.

Sua compreensão dos problemas do mundo e do seu mundo e de sua realidade pode ser resumida numa simples frase dita por ele mesmo aos opositores de dentro do PCCh a uma aliança com Chiang Kaishek: "Durante a luta anti-imperialista a luta de classes fica em segundo plano, pois a luta anti-imperialista é o estágio supremo da luta de classes". Fica o recado àqueles intransigentes a alianças amplas: o inimigo maior só pode ser vencido com muito tato político, com muita amplitude e com firmeza de princípios e rigor estratégico.

Ora, estava claro para Mao que as questões camponesas e operária só teriam solução a partir do momento em que a China se reunificasse territorialmente e fosse dona de seu próprio destino.

A questão nacional entrelaçada com a questão camponesa foi o mote legitimador do PCCh perante o povo chinês, a revolução chinesa antes de mais nada foi uma revolução nacional.

Com a fuga de Chiang Kaishek para a ilha de Taiwan, a questão nacional na China assume uma nova feição e sobre esta feição escreverei mais adiante.

II

1949-2004: revolução, reforma e a centralidade da questão nacional na China (parte 02)

"Os problemas relacionados aos direitos humanos só terão solução dentro dos marcos de um estado nacional soberano"

Deng Xiaoping, em 1989.

A questão nacional, como tudo na ciência política, tem desdobramentos, avanços e revezes de acordo com o estágio com que uma formação social avança ou retrocede no que tange à sua autodeterminação.

As soluções de determinadas contradições abrem a possibilidade do surgimento de novas. As novas contradições surgidas, na medida em que se tornam partes de uma problemática maior, tornam-se estrangulamentos que no todo se manifestam sob a forma de uma "questão nacional atualizada". Trocando em miúdos a questão nacional na China após a Revolução de 1949 (ler a primeira parte deste artigo) manifesta-se sob outras formas: unidade nacional, dependência tecnológica, financiamento (atores intermediários internos), trânsito em política internacional fora dos esquemas norte-americanos, alimentação e abrigo para 1,3 bilhão de habitantes etc.

Ora, enxergando panoramicamente a questão nacional como uma categoria política alheia a desenvolvimentos, podemos concluir — de forma preliminar — que tal em consonância dialética com um projeto de classe não pode ser somente tratada como mera questão de tática, mas sim como questão estratégica e que a questão nacional a partir do estudo da problemática chinesa nos dá indícios empíricos de que não é prudente enxergar tal como uma simples questão de tática política e sim algo com caráter mais estratégico e com

dimensões que vão além dos marcos nacionais. Trata-se da dialética macro e micro, nação e mundo.

Este movimento é mais concreto ao observarmos que a solução da presente questão nacional chinesa no mundo guarda influências em questões nacionais de outros países periféricos como o Brasil e o continente africano como um todo. Assim a China apresenta-se como alternativa de relações comerciais e políticas estáveis e planejadas para um grande véu de nações dependentes.

A China e a questão nacional no pós-revolução

No caso chinês, a questão nacional preliminar passava pela demarcação de seu território nos moldes anteriores e não definidos pelo Tratado de Versalhes, ou seja, uma demarcação que contemplasse as relações de interdependência entre a etnia majoritária han e as demais etnias que formavam o antigo império chinês. O controle deste território foi somente possível com a utilização da maior herança leninista em matéria de política: organização.

O PCCh além de leninista era um partido nacional com tarefas a cumprir que iam além de seu programa revolucionário. Cabia ao PCCh cumprir um vasto programa que abarcaria toda a vida do país; programa este não cumprido pelo Kuomintang.

Jogada a força no terreno da recém-instalada Guerra Fria, a questão nacional na China passou a ter três desmembramentos inter-relacionados: a instalação de uma indústria de base com vistas à modernização da nação e à preparação para uma guerra iminente; outra, que consistia na preparação para

a retomada do controle da província de Taiwan; e a última de caráter mais global que se resume na quebra de isolamento mundial do país.

Destes três desdobramentos, sob o ponto de vista da "satisfação total", somente aquele relacionado com a quebra de isolamento diplomático está totalmente completo. A China retomou seu lugar na ONU e no Conselho de Segurança da mesma em 1971, completando um ciclo diplomático em que a habilidade de figuras como Zou Enlai foi determinante, pois a China passou a ser vista com muita simpatia por toda a periferia do sistema, em especial a África. Demonstrou na prática que a solução dos problemas que a China teria de enfrentar não passava pelo hegemonismo; foi o único país a testar a bomba de hidrogênio e declarar ao mundo que nunca seria o primeiro a utilizá-la e assim por diante.

Com relação à questão de Taiwan (retomaremos mais à frente), somente o estacionamento da 7ª frota americana na península durante a guerra da Coreia (1950-1953) foi capaz de adiar a reintegração da ilha ao território do país, aliás, é bom lembrarmos que a guerra da Coreia foi a primeira demonstração de que a China manobraría sua política externa de acordo com seus interesses, pois esta somente entrou na guerra no momento em que os norte-americanos aproximavam-se de, suas fronteiras e o general McCarthur propôs a explosão de bombas nucleares na China. E no caso coreano, a questão nacional chinesa entrelaçou-se perfeitamente com o que se convencionou chamar de "internacionalismo proletário".

Enfim, a China cumpriu papel de destaque no local em que a luta entre capitalismo e socialismo se deu de forma mais sangrenta, o sudeste asiático. Inclusive como forma de demonstrar que desde a revolução de 1949 o governo chinês estava disposto a ocupar seu devido espaço na arena internacional.

Ou seja, é a questão internacional pautando a questão nacional chinesa, proporcionalmente à importância da China na agenda global. E isto fica ainda mais claro com o lento e gradual rompimento com a União Soviética.

O rompimento com a União Soviética e o outro lado da questão nacional chinesa

Analisando de forma dialética, podemos começar o raciocínio de que o rompimento com a União Soviética abriu novo capítulo na forma em que a questão nacional se contornou na China. Muitas das análises dão conta da questão do confronto militar e ideológico entre os dois países. O que não é errado. Mas o problema é muito mais de fundo.

Com o fim da assistência técnica soviética (uma grande assistência) uma outra discussão ganha relevo no seio do PCCh: Qual o caminho mais rápido e fácil para a construção do socialismo em um país pobre atrasado e populoso como a China?

Ou seja, se nos remetermos à ideia de que o crescimento econômico é um pilar para a solução da questão nacional (tendo em vista que inúmeros problemas internos subsistiam na China), chegaremos à vaga conclusão de que o rompimento com a União Soviética é a raiz de movimentos como o "Grande Salto Adiante" e a "Revolução Cultural".

Contudo, a radicalização do discurso ideológico (incluindo segurança nacional chinesa), que tanto serviu para a mobilização de milhões de pessoas das cidades para o campo para a instalação de fornos para produção de aço de fundo de quintal, tem como fundo o discurso da constante ameaça externa e a própria "Teoria dos Três Mundos" de Mao Tse-tung é uma resposta chinesa

para a questão nacional dos países do terceiro mundo ameaçados pelo imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético.

Indo mais a fundo no problema da construção do socialismo na China, fica latente a questão do financiamento da industrialização; daí os debates intensos no seio do PCCh na década de 1960 entre os defensores da autossuficiência em matéria de capitais e tecnologias estrangeiras e os advogados da assimilação do que há de mais moderno em matéria de técnicas no mundo.

Era a escolha a ser feita na China para o futuro que consistia em continuar penalizando a classe camponesa (base de apoio do PCCh) com o recolhimento de cada vez maiores cotas de grãos para o sustento da industrialização, ou abrir caminhos institucionais para a abertura do país ao mundo, sem perder o sentido estratégico. É válido lembrar que os países com maiores índices de crescimento do mundo durante as décadas de 1960 e 1970 eram Japão, Coreia do Sul e Taiwan (cada vez mais distante da China continental).

Reafirmamos: o rompimento com a União Soviética é a raiz para a volta da China para problemas internos; afinal, os problemas internos estavam se sobrepondo aos externos, pois o fator externo expôs grandes problemas internos.

Reforma e Abertura e a questão de Taiwan

O nível de desenvolvimento da China de 1978 era equivalente ao verificado na União Soviética no ano de 1938, com a agravante de a China ser um país ainda agrícola e beirando a casa dos 1 bilhão de habitantes. Muitos

avanços em todos os terrenos foram alcançados desde 1949, entre eles a capacidade de o país fabricar bombas nucleares e satélites de observação.

Porém, o atraso com relação ao centro do sistema ainda era grande e os níveis de vida verificados em Taiwan e Hong-Kong em comparação com a China continental demonstravam que qualquer retórica de unificação do país não resistiria à prova da prática.

A política de reforma e abertura foi uma forma de alocar energias outrora empenhadas em batalhas de afirmação ideológicas para o desenvolvimento econômico. O pano de fundo de toda essa viragem é a consecução de objetivos políticos de curto (alimentação e abrigo), médio (socialismo de mercado) e longo prazo (reunificação nacional) — objetivos estes entrelaçados de forma dialética com o da manutenção de um ambiente internacional de paz duradoura. Daí o aprofundamento de relações com o ocidente e a desideologização das mesmas.

Esta nova política econômica de forma mais profunda é o reconhecimento de que a discussão acerca do que é socialismo e como construí-lo, da mesma forma que no plano imediato acerca de que condições objetivas fossem criadas para o retorno de Hong-Kong, Macau e principalmente Taiwan para o seio da pátria.

Assim, a formação de Zonas Econômicas Especiais voltadas para Hong-Kong, Macau e Taiwan sugere a subordinação econômica aos interesses políticos maiores do Partido Comunista da China. Em questão de apenas quatro anos (1986) após a criação da zona econômica especial de Shenzhen (fronteiriça com Hong-Kong) já eram latente as convergências econômicas entre a província de Guangdong e Hong-Kong e assim sucessivamente com todo o litoral chinês servindo como aspirador de investimentos produtivos de

chineses ultramarinos, que em 2003 chegaram a 63% dos investimentos estrangeiros diretos no país.

A questão nacional foi o mote de atração de investimentos de chineses refugiados após a revolução e que hoje capitalizam a economia chinesa rumo à formação nas próximas décadas de uma economia continental pós-fordista ligada de norte-sul, leste a oeste por linhas transmissoras de energia, informação e uma moderna malha de transportes da mesma forma que os Estados Unidos (conquista do oeste) na segunda metade do século XIX.

Chegamos desta forma à ideia de que a reunificação nacional chinesa se dá via "sucção econômica". A paisagem do vale do rio Yangtsé é alentadora com a presença de mais de 6.000 unidades produtivas taiwanesas. A abertura gradual das contas de capitais do continente tem impacto profundo sobre a burguesia de Taiwan, anestesiando apoio social a ideia de independência da ilha capitaneada por Chen Chuibian a soldo dos EUA.

III

Sucessos e desafios da construção do socialismo na China¹

As altas taxas de crescimento verificadas nos últimos 26 anos na China são um fenômeno que não encontra explicação monolítica entre os especialistas. Centros de estudos chineses pipocam pelo mundo (não pelo Brasil), produzindo uma enxurrada de materiais com fins diversos: academia, governos, serviços secretos. Mas as opiniões além de divergentes são na maioria despolitizadas.

Compreender a China passa por um pouco de paciência e serenidade, análises profundas e visão histórica.

A construção do socialismo não foi concebida de forma extensa e didática por nenhum de seus fundadores. A compreensão de Marx, de que a Europa desenvolvida caminhava para um desfecho revolucionário proletário, baseava-se no surgimento de duas classes antagônicas no processo de produção e apropriação de riqueza e nos acontecimentos europeus de 1848. Na mesma época, o globo terrestre se dividia entre nações soberanas e colônias provedoras de matéria-prima (Teoria Moderna da Colonização). Lênin rapidamente percebeu o radicalismo que as relações centro-periferia adquiriam com o surgimento do imperialismo. Entrelaçou tal formulação com a constatação do “aburguesamento” de uma parcela superior da classe operária europeia e partiu para a ideia da importância da questão nacional como a antessala da instalação de um poder de caráter proletário na periferia do capitalismo.

¹ Publicado no Diário Vermelho (www.vermelho.org.br) em 30 de abril de 2004.

A Revolução Chinesa de 1949 se enquadra na formulação leninista sobre o potencial revolucionário da periferia do capitalismo. O problema chinês a partir de então passou a ser como construir o socialismo em uma sociedade desprovida de base material. As questões materiais, ligadas intimamente ao desenvolvimento das forças produtivas passaram a ser o centro do debate, na China em 1978 como na Rússia de 1921.

A diferença reside no fato de a China de 1949 ter assimilado o modelo de economia de comando centralmente planejada, nos termos da Rússia de 1928. Tal modelo em meados do século passado já mostrava sinais de desgaste e estagnação. Desgaste e estagnação que, num país do tamanho da China de 1978 significavam milhões de famintos, sem teto e sem as mínimas condições de vida.

Razões do sucesso: política e economia

A admissão de Deng Xiaoping, de que a China necessitava de uma reforma completa em sua estrutura econômica e de abertura a capitais e investimentos externos, foi uma demonstração de que alguma coisa dava errado no "socialismo realmente existente". Os índices de crescimento econômico e produtividade de trabalho decresciam, além do fato de 1% de crescimento econômico no socialismo equivaler a um uso de energia três vezes maior do que se verificava nos países centrais (Amaury P. de Oliveira). Tinha razão Ignácio Rangel ao afirmar que o socialismo internalizara o ciclo de Kondratieff.

Com as reformas de Deng, a centralidade da luta de classes deu lugar à centralidade da construção econômica — embora esta tivesse alcance geopolítico, se compararmos índices do nível de vida de uma grande cidade

chinesa com a de seus vizinhos como a Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Hong-Kong. Tratava-se de se criar as condições econômicas objetivas para a reunificação do país e conseqüente renascimento da nação chinesa. Deng enfrentou com espetacular coragem política o debate com os "radicais" do PCCh (Partido Comunista Chinês), ressuscitou a lógica maoísta de "buscar a verdade nos fatos" e levou a cabo o empreendimento de quadruplicar o PIB chinês nas duas décadas entre 1980 e 2000 e transformar a China em um país medianamente desenvolvido em 2049.

Deng Xiaoping e o "socialismo de mercado"

A política desse projeto intitulada por Zhou En-lai de "As Quatro Modernizações" (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas) teve de imediato a função de devolver as terras às famílias camponesas (garantindo apoio político da base ao PCCh), racionalizar a estrutura industrial e energética chinesa, colocar em primeiro plano incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico e prover as forças armadas de um razoável poder defensivo.

Do ponto de vista teórico, formulou-se e oficializou-se a ideia de que a construção de socialismo é um processo extremamente longo e a China ainda se encontra na etapa primária do socialismo. São características desta etapa: uma precária cadeia produtiva; uma base econômica em dissonância com a superestrutura; um imenso país com gritantes diferenças regionais e sem poderio científico-tecnológico. Desenvolveu-se a ideia de que na etapa inicial do socialismo, mecanismos de mercado (microeconomia) e de plano (macroeconomia) conviveriam sob a forma de uma "economia socialista de mercado". E de que na "economia socialista de mercado" o domínio da

propriedade pública na chamada "espinha dorsal econômica" convive com múltiplas formas de propriedade, tendo o mercado como regulador. Isto significou uma transformação razoável na estrutura econômica chinesa. Num primeiro momento o país protegeu suas estatais, manteve uma política de duplicidade fiscal (regimes diferentes para as cidades abertas e para o campo); depois, gradualmente, reformou e continua reformando instituições, enquadrando-as no espírito próprio de uma economia de mercado.

O Estado chinês teve um papel central neste processo. Manuel Castells definiu o Estado reformista chinês pós-1978 como a fusão do Estado revolucionário com o Estado desenvolvimentista. Neste caso o Estado revolucionário inova, experimenta, recua e avança; já o Estado desenvolvimentista é ágil, ousado, vistoso, impetuoso. Tudo o que serve para o destravamento das forças produtivas deve ser removido...

A estabilidade política foi outro fator preponderante para a China ter se tornado o maior receptor de investimentos externos diretos do mundo; e aos poucos tornar-se também a manufatura do mundo, atraindo linhas de produção inteiras.

Neste caminho de estabilidade, revolução nas forças produtivas, relaxamento nas relações de produção (campo) e lançamento de homem ao espaço (2003), a China tornou-se a maior produtora (e maior importadora) de cimento e aço do mundo. O quinto maior volume de comércio exterior do mundo. A quarta maior produtora de automóveis. A maior produtora de celulares. Sua renda per capita atingiu em 2003 a marca de US\$ 1090. A maior produtora de grãos do planeta. A detentora de reservas cambiais hoje na marca de US\$ 420 bilhões. A China dispõe ainda de tecnologia para construir grandes empreendimentos energéticos. Constrói cinco megaprojetos ao mesmo tempo (Hidrelétrica de Três Gargantas, Ferrovia Qinghai-Tibete, Gasoduto Oeste-

Leste, transposição de água do sul para o norte e transferência de energia do oeste para o leste). Possui algumas das rodovias mais modernas do mundo. Pretende, com o projeto de desenvolvimento do oeste, chegar em 2030 à condição de economia pós-fordista de caráter continental.

É difícil aferir o que isto significou em bem-estar para o povo. Em 1978, um em cada quatro famintos no mundo era chinês; hoje, a relação é de um para 50.

Se a tarefa principal do socialismo na China atual é o desenvolvimento das forças produtivas e tendo em conta o logro obtido neste campo, o sucesso é impressionante. E deve-se basicamente a nove fatores:

1. Correta transição em curso de uma economia centralmente planejada a uma economia de mercado, com melhor alocação de recursos e racionalização administrativa (separação entre gestão e propriedade);
2. transformação das relações de produção no campo, de relações comunais para uma relação contratual entre Estado e família assentada (o que proporcionou um verdadeiro salto quantitativo na produção agrícola);
3. combinação entre planificação do comércio exterior e obtenção de tecnologia estrangeira;
4. combinação de uma indústria voltada à exportação com o fomento do mercado interno;
5. gradual transformação das relações de propriedade em áreas não estratégicas, o que impulsionou grandiosos investimentos privados nacionais e estrangeiros;
6. formação, a exemplo da Coreia do Sul, de Zonas Econômicas Especiais como plataforma para exportar e obter divisas estrangeiras, obter capital, importar máquinas e equipamentos, implantar linhas de produção modernizadas;
7. surgimento de indústrias rurais, as chamadas "empresas de cantão e povoado" responsáveis nas décadas de 80 e 90 pela absorção da mão-de-obra excedente

na agricultura e pela "invasão" do mundo por produtos chineses de baixo valor agregado (calçados, têxteis, bugigangas);

8. uma corajosa política de crédito, com taxas de juros propícias, viabilizando um surto de obras de infraestrutura (no campo e na cidade) e a atual explosão imobiliária nas grandes cidades chinesas; e
9. valorização da ciência e tecnologia. Atualmente, as universidades chinesas produzem 45 vezes mais do que em 1978 e quatro vezes mais que as universidades brasileiras.

Um décimo fator, político, sintetizada na capacidade do núcleo dirigente da nação chinesa de enfrentar seus verdadeiros problemas.

Desafios: questão camponesa, desenvolvimento do oeste

O processo de solucionar determinadas contradições traz à tona outras tantas contradições diferentes, que se tornam verdadeiros desafios tendo em vista as dimensões do país.

O vertiginoso desenvolvimento chinês cria problemas inegáveis e de todo tipo: carências sociais, disparidades regionais, questão camponesa, valores sociais comprometidos e muitos outros. Por exemplo, a questão do desemprego.

O fato de a China registrar há tantos anos índices de crescimento muito altos demonstra que a fase atual é marcada pela mudança do caráter quantitativo para o qualitativo — ou seja, um crescimento econômico atrelado à reestruturação produtiva e aumento da produtividade do trabalho (uso de altas tecnologias). A manutenção dos altos índices de crescimento econômico é vital para a China e para sustentá-la o governo aposta pesado nos setores imobiliário, de infraestrutura, automobilístico e de serviços.

Nas grandes cidades chinesas percebe-se o fenômeno da construção imobiliária: são prédios e mais prédios, shopping centers, parques. O setor emprega milhões de pessoas. A aposta do governo está também na promoção dos serviços, que empregam cada vez mais nas grandes concentrações urbanas. Num futuro próximo pode até ocorrer a transferência de ramos industriais inteiros para o interior do país (como no Vale do Rio Yang-tse, que já possui cerca de 100 mil fábricas), apontando para cidades como Pequim e Xangai um destino similar ao de Hong-Kong, onde inexistente a indústria e os serviços empregam a maior parte da mão-de-obra. Os investimentos em infraestrutura — tipo rodovias têm a vantagem de empregar uma quantidade imensa de mão-de-obra sem exigir qualificação. No presente ano o governo chinês investe cerca de US\$ 12 bilhões e espera gerar 800 mil empregos na construção de rodovias de cimento e asfalto, de categorias diversas e concentradas no oeste do país, com a vantagem indireta de se criarem vagas em indústrias correlatas, como de material de construção e siderurgia.

As disparidades regionais estão principalmente entre um litoral desenvolvido e um interior pobre, com o agravante de as condições naturais dificultarem a superação do desnível. A reforma financeira de 1998, ao centralizar a arrecadação fiscal, criou as condições objetivas para o desenvolvimento do oeste. Políticas de incentivos a investidores estrangeiros visam ao mesmo objetivo. E ricas jazidas de gás natural foram descobertas no Xinjiang, no extremo oeste do país, que faz fronteira com a Ásia Central.

Para o governo chinês, o desenvolvimento do oeste é o grande desafio do século: 55% dos investimentos nacionais vão para essa região caracterizada pela riqueza mineral e pelo potencial hidrelétrico. A exploração desse potencial energético implantará uma economia regional com características próprias em regiões como o Xinjiang e a Mongólia Interior, vão virar importantes polos

petroquímicos asiáticos. A construção da infraestrutura é o primeiro passo. Gera um processo de urbanização que pode ser outro motor desenvolvimentista. O Oeste pretende em médio prazo a transformação planejada de vilas em cidades dotadas de indústria e serviços.

Outros problemas nascem da questão camponesa, que se entrelaça com as desigualdades sociais chinesas. A renda per capita do campo não chega à metade da verificada nas grandes cidades. A produção de grãos está em queda desde 1998, devido a fatores como a queda da área agricultável do país por conta de fenômenos naturais como a desertificação, a chuva ácida, ou à invasão de áreas outrora agrícolas por cidades, estradas, ferrovias. Outro motivo são os impostos que pesam sobre os camponeses. Em contraste, cidades como Xangai, Guangdong, Pequim e Shenzhen já assistem ao desfile de carros e restaurantes de alto luxo. O metro quadrado de Pequim, em determinadas áreas, custa US\$ 2 mil, valor semelhante ao de Nova York. Já é possível notar a existência de mendigos e andarilhos nestas cidades. O fenômeno da polarização social está presente na realidade chinesa.

Estabilidade social é determinante para reformas

A atual geração que assumiu o poder na China após o 16º Congresso do PCCh (2002), principalmente na pessoa do carismático primeiro-ministro Wen Jiabao, tem reiterado em diversas ocasiões a necessidade de se prestar mais atenção ao desenvolvimento social. Mesmo que o preço seja um pouco menos de desenvolvimento econômico.

O primeiro passo foi dado no sentido: há três semanas, a Assembleia Nacional Popular decidiu reduzir gradativamente os impostos sobre os camponeses, visando reduzi-los a zero no ano de 2005. O desafogo pode não

levar a um aumento imediato das safras, mas garante apoio e legitimidade para uma nação que é pressionada por supostamente não dedicar atenção aos "direitos humanos". A isenção também elevará o consumo no interior do país, o que ajuda a meta estipulada pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico do Estado, incentivar o consumo como forma de paralisar o fenómeno deflacionário. Contribui também em certa medida para reduzir a concentração de renda entre campo e cidade.

Rapidamente acerca da questão ideológica.

Deng Xiaoping levantou um problema de ordem ideológica quando disse que "ao se abrir às janelas, além de ar puro entram também mosquitos". Esta frase é muito atual. A China de hoje é um país socialista em meio a um vendaval ideológico do ocidental-capitalista, provisoriamente vencedor. O país, que pelo seu tamanho guarda muitas contradições em si, nos últimos tempos convive com fenómenos decadentes como a corrupção e um espírito de concorrência que invade a mente das pessoas. Prostitutas e garotos de programa espacializam seu território nas noites agitadas e ocidentalizadas em áreas dominadas por turistas estrangeiros endinheirados.

A China possui todas as condições e pré-condições para superar seus problemas sociais e econômicos, porém a mais dura batalha se dará no campo ideológico e moral. É preciso, usando a terminologia chinesa, desenvolver a "civilização no espiritual" como forma de suplantar esta tempestade que é real, difícil e presente nas grandes cidades chinesas de hoje.

Este é o preço pago pela modernização; é mais uma contradição que deve ser combatida de forma dura, mas flexível. Depois dela, outras surgirão. É assim a sociedade humana. É assim a história do desenvolvimento do mundo. Assim tem sido nos 5 milênios da civilização chinesa.

IV

As relações entre estatal e privado na China de hoje¹

Estou chegando à conclusão (que pode parecer óbvia e, de certa forma, simplificada) de que o "enigma chinês" atual pode ser compreendido pela complementaridade entre setor estatal e privado. As reformas econômicas ao fomentarem, de um lado, o surgimento de uma camada da sociedade capaz de investir e dotada de métodos empresariais modernos e, por outro, de forma inteligente "succionar" investimentos chineses de Taiwan, Hong-Kong, Macau e também de Cingapura, conseguiram criar condições objetivas de manutenção de um crescimento econômico rápido a partir de investimentos privados em imensas reservas de mercado que se verificam principalmente no setor imobiliário e de serviços.

Ainda coloco uma questão de caráter geopolítico: políticas preferenciais de investimentos de Taiwan têm também o sentido de jogar tais empresários contra o governo chauvinista de Chen Shui Bian; tais empresários taiwaneses têm horror a uma possível independência de Taiwan e uma conseqüente guerra entre os dois lados do Estreito. Os chineses sabem disso e colocam à disposição desses empresários facilidades de instalação em lugares como o Vale do Yang Tse que hoje já conta com mais de 40.000 empresas taiwanesas.

Cabe ao Estado (em minha opinião) prover as condições econômicas para tal surto: linhas de crédito fáceis e desburocratizadas, formação de um corpo de especialistas altamente qualificados em áreas como administração de empresas e o suprimento infraestrutural. A estabilidade macroeconômica garantida por um Estado Nacional forte e comprometido com um projeto de longo prazo é a chave para a facilidade microeconômica que por si só, em um

¹ Publicado no Diário Vermelho (www.vermelho.org.br) em 27 de abril de 2004.

mundo instável, garante tranquilidade e mercado potencial a investidores chineses e estrangeiros. Cabe ainda ao Estado uma política que atrele estes investimentos estrangeiros a inovações tecnológicas cada vez mais rápidas. Isso é o que Ignácio Rangel chamaria de "estatização do comércio exterior" e explica em boa dose o sucesso chinês.

Com relação às infraestruturas e tendo em vista a tarefa chinesa de unificação de seu território econômico — território este não singular, pois conta com mais de 9 milhões de quilômetros quadrados e 1,3 bilhão de habitantes —, o Estado, apesar de dominante nos investimentos, também tende a dividir tarefas com o setor privado. Isso é normal e aceitável dentro das características territoriais chinesas. É o atual caso do gasoduto oeste-leste (joint-venture entre a Sinopec - 51%) e outras 4 empresas de Hong-Kong e Rússia, a construção da hidrelétrica de Três Gargantas (investimentos estatais, cotização em bolsas de valores e participação estrangeira, sobretudo Canadá e França), entre outros empreendimentos.

Impossível "ideologizar" tal questão ao verificar as reais necessidades chinesas; devemos, sim — seguindo o conselho de Mao Tse Tung — abrir a mente, buscar a essência dos fatos e utilizar a prática como único critério para a verdade. Claro que todo este processo carrega dentro de si contradições que não tenho condições de discutir neste momento. O que posso assegurar é que são dessas contradições que o poder popular deve se encarregar neste momento histórico.

Este país necessita de trilhões de dólares de investimentos em infraestruturas e, repetindo: o atual estágio de acumulação chinês permite a participação deste setor empresarial em investimentos como hidrelétricas e gasodutos, que tem no setor industrial seu principal tributário. Enfim, as necessidades do país são tão grandes que dificilmente o governo por si só teria

condições de arcar com o ônus de construir uma "sociedade modestamente abastada".

Trocando em miúdos, o desenvolvimento das forças produtivas na China e, conseqüentemente, a construção do socialismo deve ser precedida por um setor empresarial capaz e em condições de fazer investimentos que são quase impossíveis ao setor estatal. Fugir desta análise prendendo-se a dogmas torna-se um perigoso jogo voluntarista e cientificamente irresponsável. Cabe nesse caso seguirmos o conselho de Lênin e situar historicamente a questão e a forma como surgiu o problema. Precisamos de cientistas sérios para analisar a China e o socialismo hoje.

O fato é que os chineses, com a ideia de se construir uma poderosa economia de mercado argumentam de forma acertada que tal economia de mercado socialista tem como característica principal a relação entre o setor estatal e coletivo dominante e outras formas de propriedade, que complementam o setor estatal. O fato de o setor privado ser atualmente o mais dinâmico libera o Estado para outras tarefas.

O novo papel do Estado na China hoje

Isso significa que o surgimento de tal setor privado libera conseqüentemente o Estado para tarefas mais imediatas.

Assim sendo, o Estado socialista passa a ter margem de manobra para tratar de assuntos imediatos como o combate à pobreza no campo, combate à corrupção (alimentada certamente, numa opinião particular, pelo monopólio estatal), sistematização de um sistema de previdência social (apenas 12% dos camponeses têm esse tipo de garantia na velhice) e a reorganização das estatais e em particular das indústrias características do Departamento 1 situadas no

nordeste do país (na antiga Manchúria), além da grave questão ecológica, entre outras tarefas.

Desde que assumiu o governo em março de 2002, a atual geração de dirigentes, tendo à frente o presidente Hu Jintao e o competente e popular primeiro-ministro Wen Jiabao, passaram sistematicamente a chamar a atenção para o desenvolvimento do homem como o centro. Essa afirmação é a síntese do desafio chinês nos próximos 20 anos, que é construir uma sociedade em que toda sua população tenha acesso a casa, comida, habitação, saúde, educação, lazer e esportes... Este desafio não é simples, mas é plenamente realizável.

Saindo do específico e caminhando ao geral, a inclusão social é a consequente formação de um mercado interno de massas, além de significado político, tem alto significado econômico. É possível dizer que o fenômeno intitulado de "superaquecimento econômico" é resultado de uma explosão de crédito que serve para aumentar em segundo estágio o consumo de uma classe média já existente e não se caracteriza pela inclusão de novas pessoas no mercado consumidor, esse consumo é caracterizado pela aquisição de novos bens de consumo e não de bens já disponíveis como televisão, rádio, aparelhos de CDs etc. Porém, a superprodução afeta esses setores eletrodomésticos. Logo uma política norteada pela formação de tal mercado interno cria um anteparo contra a superprodução destes tipos de equipamento. Ao gerar renda em áreas pobres, criam-se necessidades destes produtos em residências.

Os investimentos em infraestrutura no interior da China, aliados a uma política de relaxamento fiscal, criam as condições objetivas para a consecução deste desafio. Mas somente o futuro nos dirá se temos razão.

O desenvolvimento das forças produtivas e a questão democrática

Finalizando este artigo, gostaria de falar um pouco desta espinhosa questão que tem jogado muitos "marxistas" despreparados na defensiva. A questão democrática seja no capitalismo ou no socialismo, também caminha ao lado da solução do problema das bases materiais. No capitalismo a luta pela democracia enquadra-se como uma etapa de uma problemática mais estratégica, a revolução socialista.

No socialismo, da forma como ele foi concebido na prática, ou seja, em sociedades semifeudais, a questão democrática não se resolve por decreto e sim pelo exercício de tarefas coletivas (discussões) políticas na base e principalmente pelo estágio em que se encontram as forças produtivas. Digo isso, pois no caso chinês atual a democratização do acesso à informação, o complicado e vagaroso (corretamente) descontrolado estatal dos meios de informação, estão entrelaçados com a política de Reforma e Abertura.

Amaury Porto de Oliveira tem razão ao afirmar que a China está entrando numa fase caracterizada por uma "revolução informacional". Atualmente vejo uma sociedade civil composta por uma classe média com grande capacidade de pressão e controle sobre o governo. Abrindo novamente um parêntese, o pensamento liberal produziu um conceito que por si só é a-histórico, chamado de "mecanismo de controle" que engendra um variado instrumental subjetivo ao alcance da sociedade. Porém, este estágio de "controle" também se atrela ao nível de desenvolvimento econômico da sociedade.

A revolução socialista na China não foi obra de nenhuma pressão de sua "sociedade civil organizada" e sim tarefa desempenhada por uma parcela de sociedade intelectualizada (maio de 1919) e que influenciada pela Revolução

Russa partiu para a formação de um partido revolucionário. A questão camponesa foi levantada em grande medida pela impossibilidade de trabalho nas grandes cidades (solapamento das indústrias têxteis por parte do Japão) e pela superexploração no campo. Logo, o desenvolvimento das forças produtivas cria condições para o surgimento de "sociedade civil" no socialismo. O caso chinês é digno desta nota.

Vale a anotação de que atualmente cerca de 2 mil títulos jornalísticos são publicados diariamente na China. O dado é da Associação dos Jornalistas de Toda a China. Outras, centenas de publicações semanais e mensais de todo o tipo percorrem o país. Todo tipo não, as revistas pornográficas são proibidas com a intenção de se preservar a base da estrutura societal confuciana: a família. O governo chinês sabe disso e joga em parceria com a sociedade civil na verdadeira guerra declarada contra a corrupção. Os jornais chineses têm "batido" pesadamente nesta tecla em todos os diários que tive à minha disposição. A sociedade responde com inúmeras denúncias a órgãos governamentais. Por seu lado, a opinião pública joga peso pela redução da pobreza no campo e nas cidades e, por seu lado, o governo promulga medidas e ações para combater este mal. E assim sucessivamente.

Logo, concluo que a formação de uma sociedade civil é apenas parte de toda a questão que envolve a democracia no socialismo. Democracia no socialismo é completada com a socialização total dos meios de produção. Mas à socialização total dos meios de produção precede a modernização desses meios, o que, por sua vez, é a antessala da sociedade socialista avançada. Os chineses sabem disso muito bem.

A China e o Socialismo na Monthly Review: uma resposta¹

O atual número da conceituada publicação norte-americana Monthly Review (Vol. 56, número 3, julho-agosto/2004) traz uma alentada discussão sob o título Introduction: China and Socialism, no qual seus autores tecem comentários pretensamente esclarecedores, em forma de resenha de um livro — a ser publicado em breve — acerca da natureza do "socialismo de mercado" na China.

Os autores Martin Hart Landscape e Paul Burkett, renomados marxistas radicais norte-americanos, fiéis a uma tipologia marxista com passe franco no Ocidente, atualmente dirigem energias na desqualificação da República Popular da China e no que se convencionou chamar de "socialismo com características chinesas" ou seu vértice econômico denominado "socialismo de mercado". Como tendo a ser uma pessoa crédula, eu não saberia dizer se neste volume a ser lançado existirá algo de útil, mas seria interessante ver os resultados deste trabalho e as aspirações de bouleverser de la science dos autores, já que se propõem de antemão ressaltar "movimentos de mudanças com base em princípios internacionalistas" e alternativas que abordem as "exportações e o investimento estrangeiro como veículos de necessidades e capacidades básicas e de solidariedade internacional".

Como ainda não assisti a nenhum destes movimentos "baixarem em terreiro nenhum", nem muito menos entre as décadas de 20 e 80, o que nos resta é esperar o que vem por aí, mas sem antes nos deixar sepultar com muita facilidade, pois os chamados "três grandes fatores" acrescidos da assertiva

¹ Publicado-no Diário Vermelho (www.vermelho.org.br) em 13 de julho de 2004.

acerca da "crescente dominação estrangeira", levantados pelos autores, merecem, sem margem para nenhuma dúvida, considerações e esclarecimentos. Não se trata aqui de defender este ou aquele "modelo". Como pesquisador interessado há alguns anos no desdobramento teórico e principalmente prático desta grandiosa empresa da construção do socialismo e em particular de seu viés chinês, não poderia deixar passar despercebidas algumas incompreensões dos mesmos. Incompreensões estas semelhantes a publicações que tiveram, novamente dizendo, livre trânsito no Ocidente durante décadas e que serviram para muita coisa, inclusive para engrossar os arquivos da CIA.

Os três fatos importante e a “crescente dominação estrangeira”

1. "... o povo chinês ainda estava longe de alcançar as promessas do socialismo".

Sim, os autores têm razão, o povo chinês, em 1978, por mais que tivessem avançado em muitos quesitos, ainda estavam longe do "paraíso". Será que este argumento não encerra por si só a necessidade de reformas no seio do "socialismo realmente existente"?

O problema da construção do socialismo e a competição com o capitalismo central em todos os campos da economia e da sociedade estavam entrando em uma etapa dramática. Quase todos os países socialistas de então enfrentavam graves problemas desde a crise do petróleo em 1973. Os problemas podem ser listados assim: PIB, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade do trabalho, renda real per

capita e inclusive os índices de expectativa de vida. Alguma coisa de seriamente errado estava ocorrendo.

Mas, precisamos ir à raiz, sabemos o quanto é difícil e trabalhosa a tarefa de "garimpo" científico, mas para quem se propõe à missão de bouleverser de la science, descrever pela aparência é algo no mínimo replicante.

No caso chinês, problemas do tipo exposto acima ganham contornos tortuosos, pois, em 1978, o país já contava com uma população de 900 milhões de habitantes. O modelo de financiamento da industrialização a partir dos excedentes agrícolas carregava, em si, a dependência de safras agrícolas, que indicavam inclusive o nível de consumo de produtos industrializados pelo campo. Enfim, com a queda das safras verificadas durante os períodos trágicos de "O Grande Salto à Frente" e a "Revolução Cultural", a indústria chinesa esteve à beira do colapso no ano de 1976, além da fome ainda ser um fantasma que assolava regiões inteiras do país.

Mais: a eficiência na relação PIB x consumo de energia na China estava longe de tal relação verificada nos países centrais em decorrência, óbvia, do fato de a China não ter nenhum tipo de participação na "pilhagem internacional", mas também pela grande discrepância tecnológica que, para muitos intelectuais adoentados de "esquerdismo", não tem grande relevância: 1% de crescimento econômico na China entre 1952 e 1976 equivalia ao uso de 4 vezes mais petróleo (unidade medidora) que nos países ocidentais². Não necessitamos de maiores detalhamentos sobre o problema ecológico e de chuva ácida e seus prejuízos à economia, à sociedade e à agricultura.

No campo da ciência e tecnologia, apesar dos saltos verificados com a explosão da primeira bomba atômica e o lançamento de satélites, a produção

² OLIVEIRA, Amaury Porto de. "A nova geografia econômica do sudeste asiático: a China transtorna o jogo". Cartas de Cingapura. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Jan/Abr. 1994.

acadêmica estava ainda muito aquém da de um país desenvolvido. Suas universidades, antes da paralisação das aulas e apesar do aumento produtivo e universalização preliminar vistos a partir de 1949, ainda produziam 52 vezes menos teses de mestrado e doutorado que no Japão³.

Outro dado ilustrativo do atraso econômico e tecnológico chinês fica por conta da observação de Deng Xiaoping em sua primeira visita ao Japão ocorrida no ano de 1980, quando, ao visitar uma fábrica automotiva (Mitsubishi), deu-se conta de que um operário japonês tinha uma produtividade de trabalho 41 vezes maior que um operário chinês⁴. Ora, se a produtividade de trabalho em última instância determinará as condições da socialização completa da produção, podemos concluir que a China se encontrava longe da solução deste problema.

Ainda hoje, este problema persiste, pois um operário chinês produz 19,2 vezes menos que seu correlato japonês⁵.

No que tange à questão nacional, em 1978, as condições econômicas objetivas para o retorno de Taiwan, Hong-Kong e Macau simplesmente não existiam. Não havia retórica revolucionária que resistisse às comparações elementares entre o nível de vida e a produção industrial no continente em comparação a Taiwan, Hong-Kong e Macau.

Enfim, não somente o povo chinês estava longe de desfrutar das promessas do socialismo, como a própria nação, em seu conjunto, não estava preparada para desafios de grande envergadura, entre eles o de reunificação do país.

³ SHIXUE, Jiang. *Entrevista concedida a Elias Jabbour*. Instituto de América Latina da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Pequim. 28/05/2004.

⁴ PENCE, Jonatan D. *In search for modern China*. W. W. Norton Company Inc. New York. 1996.

⁵ HIONGCHUN, Zhou. *Entrevista concedida a Elias Jabbour*. Conselho de Estado da República Popular da China. Pequim. 22/04/2004.

As perguntas que ficam para serem respondidas de forma séria e por intelectuais sérios e interessados em entender a China são as seguintes:

- 1) "Num país com as características demográficas e territoriais da China e com um nível de atraso grandioso (em 1978 a produção industrial chinesa era menor que a alcançada pela URSS em 1936), as verdadeiras contradições se encerram onde?". Na luta de classes interna ou no atraso econômico?
- 2) Quais são as pré-condições para enfrentar a luta de classes no plano internacional?
- 3) Como solucionar a questão do financiamento e da tecnologia em um mundo onde a concentração de capital e conhecimento estão cada vez mais distantes da periferia?
- 4) Qual a "fórmula mágica" para a construção do socialismo em formações sociais periféricas?
- 5) Esta "fórmula" encontra-se em algum escrito de Marx, Engels e Lênin, ou tem necessariamente de passar por provas e mais provas de experimentação?
- 6) O que representa a categoria trabalhada insistentemente por Lênin da chamada "correlação de forças" em todos os planos da política, e o que isto tem a ver com o sucesso ou não da construção do socialismo na China e no mundo hoje?

2. "... a partir de 1978, o Partido Comunista da China embarcou num processo de reforma com base no mercado que, apesar de ter como princípio o revigoramento do esforço para a construção do socialismo, conduziu realmente à direção oposta e a um grande custo para o povo chinês".

Em primeiro lugar, é bom que se saiba que o mercado não era a base da política de Reforma e Abertura. A base desta política era primeiramente a reforma do sistema agrícola chinês que envolveu desde a forma de produtividade até o abastecimento (mais adiante discorreremos melhor acerca disto). O mercado é apenas o mecanismo utilizado para a regulação da oferta, procura, eficácia industrial e alocação de recursos. Aliás, para nota de esclarecimento, o mercado entendido como tal é o local onde a oferta e a procura de bens se realiza desde o tempo medieval e o mecanismo do planejamento não é inerência exclusiva do socialismo, mas também do capitalismo. Portanto, é correta — e está de acordo não somente com o desenvolvimento da China, mas também do desenvolvimento mundial e suas implicações na luta de classes e na acumulação de forças — a formulação de que a China encontra-se na etapa primária do socialismo pelo seu nível de atraso, por suas gritantes desigualdades regionais, pelo baixo índice de produção em ciência e tecnologia, por ter uma população com médio nível de alfabetização, por possuir grandes contingentes populacionais no campo, entre outros óbices; e que a economia socialista de mercado como a formação econômica é congruente com a superestrutura e a base econômica do país.

Afinal, estamos ou não diante de uma defensiva histórica e de dimensões gigantescas? E a China não sofre consequências desta conjuntura? Será que o exemplo dos últimos acontecimentos envolvendo o chamado "referendo pró-independência" de Taiwan não são suficientes para ilustrar isso? Ou vai se continuar a analisar a China e seu esforço desenvolvimentista com a retórica da década de 30 e com a cabeça em Marte?

A política econômica adotada a partir de 1978 por Deng Xiaoping, um revolucionário sem retoques e dono de um currículo de serviços prestados ao socialismo e à humanidade que não encontra paralelo em qualquer membro

vivo ou morto da 4° Internacional (ou 5° Internacional? ou 6°? Ou 7°?), revigorou sim o esforço de construção do socialismo, lançou ares novos na parca teoria produzida na URSS a respeito e foi responsável pela maior inclusão social da história mundial e reconhecida no mundo como a "campeã mundial do combate à pobreza". Trezentos milhões de pessoas foram alçadas ao mercado consumidor — esse foi um dos grandes custos "sofridos" pelo povo chinês.

Como lembrança para quem interessar, o Brasil, um país capitalista que tem uma população 8 vezes menor que a da China e 3 vezes mais terras em condições de plantio, conta atualmente com mais de 40 milhões de pessoas que acordam todos os dias sem saber se vai ter direito a pelo menos uma refeição.

Voltando, em minhas andanças pela China entre 17 de março e 10 de junho do presente ano, pude verificar na casa de pelo menos 50 famílias operárias e camponesas que visitei, a existência de bens de consumo jamais imaginados por um trabalhador africano ou da América Central. É interessante darmos uma olhada no relato produzido por William Overholdt, um insuspeito financista norte-americano e que todo ano tem visitado a Chinas⁶:

"As primeiras reformas agrárias de Deng duplicaram o rendimento dos agricultores da China, granjeando o apoio de mais de 800 milhões de camponeses".

Interessante falarmos um pouco da situação da agricultura pós-reformas. O problema imediato enfrentado pelo Partido Comunista da China (PCCh) e que determinaria o sucesso ou não das reformas encontrava-se na decadente

⁶ OVERHOLDT, W. *"The rise of China — How economic reform is creating a new superpower"*. Cultural Difusion. New York. 1993.

produção agrícola. Isto é uma questão social, econômica e principalmente política, pois a base social do PCCh ainda hoje é o campesinato.

Em qualquer país do mundo a agricultura deve antes de qualquer coisa dar condições de andamento para a indústria, alimentar a população e gerar divisas em exportações. No caso em tela, é complicado ter grandes aspirações que vão além da alimentação da população: a China conta com 1,3 bilhão de habitantes (cerca de 20% da população mundial), com 6% das terras aráveis do mundo que simplificando se traduz em uma média agriculturável per capita de 0,19 hectare, bem abaixo da média mundial de 0,70 e com uma superfície de pastagens de 12 hectares per capita, enquanto a média mundial é de 24 hectares⁷.

Com as reformas no campo, com todos os agravantes acima expostos, somados às constantes enchentes dos rios, foi abolido o antigo sistema comunal, abolido o sistema de compra compulsória de cotas pelo Estado e liberados os preços da maior parte dos produtos agrícolas. O resultado foi a explosão das safras agrícolas que tiveram crescimento de 67% entre 1978 e 1998.

A fome que foi a responsável pela morte de milhões de pessoas no país desde a antiguidade foi abolida, em qualquer lugar da China é visível a abundância de cereais, frutas, verduras e outros gêneros e o governo chinês contém em seu estoque de cereais o suficiente para alimentar o país nos próximos 3 anos. O mercado é o mecanismo de mediação entre os camponeses e os compradores, sim, mas a propriedade da terra é estatal, que concede estas terras às famílias camponesas, evitando em primeira instância o fenômeno típico de países capitalistas periféricos como a especulação fundiária.

⁷ POMAR, Vladimir. *"China: o dragão do século XXI"*. Ática. São Paulo. 1996.

Não existe "restauração capitalista" que se preze sem a privatização da terra, como aconteceu no leste europeu e na antiga URSS.

Como dado que ilustra o aumento do nível de vida da população do campo e resultado das reformas rurais pós-1978, a renda média camponesa teve aumento anual entre 1979 e 1988 de 9,6% ao ano⁸, criando mercado consumidor para produtos de consumo como televisões, geladeiras e material de construção por aumento de demanda de novas residências camponesas. A mão-de-obra excedente foi absorvida pelas Empresas de Cantão e Povoado, de caráter coletivo e que foram responsáveis entre 1978 e 1995 por 40% das exportações chinesas e que cumpriram papel de relevo no alívio da pressão sobre as cidades litorâneas. Estima-se que nestas empresas no ano de 1999, trabalhavam cerca de 120 milhões de pessoas⁹.

Ainda existem problemas e desafios no que cerne à questão da renda camponesa na China, de imediato o governo chinês (atual), estuda formas para reduzir os impostos sobre a produção no campo e a ideia é que chegue a 0% dos rendimentos até 2015. Cinco províncias foram escolhidas para servirem de laboratório a esta experiência e que, dando certo, abrirá mais uma vaga econômica de estímulo à produção e ao consumo no país.

Para encerrar a discussão sobre a questão camponesa, cabem três perguntas para reflexão: Será que se os camponeses, base social histórica do PCCh, não estivessem sendo beneficiados diretamente pela política de Reforma e Abertura, a China teria resistido ao vendaval contra-revolucionário de junho de 1989? Já que o custo desta tal "restauração capitalista" tem sido muito alto para o povo chinês, por que a contra-revolução não venceu em 1989? Ou não existiu uma contra-revolução e sim uma "rebelião de massas contra a

⁸ MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *"Economia e política do Desenvolvimento Recente na China"*. Revista de Economia Política. Vo1.19, n° 3, julho-setembro/1999.

⁹ *"Desarrollo de la agricultura e economia rural"*. Beijing Informa. n° 5, fevereiro de 1999.

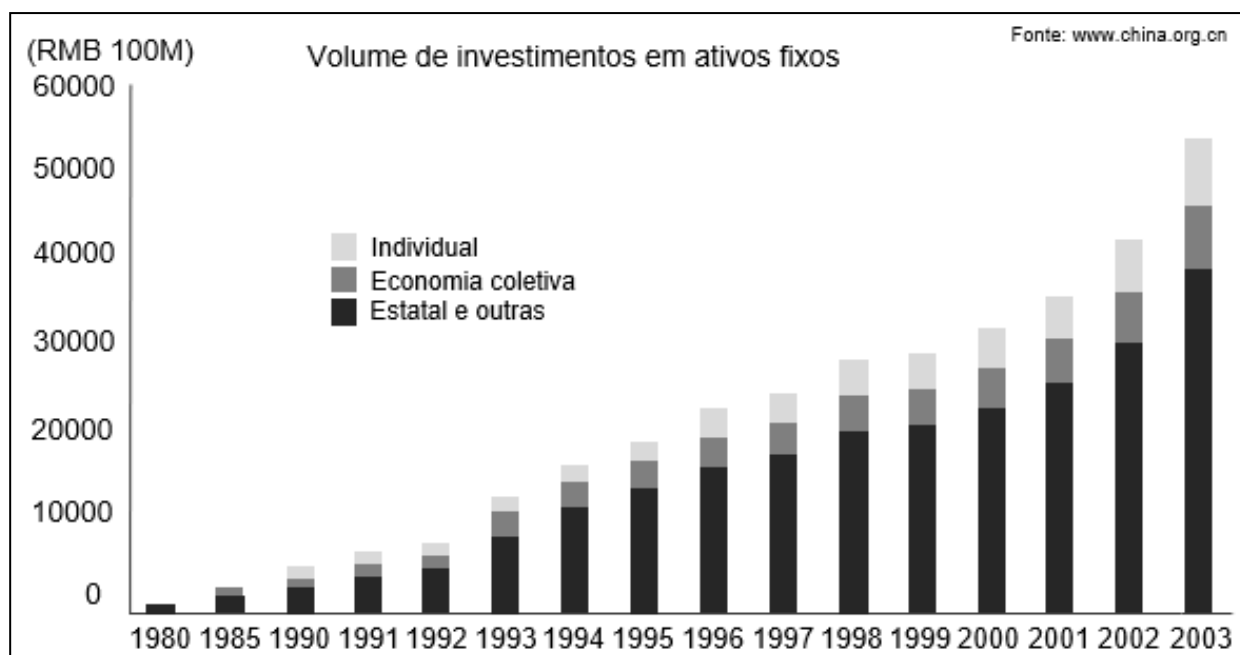
burocracia para restaurar o poder dos trabalhadores" como muitos acreditavam?

Com relação à "direção oposta" que seguiu as reformas econômicas na China, ou simplesmente "restauração capitalista", em que pese à baixa consistência teórica deste conjunto terminológico e o tom ideologizado e pobre do mesmo, são oportunas algumas observações e alguns dados.

O poder político, central para análise de determinado fenômeno político, continua nas mãos do PCCh, com direito a todas as simbologias do regime. O formato do Estado continua o de uma "ditadura democrático-popular", suas instituições idem. Interessante notar isso em um mundo em que tudo o que se assemelhe a socialismo, Estado etc está "fora de moda", tido como arcaico, anacrônico etc.

No campo da economia o Estado a partir de suas estatais, empresas coletivas e de propriedade de todo o povo respondem pelo gerenciamento de todo os setores ditos estratégicos da economia, setores com forte grau de monopólio, bancos, de exploração de recursos naturais etc. Empresas estas em que pude verificar pessoalmente que o peso do Conselho dos Trabalhadores nas decisões é muito grande e crescente, a participação nos lucros e resultados de empresas como a Sinopec é pelo menos 2,5 vezes maior que em estatais sob a égide capitalista dando condições para um operário de média qualificação dispor de uma casa própria bem equipada. E quanto mais superavitária for uma empresa estatal, maiores os rendimentos (independente dos salários fixados) dos trabalhadores.

Com relação aos investimentos em ativos fixos — investimentos estes que determinam o dinamismo interno de uma economia —, segue abaixo um quadro que discrimina a evolução dos investimentos por setores nomeados em estatal, coletivo e individual:



Fica claro aí que enquanto a globalização neoliberal dizimou economias estatais inteiras, a China segue altamente dependente destes investimentos que respondem por demandas inteiras em infraestruturas, máquinas para o departamento 1, entre outros. Este dado é suficiente para enterrar qualquer afirmação que corrobore com uma tal "restauração capitalista".

O setor estatal ainda responde por cerca de 65% do PIB e 71% dos impostos arrecadados. O gradualismo das reformas chinesas protegeu as estatais, transformando-as em corporações modernas, com capacidade de gerenciamento, administração e prontas para num futuro próximo serem a ponta de lança do país, numa guerra comercial que, como nos dizia Lênin, irá ter papel de relevo na luta global entre capitalismo e socialismo.

Isso mesmo, o futuro do socialismo dependerá em grande medida de quem sairá vencedor nesta batalha comercial em curso. Quem viver, verá. A não ser que estejamos analisando um outro planeta e não um território situado no planeta Terra.

3. *"(...) pessoas progressistas por todo o mundo continuam a identificar-se e a tomar como fonte de inspiração o desenvolvimento da China vendo o rápido crescimento do país orientado à exportação como a confirmação das virtudes do socialismo de mercado ou a prova de que, sem considerar etiquetas, a ativa direção do Estado na economia pode produzir desenvolvimento com êxito dentro da economia nacional".*

Sim, as pessoas progressistas por todo o mundo, pressionadas pelo pensamento único, que viram seus países e respectivas economias serem desnacionalizadas, que assistem a seus governos segurarem os preceitos do Consenso de Washington, que assistem há mais de 10 anos esses mesmos governos assumindo a inflação como o inimigo número 1. Tais pessoas progressistas têm visto em seus países uma ofensiva contra a democracia e os direitos do povo serem desmoralizados com grande frequência pela grande imprensa e pelas suas universidades. Estas pessoas sim se identificam com o desenvolvimento econômico da China que, num quadro de regressão econômica do mundo, tem atingido patamares de crescimento econômico e inclusão social simplesmente fantásticos. Os dados de que todos nós dispomos (e não preciso repetir) respondem por si só.

As pessoas progressistas admiram a China porque seus países de origem vivem a ditadura dos índices macroeconômicos, onde a vida de governos inteiros dependem sobremaneira do que a agência de risco pensa a respeito de tal ou qual país, vivem sob a ditadura dos superávits primários, dos cortes de gastos públicos, a ditadura dos bandos organizados em torno do narcotráfico etc, enquanto na China sua ditadura subordina os índices macroeconômicos a um projeto nacional de longo alcance, e que num primeiro momento durará 50

anos. E o que são 50 anos para uma civilização de mais de 5.000 anos de existência?

Sim, a ativa direção estatal na economia pode produzir desenvolvimento com êxito dentro da economia mundial. Um país que tenha projeto nacional que tenha em consciência os pontos dinâmicos de sua economia, os pontos de divergência entre os imperialismos, que tenha audácia política de convergir amplos setores de sua realidade nacional para um projeto de médio ou longo alcance, que tenha políticos capazes de conceber alianças globais estratégicas, tem sim condições de ter sucesso. E qual o problema disto?

No caso chinês também temos que concordar com as pessoas progressistas: o sucesso chinês é a confirmação das virtudes do socialismo de mercado. É a confirmação das virtudes também de um Partido Comunista que soube perceber, após grandes problemas internos, que não existe socialismo que se mantenha vivo sem o desenvolvimento rápido das forças produtivas, sem a liberação de energias e capacidades de empreendimento individual. Um Partido Comunista que jogou todas as suas apostas num processo de reforma que viabilizasse seu poderio sobre um território de 9 milhões de km² e fronteiro com 22 países. Sem Partido Comunista não existiria China moderna, sem Partido Comunista a China não teria as menores condições de enfrentar os acontecimentos de 1989, ou seria melhor a queda deste partido em 1989, o desmembramento da China em 7 países, ou protetorados norte-americanos e à volta a um passado que este mesmo partido pôs termo em 1949?

Agora, gostaria de falar algumas coisas acerca da afirmação, segundo a qual se supõe que o modelo chinês é voltado à exportação. Essa afirmação é absurda e nenhuma realidade econômica tem crescimento rápido e de grande duração somente pautada por exportações. Isso é um absurdo grotesco.

Como dissemos anteriormente, a primeira etapa das reformas econômicas na China serviram num primeiro plano para solucionar de uma vez por todas a questão do abastecimento interno, e num segundo, para fomentar um mercado consumidor que desse amparo a uma indústria recém-nascente de bens manufaturados. Podemos perceber a partir de um estudo mais sério e comprometido com a realidade que entre 1980 e 1983 o setor primário liderou a expansão econômica chinesa e entre 1984 e 1988 ela foi substituída pela indústria de bens de consumo; e entre 1989 e 1998 a produção de bens de capital deteve as taxas mais elevadas. O mercado interno foi o grande consumidor e responsável pela explosão produtiva de bens como televisão, máquina de lavar, gravador e ventilador¹⁰.

Pois bem, houve a formação de Zonas Econômicas Especiais no início da década de 80 com a intenção de se transformarem em plataformas de exportação e processamento de novas tecnologias. Os superávits comerciais com o ocidente foram suficientes para dois movimentos: o de se obter divisas estrangeiras indispensáveis para a aquisição de bens de capital; e a composição de reservas cambiais, reservas estas que determinam o grau de soberania econômica da China. E em economia não existe magia: ou se tem condição de acesso a novas tecnologias e reservas cambiais ou vive-se no limbo do FMI para o resto da vida. Aliás, é sempre bom repetir: se alguém tem a fórmula mágica para solucionar estes problemas, por favor, a encaminhe; não especulem com informações tão vitais para o fim da submissão em capital e tecnologia da periferia.

Outro vértice importante das reformas econômicas na China fica com os crescentes investimentos em Ciência e Tecnologia, aliás, a modernização da ciência e tecnologia são partes das chamadas 4 modernizações anunciadas por

¹⁰ SINGH, A.: *"The plan, the market and evolutionary economic reform in China"*. UNCTAD. Discussion Papers. n. 76.

Zhou En-lai em 1974 (as outras são: agricultura, indústria e defesa nacional). Tal modernização teve seu ápice com o lançamento do astronauta chinês ao espaço, quebrando o monopólio russo-americano deste tipo de lançamento. Deng Xiaoping elevou o estatuto dos cientistas na sociedade chinesa, atribuiu a Ciência e Tecnologia o papel de base das outras 3 modernizações. Não iremos, aqui, relatar as reformas das instituições e métodos científicos durante as décadas de 80 e 90, mas vale uma observação do professor Richard Suttmeier da Universidade de Oregon, EUA¹¹:

"A China fará face aos desafios do século XXI, tendo a seu dispor uma substancial comunidade científica, de qualificação, variada, mas crescentemente capaz. Nas duas últimas décadas, passou ela por abrangentes reformas institucionais e mudanças políticas, com o objetivo precípua de torná-la mais socialmente expressiva, economicamente confiável e apta a competir na busca de excelência na pesquisa e na inovação tecnológica".

Continuando com a farsa do "modelo exportador", o ano de 1997 foi marcado pela crise asiática, que teve repercussões de grande alcance na China. A reforma do sistema financeiro chinês em 1998 foi o marco inicial para o início de uma política de resistência a crises longas inerentes ao capitalismo mundial. Tal reforma do sistema financeiro criou condições objetivas para a China resistir com êxito à tal crise.

Para quem acredita que houve um enfraquecimento do planejamento central, os objetivos na China são claros: manter um crescimento econômico da ordem de 7,2% entre 2001 e 2020 e de 5,2% entre 2021 e 2050. O objetivo

¹¹ SUTTMEIER, R. & CONG, C.: "Chinass Brain Bank — Leadership and Elitism in Chinese Science and Engineering". Asian Survey, vol. XXXIX/3. may-jun. 1999.

traçado consistia em estimular o consumo interno fomentando um mercado interno de massas e elevar à China a condição de uma economia pós-fordista de dimensões continentais já no ano de 2030 interligados por imensas ferrovias, rodovias, gasodutos, linhas de transmissão de energia e informação.

O meio para a consecução de tal tarefa é a viabilização de centenas de projetos de infraestrutura que atendam as duas demandas expostas acima. Entre 2001 e 2005 (10º Plano Quinquenal) os investimentos em infraestruturas em energia e transportes alcançarão a cifra de US\$ 1 trilhão de dólares. Entre os projetos mais importantes estão a Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, o gasoduto de 4.221 km. ligando o Xinjiang a Xangai, A ferrovia Qinghai-Tibet (primeira ferrovia conectando o Tibet ao resto da China), a transferência de energia hidrelétrica do oeste ao leste, a ampliação do transporte metroviário em 5 cidades e a inauguração das primeiras linhas em outras 15¹².

Outros 63 projetos estão em andamento no setor ferroviário: dos 70.000 km de linhas verificadas em 2001 passarão a 75.000 em 2005. No setor rodoviário 8 estradas troncais nacionais e 8 interprovinciais somarão mais 28.000 km de estradas em 2010. Os atuais 1,75 milhões de km chegarão a 4 milhões em 2050, estando assim de acordo com as necessidades de um país das dimensões da China. Cinquenta e cinco por cento de todos os projetos infraestruturais estão sendo destinados ao oeste da China.

Voltando ao contexto de desenvolvimento de uma economia continental vale ressaltar o projeto de modernização da municipalidade de Chongqing. Situada no curso médio do Yang-tsé, compreende um território três vezes maior que o da Bélgica e receberá até 2010 US\$ 200 bilhões do governo central, com a intenção de transformá-la na "Chicago chinesa". Naquele

¹² JABBOUR, E. *"A China e seus investimentos em infra-estrutura"*. Revista Princípios. Fev.-Mar.-Abr. 2004.

momento Chicago transformou-se no centro dinâmico do meio-oeste americano como grande entroncamento ferroviário e mercado distribuidor agrícola¹³.

Seria no mínimo interessante assistir pessoalmente ao impacto em forma de geração de renda e produto nas regiões beneficiadas por tais empreendimentos.

Acreditamos encerrada por aqui a argumentação sobre o "modelo exportador", servindo também para responder, mesmo que de forma geral, à assertiva de que a "China privilegia mercados externos em detrimento do interno" e na crença de do "enfraquecimento da planificação central".

A crescente dominação estrangeira

A forma como foram solucionadas as questões relativas a Hong-Kong e Macau e a maneira como o governo chinês tem tratado a questão de Taiwan. A crise rápida do avião espião que teve de fazer pouso forçado na ilha de Hainan. As crescentes pressões que a China faz no âmbito da ONU para o perdão da dívida dos países do Terceiro Mundo e a ampliação do número de membros do Conselho de Segurança da ONU e a maneira que a China se organiza no âmbito da OMC já são fatos mais do que suficientes para desmentir tal afirmação.

Com relação à organização e às formas de propriedades inerentes à economia chinesa idem, nenhuma empresa estrangeira pode ter participação majoritária em quaisquer negócios. Toda e qualquer empresa que queira se instalar na China tem de necessariamente aderir a um protocolo de 25 pontos,

¹³ CLIFORD, M. & ROBERTS, D. *"Westward Ho!"*. Business Week. October 2003. DOLVEN, Ben. *"Building it — but will they come"*. Far Eastern Economic Review. September 4, 2003.

entre eles e o que achamos mais importante é aquele que se compromete com a transferência de tecnologia e de métodos gerenciais modernos.

Nenhuma empresa estrangeira pode ter participação em áreas em que a China conta com tecnologia própria avançada como a de geradores elétricos de médio e pequeno porte.

Enfim: **TODOS OS CONTRATOS SÃO ASSINADOS COM O COMPROMISSO DE TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA.**

Mas, já que a China é dominada pelo capital estrangeiro, gostaria que me respondessem à seguinte pergunta: por que essa "onda" toda em torno da problemática da propriedade intelectual voltada contra a China? O governo chinês responde de forma que tal questão está sendo levada em consideração dentro das condições internas da China e que nem no ocidente esta questão está resolvida.

Vale ressaltar que 71% dos investimentos diretos estrangeiros são advindos de Hong-Kong, Taiwan e de chineses étnicos de Cingapura. Em 2003 a China firmou contratos de cooperação com cerca 183 países. E a participação de empresas de capital misto no conjunto geral do PIB chinês em 2003 foi de apenas 5%.

Onde se encontra esta tal dominação estrangeira?

Por que, sendo um país que caminha para a dominação por outros países, a China é alvo constante de ataques tanto dos EUA quanto de seu vizinho e rival Japão?

Um Estado em que sua economia está sob controle do capital estrangeiro não pode colocar a França, o Japão e a Alemanha a brigarem entre si para ver quem transfere o maior número de tecnologias inerentes ao trem, de princípio

Meglev, para em seguida investir US\$ 25 bilhões numa ferrovia de altíssima velocidade ligando Pequim a Xangai?

Enquanto isso o Brasil assiste ao desmonte de sua indústria ferroviária, afinal se a Siemens ou a Alston podem fabricar os trens para depois exportá-los ao Brasil, para que ter à disposição da nação uma indústria ferroviária com capacidade de absorver encomendas internas?

E para finalizar esta parte fica o apelo à seriedade e ao faro científico, ainda mais ao analisar uma realidade que pode modificar radicalmente a correlação de forças no mundo.

Infelizmente pelo jeito não somente para o imperialismo norte-americano. E fique para o leitor julgar quem realmente contribui para a confusão teórica.

Estamos abertos ao debate.

VI

A China e seus investimentos em infraestrutura¹

A atual política econômica implantada na China após a eclosão da crise asiática, baseada na formação de um mercado interno de massas e tendo como meio o alavancamento infraestrutural, é mais uma prova da capacidade chinesa de enfrentar seus desafios tanto internos quanto externos.

Muito se comenta — e pouco se leva a sério — sobre o que realmente acontece com a economia chinesa. Seus índices de crescimento acelerado e sustentado assustam analistas no mundo inteiro. Porém, de 1998 para cá fatos novos em política econômica têm garantido a manutenção de tais índices. O crescimento econômico chinês alcança novo patamar.

Macroeconomia chinesa: o país em condições de crescer para dentro

Desde 1978, ano inaugural de sua nova política econômica, baseada na reforma da estrutura da economia e na abertura ao exterior, a China vem experimentando um verdadeiro frenesi de crescimento acelerado e sustentado:

A média anual, entre 1978 e 2003, é de 9,3%. Seu comércio exterior cresceu quase 30 vezes em 25 anos. Em 1978, seu volume foi de US\$ 20,6 bilhões, ocupando o 30º lugar no mundo e, no ano de 2003, foi de US\$ 851,2 bilhões — sendo US\$ 438,37 bilhões correspondentes às exportações e US\$ 412,84 bilhões às importações, com aumento verificado de 34,6% e 39,9%,

¹ Publicado na Revista Princípios nº 72 de abr/mai/jun de 2004.

respectivamente², em relação ao ano anterior, passando a ocupar, assim, o 5º lugar no mundo.

Voltando à questão dos altos índices de crescimento, 2003 foi marcado pelo maior índice de crescimento econômico dos últimos 6 anos para o período: 9,1%, certamente alavancados pelos enormes investimentos em infraestrutura, pela notável performance de sua indústria automobilística, e por um corajoso sistema de crédito.

Seus índices macroeconômicos são bem satisfatórios, pois sua taxa de câmbio real parece satisfazer todas as condições de equilíbrio interno e externo; suas reservas cambiais alcançaram a impressionante cifra de US\$ 410 bilhões no final de 2003; sua taxa de juro real é de 6% para as empresas; suas exportações são dinâmicas; sua taxa de inflação mantém-se próxima da mundial (de 2% a 3%) e sua dívida externa corresponde a 15% do PIB³.

Sua receita fiscal em 2003 ultrapassou os US\$ 250 bilhões, com aumento verificado de 21,5% com relação ao ano anterior, mantendo, assim, um aumento da arrecadação fiscal maior que o índice de crescimento econômico.

Somando-se a tudo isso, sabe-se que a China — com aproximadamente 1 bilhão e 250 milhões de habitantes — possui o maior mercado potencial do mundo. Aliado a esse dado, o país conta com uma estrutura política e social altamente estável e com um governo que provou ao longo de 25 anos ter o efetivo controle sobre sua economia. A junção de tais fatores o credencia à condição de Net Capital Importer, ou seja, uma praça tomadora de recursos produtivos internacionais para todos os setores de sua economia.

² “China’s total trade volume hit US\$ 851,2 billion last year”. People’s Daily. 12/1/04.

³ Delfim Netto, em artigo publicado na Gazeta Mercantil em janeiro de 1998, faz uma interessante comparação entre os casos chinês e brasileiro, apontando como competência as diferenças em matéria de política econômica entre os dois países.

Tendo as colocações e dados expostos, podemos sem nenhuma sombra de dúvida adjetivar a China como um ponto de equilíbrio na conturbada economia mundial e em especial do Sudeste asiático — como muito bem demonstrou o prosseguir da recente crise financeira asiática. E mais: a partir dos índices macroeconômicos demonstrados, podemos, subjetivamente, sugerir que a China tem condições suficientes para alavancar seu crescimento pela expansão interna, sem criar problemas externos. A não desvalorização do yuan, por ocasião da crise financeira asiática em 1997, é razão suficiente para acreditarmos na implantação de tal política.

Assim posto, com índices macroeconômicos favoráveis e apreciando as profundas transformações no campo da economia-mundo, a partir de 1998 o governo chinês lança o maior projeto de obras em infraestruturas em andamento no mundo, sobretudo nos campos relacionados à energia e transportes com a finalidade de empreender a formação de um mercado de massas, como maneira de manter, em um ambiente externo marcado por crises de ordem financeira e de superprodução, um crescimento econômico sustentado, entre 2001 e 2020, de 7,2% e de 5,4 até 2050.

Dessa forma, a China passa a ter seu crescimento elevado a um novo patamar, sólido e de profundo significado para o êxito de seu sistema socialista.

Além do econômico: por que investir em infraestrutura, energia e transportes?

Podemos afirmar que a política de reforma e abertura é um produto de criatividade e uma forma de enfrentar os crescentes desafios internos e externos postos pela vida aos governantes chineses. O principal desses desafios no campo interno é dar soluções práticas à principal contradição, no interior da China, existente entre as grandes necessidades materiais e espirituais de uma

nação — que, em 1978, beirava a casa dos 1 bilhão de habitantes — e as por demais atrasadas forças produtivas e os meios de produção à disposição.

Ainda hoje, essa contradição é grande, pois para se desenvolver sustentadamente, a China necessita de 1.000 kw per capita de energia elétrica e conta atualmente com apenas 300 kw per capita instalados⁴. E não há programa de industrialização e desenvolvimento que dure sem o devido respaldo em capacidade energética. Por outro lado, podemos vislumbrar que a política do governo chinês em financiar o consumo de energia elétrica às famílias camponesas, aliada ao empenho de total eletrificação do país até 2010, viabilizará encerrar no próprio mercado interno a produção e o consumo de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Do ponto de vista da geografia econômica, os investimentos em infraestruturas trazem em seu bojo as condições objetivas para a estruturação de uma indústria com peculiaridades próprias; servem à proteção ecológica; delimitam e jogam a outro patamar o papel estratégico do mercado interno nacional; e geram renda, produto e novas necessidades. Transformam o território e a vida das pessoas com o aumento da taxa emprego e da renda, entre outras coisas.

Voltando — e pincelando —, à questão geopolítica, justificamos que investimentos maciços em energia e transportes, além da importância em matéria de desenvolvimento econômico, para um país de dimensões continentais — que almeja ser a nação mais desenvolvida do planeta em 2050, com 1,25 bilhão de habitantes de 56 nacionalidades diferentes, fronteira com 22 países — têm alto valor geopolítico, tanto doméstico quanto internacional.

Já sob uma ótica social, tais investimentos estão na ordem do dia, pois no país aumentou consideravelmente o desemprego urbano que, em 2000,

⁴ “Electricity generated in Southwest China Has Huge Market”. People’s Daily. 3/7/2002.

fechou em 3,1% da população economicamente ativa e, em janeiro de 2003, já atingia 4%.

Substanciando essa problemática, prevê-se a perda de 500 mil postos de trabalho na indústria automobilística nos próximos sete anos. Na agricultura, afetada pelo fim dos subsídios estatais e pela queda das tarifas alfandegárias, serão perdidos outros 9,6 milhões — número que pode ser acrescido aos 8,5 milhões de camponeses que têm deixado o campo e procurado emprego nas cidades. Já as estatais, com a reforma de sua estrutura, deixarão desempregados cerca de 3 milhões e as indústrias metalúrgicas, por força da reestruturação produtiva, poderão perder em 2 anos cerca de 1,1 milhão de postos de trabalho.

Configura-se, assim, outra justificativa para a viragem de sua política econômica pós-crise asiática em favor de investimentos em infraestruturas: a maior parte destes investimentos abriga mão-de-obra intensiva e barata, diminui a capacidade ociosa em indústrias correlatas, como as de aço, cimento, areia, asfalto, madeira, petroquímica, pedra, de locomotivas, entre outras. Estima-se, ainda, nos primeiros 9 meses de 1998, terem sido gerados mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos em construção de estradas; número que chegou a 10 milhões em junho de 2002⁵.

O crescimento rápido e sustentado da economia chinesa nos últimos 22 anos — acrescido do caráter distributivo que regula tal crescimento —, torna-se por si só uma justificativa para o empenho do governo chinês em construir milhares de quilômetros de estradas, ferrovias, metrô, anéis viários (Pequim e Xangai) e usinas geradoras de energia⁶. Com o crescimento econômico,

⁵ Zhongyum, Luo “Sectores ferroviário e rodoviário impulsionam crescimento econômico”. Beijing Informa n° 33, 16 a 23/10/2002.

⁶ Relatórios da ONU indicam a China como o país do mundo que mais contribuiu para a eliminação da pobreza, acrescidos de dados de mostrando que para o ano de 2005 as

milhares de cidadãos passam a ter no automóvel um sonho de consumo. Inúmeras pessoas conseguem empregos cada vez mais distantes de suas residências e muitas desfrutam de feriados prolongados, que as levam a atravessar, em muitos casos, milhares de quilômetros.

Também em razão do crescimento econômico, estão ficando cada vez mais estranguladas as grandes avenidas de cidades como Pequim, Xangai, Guangzhou, Nanning, Chongqing, onde fica cada vez mais clara a necessidade de pesados investimentos em projetos, como o de metropolitanos e suburbanos interligados que absorverão, durante o 10º Plano Quinquenal (2001-2005), US\$ 98,5 bilhões na construção de linhas inaugurais e de alongamento em 20 cidades. Somente na cidade de Xangai, neste mesmo período, serão investidos US\$ 8,8 bilhões em três novas linhas e em cerca de 50 novas estações.

Planificação descentralizada, otimização espacial e um salto qualitativo

As desigualdades regionais na China têm raiz: são herança das épocas anteriores à proclamação da República Popular da China (1949), marcadas, sobretudo durante o século XIX, pela utilização das franjas litorâneas por parte dos imperialismos inglês e japonês para o embarque de matérias-primas provindas do interior e pelas incipientes instalações de indústrias manufatureiras de Xangai e Guangzhou, que ajudaram a demarcar a linha da desigualdade facilmente perceptível entre um litoral rico e um interior pobre.

Durante o período maoísta, ao lado do caráter desenvolvimentista empregado no sentido de reduzir tais desigualdades, o jogo geopolítico — fator objetivo —, colaborou para diminuir as desigualdades regionais: como se sabe, a República Popular da China teve assento garantido na ONU apenas em

peças com renda anual acima de US\$ 10 mil aumentarão para 400 milhões no mundo, sendo que metade delas será de chineses.

1971, o que a fez viver por 22 anos num isolamento diplomático, agravado em 1962 pelo rompimento com a URSS. Isso levou as autoridades chinesas a transferirem as unidades industriais chinesas para o interior a fim de diminuir a vulnerabilidade do país a ataques do exterior.

Concomitante com essa política investimentos eram feitos no sentido de buscar petróleo e carvão nessas localidades, obrigando o governo a despender grandes somas de capital para esse fim; e, por outro lado, também contribuindo para radicalizar a divisão social do trabalho interno, pois a acumulação primitiva socialista a partir da agricultura (modelo soviético adotado pela China) gerava demasiada dependência industrial e estatal dos rendimentos agrícolas e, conseqüentemente, de seus excedentes.

Logo, entender a política de reforma e abertura como um rompimento com o antigo modelo soviético é uma verdade, desde que se perceba tal política como um esforço de maximizar o crescimento econômico, fazendo da descentralização espacial uma forma de dinamizar as iniciativas locais e mobilizar amplamente os recursos materiais e humanos.

Sob tal ponto de vista e pela definição das reformas econômicas na China, aos geógrafos marxistas abre-se um campo de pesquisa e entendimento da construção do socialismo em formações sociais periféricas. Desde já colocamos as seguintes indagações: 1) Como tratar e trabalhar contradições inerentes à divisão social do trabalho na etapa primária de edificação socialista? 2) Sendo o modo de produção socialista dominante qual o impacto sobre o território e a sociedade das políticas públicas da transferência de recursos de zonas ricas às zonas rurais pobres? 3) Qual o papel do mercado de capitais em uma economia socialista em estágio inicial e principalmente na alocação de recursos no sentido da concreta diminuição das desigualdades regionais? 4) Transformada a China em potência financeira, como se configura a geografia

econômica em âmbito mundial e a respectiva transição ao socialismo nas demais formações sociais periféricas?

Voltando ao cerne da proposta inicial, a China procura, desde 1978, tirar partido das vantagens comparativas: busca fazer com que as regiões interioranas chinesas sustentem a edificação da indústria energética, dos transportes e das matérias-primas, de maneira inclusive a sustentar o desenvolvimento das regiões costeiras⁷.

Toda essa dinamização espacial pós-1978 teve como pressuposto a redução da planificação central, que ainda existe para gerenciar grandes projetos estratégicos; porém, passou a conviver com os planos regionais, provinciais e interprovinciais. Assim sendo, o interior do país deixou de ser um mero repassador de bens e riquezas ao centro dinâmico econômico chinês, assumindo o estatuto de gerenciador de seu próprio desenvolvimento sustentado.

Dessa forma, a partir de 1992 o governo chinês buscou fazer uma abertura em várias direções, no sentido de atrair as zonas interioranas para investimentos, com a participação de capitais nacionais e estrangeiros na construção de infraestruturas e na exploração de recursos naturais; verifica-se, no decorrer de algumas leituras e consequente análise, que desde 1992, as capitais de províncias e regiões autônomas interioranas — uma a uma — se transformaram em áreas abertas: instalou-se no país como um todo 47 zonas nacionais de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento de altas e novas tecnologias.

A Região Autônoma de etnia uigur do Xinjiang, por exemplo — fronteira com Rússia, Índia, Cazaquistão, Tadjiquistão, Mongólia, Afeganistão

⁷ “Comunicaciones sobre rieles de Shangai: Uma longitude total de 400km en los próximas cinco anos”. China Internet Information Center. 24/11/2002.

e Paquistão —, até 1978, era uma atrasada região de pastores, com alguns poços de petróleo perfurados. Em 22 anos, conheceu desenvolvimento vertiginoso com o aperfeiçoamento de sua infraestrutura a partir do desenvolvimento tecnológico, possibilitando otimizar a descoberta e consequente extração de petróleo e gás natural⁸. Estima-se que 25% das reservas em petróleo e gás da China encontram-se no Xinjiang e suas reservas de gás são suficientes para abastecer Xangai por 30 anos. Enormes somas foram investidas pelo governo central em 23 estradas de rodagem — 11 delas interprovinciais —, somando 33.020 km de estradas abertas, sendo que 25.200 foram construídas nos últimos 22 anos.

Atualmente, o Xinjiang possui 6 cidades abertas que contam com 113 empresas investidoras originárias de Hong-Kong e 14 de Taiwan. A região autônoma mantém relações comerciais com 73 países do mundo, sendo que os produtos mecânicos gozam de enorme prestígio no mercado internacional.

E mais: com a implementação na primavera de 1999 do "Projeto Para o Desenvolvimento Oeste", espera-se que num espaço de 20 a 30 anos se produza um verdadeiro salto quantitativo que elevará a China à condição de uma economia pós-fordista de dimensão continental a exemplo da integração territorial norte-americana na segunda metade do século XIX: um país continental interligado por imensas ferrovias, rodovias, gasodutos e linhas transmissoras de energia e de informação.

Neste contexto de desenvolvimento de uma economia continental, vale ressaltar o projeto de modernização da municipalidade autônoma de Chongqing. Tal municipalidade (elevada a tal condição em 1997) situada no curso médio do rio Yang-tsé, que compreende um território três vezes maior

⁸ Overholt, Willian H.: "The Rise of China. How economic reform is creating a new superpower". P. 88, 1993.

que a Bélgica, receberá cerca de US\$ 200 bilhões até 2010, com a intenção de transformá-la na "Chicago chinesa". Naquele momento, Chicago transformou-se no centro dinâmico do meio-oeste americano como grande entroncamento ferroviário e mercado distribuidor agrícola⁹.

Reestruturação energética e otimização dos transportes viabilizam nova onda de crescimento

Para o 10º Plano Quinquenal, em andamento desde 2001, é patente a ênfase em megaprojetos de infraestruturas ligadas à reestruturação energética e à otimização ferroviária, metroviária e rodoviária, além de mais de 50.000 projetos de auxílio em infraestruturas às zonas pobres, que buscam favorecer a demanda interna e o reajustamento estrutural, acarretando em resistência ao impacto gerado pelo desaceleramento econômico mundial.

Enquanto o Brasil continua em marcha à ré em relação aos investimentos em infraestruturas o Estado chinês destinará à viabilização de tais projetos cerca de US\$ 800 bilhões, a serem divididos em investimentos estatais diretos, concessões de serviços públicos a empresas públicas, emissão de bônus do tesouro, participação estrangeira em forma de joint-ventures, financiamento externo tanto de governos estrangeiros quanto sob forma de empréstimos de instituições financeiras e cotização de ações em bolsas de valores, como nas obras da Hidrelétrica de Três Gargantas e do Gasoduto Oeste-Leste.

Entre os megaprojetos, podemos destacar a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas (1993-2009); a primeira ferrovia a cobrir o território tibetano, que ligará Lhasa a Golmut, na província de Qinghai (2001–2007); o gasoduto Oeste-Leste de 4.221 km (2002-2005); e o projeto

⁹ Clifford, M. & Robert, Dexter.: "Westward Ho!". Business Week. October, 2004.

de transferência de energia hidrelétrica do centro-oeste chinês ao leste do país, com a construção em andamento de 13 novas hidrelétricas de médio porte (2001–2005).

A construção da usina hidrelétrica de Três Gargantas teve início em 1993 e será entregue em 2009. Contudo, já em 2003, quatro geradores entraram em funcionamento e no presente ano outros quatro também serão disponibilizados. Quando for posta em total funcionamento, gerará energia elétrica para 9 províncias do país. O maior projeto hidrelétrico do mundo tem investimentos previstos da ordem de US\$ 22,5 bilhões, sendo importante salientar que tal custo teve decréscimo de US\$ 2,5 bilhões de seu valor original, pois, entre outros fatores, a mão-de-obra chinesa relativamente barata e a prática do método licitatório para todos os estágios da obra fizeram com que o custo médio de construção caísse para US\$ 1,2 mil por kw — metade do custo de projetos desenvolvidos em países do centro do sistema, como os EUA e o Canadá. Do início da construção até 2002 foram firmados 6.187 contratos, com valor total de US\$ 6,3 bilhões, sendo aproximadamente US\$ 4,1 bilhões sob métodos licitatórios¹⁰.

Sobre a ferrovia que interliga a capital do Tibet (Lhasa) a Golmut (capital de Qinghai), destacamos tratar-se da maior obra em andamento no mundo moderno. Tal ferrovia, de 1.125 km, terá 80% de seu trajeto a uma altitude média de 4.000m (o ponto mais alto será de 5.072m), com 50% sob "permafrost", ou seja, sob terra coberta com gelo permanente e ar rarefeito. Terá túneis a serem perfurados em até 100m de profundidade. Cento e cinco pontes serão construídas e 75 km de túneis, tendo de ser removidos para isso 8 milhões de m³ de rochas.

¹⁰ Dolven, Ben.: "Building it – But will they come". Far Eastern Economic Review. Setembro 4, 2003. Oliveira, Amaury Porto de.: "O salto qualitativo de uma economia continental". Política Externa. Vol. II, n° 4, março/abril/maio, 2003.

Tal empreendimento, que teve início em junho de 2001, terá fim em 2007 e consumirá US\$ 3,2 bilhões. A importância se deve ao fato de o Tibet (região mais atrasada da China) não contar com nenhuma ferrovia que a ligue ao restante do país. Desse modo, ela fomentará o comércio do Tibet com outras regiões do país. Esse é, portanto, o maior projeto entre outros 103 desenvolvidos a partir de 1998, com investimentos de US\$ 10 bilhões; o que tem propiciado ao Tibet crescimento econômico anual de 12,1% nos últimos 4 anos¹¹.

Entrando na questão da reestruturação energética cabe lembrar que a China tem 70% de sua capacidade energética supridos por carvão e petróleo. Não é preciso falar sobre os prejuízos financeiros e ambientais de tal estrutura. Por outro lado, foram descobertas as maiores reservas de gás natural do mundo na província de Xinjiang. Assim sendo a substituição de petróleo e carvão por gás natural tornou-se estratégica e, após 5 anos de estudos, ficou pronto o projeto, que consiste num grande gasoduto que ligaria os ricos campos do Xinjiang a Xangai, num trajeto de 4.221 km, atravessando o rio Huang-ho por três vezes e as montanhas de Luliang, Taiye e Taihang.

A construção de gasodutos, além de todos os aspectos relacionados com a utilização industrial do combustível, compreende a prospecção e a exploração dos recursos de gás. A primeira vantagem econômica está no preço do metro cúbico de gás natural importado (US\$ 0,20). Já para o consumo interno o gás natural de Tarim terá um custo de US\$ 0,15. Esse preço, por ser aceitável aos consumidores, permite garantir benefícios de 12% para o projeto e outros 12% para impostos em transporte. Há previsão de os lucros surgirem quando o

¹¹ “Three Gorges firm seeks listing”. China Daily. 26/2/2002.

volume de gás transportado chegar a 8,4 bilhões de m³ — o que deve ocorrer em 2006¹².

O custo avaliado para o projeto é de US\$ 22 bilhões e há a perspectiva de serem empregues milhões de toneladas de aço laminado. Há necessidade de capital e tecnologia dada a incapacidade tecnológica do país para produção de tubos de aço. Para isso, tornou-se sem efeito a antiga norma que não permitia a nenhuma empresa estrangeira participar de todos os níveis de um projeto de tal ordem. Foi firmado um acordo para a constituição da maior joint-venture da história do processo de reforma e abertura¹³. Assim, em julho de 2002, firmou-se a joint-venture, com capital 55% chinês (Sinopec, PetroChina e Hong-Kong China Gás) e 45% estrangeiro, representado pela Rússia's Gasprom (15%); anglo-holandesa Royal/Dutch Shell (15%); e ExxonMobil (15%). Os lucros são aguardados para 2006.

Segundo perspectivas de mercado, espera-se que o projeto acelere o reajuste da estrutura econômica, da produção e da tecnologia das indústrias relacionadas. Até então, várias cidades litorâneas e as localizadas em torno do Rio Yang-tsé têm firmado cartas e contratos da ordem de US\$10 bilhões com a finalidade de concretizar projetos de engenharia para obras públicas e de renovação energética de suas indústrias.

Invertendo a proposta e adentrando os setores ferroviário e rodoviário, em geral, descrevemos estarem sendo investidos US\$ 40 bilhões em 63 projetos, sendo US\$ 30 bilhões para a construção ferroviária e US\$ 10 bilhões para desenvolvimento de novos trens e locomotivas. Os atuais 70.000 km de linhas passarão a 75.000 km em 2005. E 52% de tais investimentos serão centrados no centro-oeste do país, atualmente com 25.000 km de trilhos que,

¹² “Qinghai-Tibet Railway kicks off”. People’s Daily. 6/6/2002.

¹³ “Gás natural runs over 4,000 across China”. People’s Daily. 4/7/2002.

em 2005, chegarão a 27.500 km¹⁴. A velocidade máxima dos trens que ligam Pequim a Harbin, Xangai e Guangzhou passará a 160 km/h, em 2003, e 200km/h, em 2005. E a linha leste-oeste Lianyungang-Lanzhou, a 210 km/h¹⁵, juntamente com a construção de 900 km de trilhos de alta velocidade, interligando todos os centros industriais da rica província de Guangdong.

As obras no setor rodoviário tiveram início em 1998 e foram continuadas durante o 10º ano do Quinquenal a reforma e a construção de 8 estradas troncais nacionais e mais 8 interprovinciais, somando 28.000 km¹⁶. Em longo prazo, espera-se que até 2050 toda a rede rodoviária chinesa esteja de acordo com as necessidades de um país altamente desenvolvido. Os 1,75 milhões de km se transformarão em 4 milhões, em 2050.

Nas regiões ricas do litoral estão em construção autoestradas enquanto que as rodovias novas destinam-se ao oeste do país. Para tanto, 251 obras rodoviárias no oeste estão em andamento desde 1998. As estradas troncais já citadas serão interligadas por uma rede de 5 (cinco) corredores norte-sul e 7 leste-oeste, conectando completamente o interior pobre e o litoral desenvolvido. Nos âmbitos das províncias, está em andamento a construção de estradas de cimento, que ligarão as capitais provinciais a distritos, vilas e aldeias. O valor estimado para a conclusão de todos os projetos previstos é de US\$ 62,5 bilhões, já tendo sido utilizados até 2002 US\$ 22,6 bilhões.

A atual política econômica implantada na China após a eclosão da crise asiática, baseada na formação de um mercado interno de massas e tendo como meio o alavancamento infraestrutural, é mais uma prova da capacidade chinesa de enfrentar seus desafios tanto internos quanto externos. A este lado

¹⁴ "Foreing giants take gas pipeline stake". China Daily. 2/7/2002.

¹⁵ Zhongyun, Luo. "Sector ferroviário impulsa crecimiento econômico". Beijing Informa. N. 47, 15 a 22/12/2002.

¹⁶ "China's railway to initiate two more speed-increases in 2003 and 2005". China Daily, 13/6/2002.

do mundo coloca-se como tarefa imediata desmistificar falsos desafios (inflação) e enfrentar nossos verdadeiros desafios. Os comunistas chineses são exemplo para tão árdua tarefa.

VII

A China e a questão nacional brasileira¹

Dedico este artigo ao economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994), que neste ano completaria 90 anos. A vitalidade de seu pensamento, fruto de uma criatividade e radicalismo peculiares continua a iluminar o futuro do Brasil, compreender e esmiuçar a questão nacional e nos estimular ao combate e ao debate.

As bases teóricas para esta curta apresentação estão contidas no ensaio assinado por Rangel, "Revisitando a Questão Nacional", publicado nos Encontros com a Civilização Brasileira, n° 27, 1980.

Bandeira de ampliação tática, tarefa que se coloca, a questão nacional que outrora consistia em garantir a expansão de nosso parque industrial (1930), ou trocando em miúdos, viabilizar a existência em nosso país de uma indústria que contemplasse as necessidades políticas, econômicas e sociais do país, hoje se coloca, de forma simplificada, na criação de condições objetivas para o rompimento definitivo com o imperialismo, e para tal faz-se indispensável conceber um aparelho de intermediação financeira de caráter nacional (bancos e mercado de capitais), com condições de transferir recursos, garantindo assim a utilização plena de nossa capacidade produtiva, suprindo assim nossa indústria de base de condições para o enfrentamento do imenso desafio de desatar o estrangulamento de nossas infraestruturas, além de

¹ Publicado na revista Debate Sindical n°49. Set/Out/Nov de 2004.

substituir o FMI como instituição que cumpre atualmente este papel de intermediador.

Esse hipotético capitalismo financeiro brasileiro entraria em choque com o capitalismo financeiro internacional, da mesma forma que o nascente capital industrial brasileiro da década de 30 chocou-se com o capital industrial inglês.

O único fato histórico inerente a cada momento em que a questão nacional vem à baila é a troca de hegemonia na economia mundo. Em 1822 trocamos a hegemonia portuguesa pela inglesa, e em 1930 a trocamos pela norte-americana, hegemonia esta que atualmente trava o processo de aprofundamento da revolução burguesa no Brasil iniciado com a subida de Vargas ao poder em 30 e que na década de 90 entrou num processo de apostasia, ou seja, uma contra-revolução aberta.

Como economia periférica, o Brasil deve incrementar suas relações com o que há de mais dinâmico e progressista no mundo. E isto é pré-condição para a solução da "presente" questão nacional.

Utilizando as palavras do embaixador Amaury Porto de Oliveira, "a China surge como alternativa"

A alternativa chinesa

Como já descrito, a solução da questão nacional é um processo muito mais complexo do que se aparenta. Se do ponto de vista interno, sua solução passa pelo aparelhamento de um sistema financeiro nacional, do ponto de vista externo este processo é pari-passu com o reordenamento de nossas relações comerciais, assim a parceria estratégica Brasil-China anunciada por Lula em sua visita a este país está em consonância com este objetivo.

A República Popular da China, que desde 1978, dispôs-se a ocupar seu verdadeiro lugar no mundo é o único país em condições de substituir o imperialismo norte-americano como centro dinâmico da economia mundial. Os fatos comprovam isto e seria um ato repetitivo expô-los.

As condições de substituir os EUA estão sendo criadas com exportações cada vez mais diversificadas, um mercado interno crescente, um exército em modernização e o mais significativo sob o meu ponto de vista: a unificação de um território econômico com mais de 9 milhões de km², interligado por uma imensa rede rodoviária, ferroviária e linhas transmissoras de energia e informação. O impacto da composição desta economia continental unificada no mundo será muito semelhante ao criado quando os EUA unificaram seu território na segunda metade do século XIX.

Desta forma a China, nos próximos 30 anos caminha no sentido de superar o impasse fordista ao mesmo tempo em que coloca o pé no que se convencionou chamar de 3a Revolução Industrial ilustrada no envio de um astronauta ao espaço, quebrando assim o monopólio dos EUA e da Rússia na detenção deste aparato tecnológico. O recado foi dado.

Outro caractere progressista e que evidencia a "alternativa chinesa" está na forma como se dá as relações deste país com a periferia do capitalismo. A China, que historicamente nunca foi uma potência colonial (somente a foi quando foi governada por mongóis e manchus), apesar de dispor de condições para isto, de tempos em tempos anuncia sua disposição de nunca tornar-se uma potência imperialista. É importante expor tal em um momento em que analistas pseudo-radicais de esquerda chamam a atenção para o surgimento no futuro de um tal "imperialismo chinês". Ora e a bem da verdade, é fato que a China mantém déficits comerciais planejados com toda a periferia do

capitalismo. A agressividade comercial chinesa está voltada para o centro e não para a periferia.

Outros fatos importantes ficam por conta da consistente defesa no âmbito da ONU do perdão da dívida externa do 3º mundo, a composição sob a forma de um chamado G-22 no âmbito da OMC e na transferência de tecnologias para construção de usinas hidrelétricas e termelétricas para países pobres da África (Angola, Etiópia, Guiné).

Enquanto o imperialismo resolveu historicamente seus problemas energéticos por meio da guerra e da pilhagem, a China assina acordos bilaterais como no ilustrativo caso que envolveu créditos da ordem de US\$ 5 bilhões para Angola acrescidos de toda a tecnologia disponível na China em prospecção de petróleo, sem cobrança de tal transferência tecnológica. Angola comprometeu-se pagar em 10 anos este empréstimo em óleo cru, tempo este que segundo o contrato assinado pelos governos dos dois países pode ser revisto para cima (People's Daily, 20/04/2004).

Longe de ser uma idealização, uma nova ordem na correlação de forças no mundo está se abrindo com a ascensão da China.

Uma no cravo, outra na ferradura

Por mais que seja significativa para a solução da questão nacional esta aproximação com a China, resultado de uma política externa que prioriza acordos bilaterais, o planejamento do comércio exterior e a consequente mudança de centro de gravidade que o Brasil gira atualmente, a realidade é que muito ainda há de ser feito para a solução da "presente" questão nacional.

Se por um lado o surgimento da China como potência que irá substituir os EUA como a nação mais dinâmica do planeta foi muito bem assimilada por este governo, por outro é hora de começarmos a equacionar o problema interno que passa pelo enfrentamento, a exemplo dos chineses, dos nossos

verdadeiros problemas e não dos nossos problemas importados (inflação, reformas estruturais, etc.).

A questão nacional e sua solução passa pela mudança da política macroeconômica, e para isto poderíamos nos inspirar em algo que não falta para a classe política chinesa: coragem política.

VIII

O modelo soviético, Reforma e Abertura e a questão camponesa na China¹

(I)

A China é o país que mais cresce no mundo. Ao mesmo tempo, juntamente com a Índia, a nação que mais gera empregos produtivos por ano (cerca de oito milhões), grande parte nas zonas rurais (emprego rural não agrícola) que abriga 800 milhões de habitantes (a China no total tem 1,3 bilhão), sendo que 500 milhões estão economicamente ativos.

A questão camponesa na China suscita preocupações que vão além dos números. Os camponeses e sua força histórica derrubaram dinastias e lideradas pelo Partido Comunista de Mao Tse-tung lograram uma revolução nacional-popular que alterou por completo a correlação de forças no pós-guerra.

O peso histórico e político dos camponeses na China obriga-nos de tempos em tempos olhar de perto como anda o tratamento de contradições envolvendo esta classe na China.

O objetivo deste artigo é situar a centralidade da questão camponesa na construção e manutenção do status-quo comunista da revolução de 1949 até os dias atuais.

Marx, o ideal e o "modelo soviético"

De início, reflitamos sobre a ideia marxiana que credita à transição socialismo-comunismo as tarefas de eliminar as diferenças entre campo e

¹ Publicado em três partes semanais no Diário Vermelho (www.vermelho.org.br) entre os dias 05/05 e 18/05/2005.

cidade, trabalho manual e intelectual e as diferenças entre agricultura e indústria, que os chineses denominam de "as três grandes diferenças"².

Pois bem, como já colocado por vários analistas, as revoluções socialistas ocorreram em sociedades onde as forças produtivas eram por demais atrasadas e que, portanto, a superação do atraso era a primeira das questões a ser enfrentada por jovens poderes populares. Assim, vêm à mente as formas de financiamento dessas empreitadas. Sem esquecer, claro, que a questão camponesa seria também um obstáculo, uma relação de poder a ser levada a sério, pois tanto na Rússia quanto na China em maior grau os camponeses tiveram papel destacado na tomada e consolidação do poder.

Se na Inglaterra e em outras potências industriais, a exploração de colônias ultramarinas e o tráfico de escravos foram vitais para o financiamento de seus programas de industrialização, estas formas de financiamento não eram (óbvio) levadas em consideração para o novo poder bolchevique russo.

Na Rússia, a NEP idealizada e posta em prática por Lênin esvaneceu-se ante as pressões internas e a necessidade de uma industrialização mais rápida (para Stálin em 1928, a guerra mundial viria em pouco mais de dez anos). A solução para essa questão foi apresentada por Preobrazhensky, antigo aliado de Trotsky, onde a industrialização pesada seria auferida a partir de trocas desiguais entre agricultura e indústria. Para tanto, a coletivização era mister, juntamente com a eliminação de classes outrora abastadas (kulaks).

Esta dinâmica de acumulação é muito diferente das verificadas no mundo capitalista. O economista russo Feldman, notabilizado por modelagens descritivas de E. Domar descreve que este modelo de desenvolvimento, caracterizado pela centralidade do investimento estatal, gera, obviamente, um

² WANCHUN, Pen: *"The Dialectical Materialism and the Historical Materialism"*. Beijing. Foreign Language Press. 1985.

círculo de relações econômicas entre campo e cidade, onde a restrição ao crescimento nasce pelo lado da oferta, ou seja, quanto maior a oferta por bens de capital maior o crescimento econômico, pois a oferta de bens de capital é determinada pela quantidade de toneladas de cereais colhidas, que tendem a aumentar de acordo com o nível de mecanização da agricultura, que depende do nível de modernização industrial do país³. Mas o círculo não se encerra por aí.

Há também a oferta por bens de consumo (determinada pela expansão do setor de bens de capital) que recai sobre a capacidade camponesa de gerir produtos agrícolas para a sociedade e na medida em que essa demanda aumentava, de forma a pressionar os preços de produtos alimentícios e matérias-primas. No caso chinês, o Estado se via obrigado a solucionar a desproporção entre esses setores desacelerando as taxas de investimento na indústria de bens de capital⁴.

Todo esse círculo estava determinado em primeira instância à produção da agricultura e em segunda instância à capacidade do setor de bens de capital.

Trata-se de um modelo que por um lado demonstrou ser correto tamanhas eram as determinações do momento histórico. Comprovando a correção deste modelo nunca é demais lembrar que a partir desta forma de financiamento a União Soviética quebrou em 1932 o monopólio anglo-germânico da produção de aviões a jato; venceu a 2ª Guerra Mundial; lançou o homem ao espaço primeiro que os EUA; criou condições de adentrar na

³ DOMAR, E.: "A Soviet Model of Growth". In, NOVE, A & NUTI, D. M. *"Socialist Economics"*. Penguin. New York. 1972. Citado por MEDEIROS, Carlos Aguiar de: *"Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China"*. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 3, p.92 a 112. julho-setembro/1999.

⁴ IMAI, H.: *"Explaining China's Business Cycles"*. In, *"Developing Economies"*. Number 34, 1996. Citado por MEDEIROS, Carlos Aguiar de: *"Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China"*. Revista de Economia Política, vol. 19, nº3, p. 92 a 112. Julho-setembro/1999.

corrida pela 3ª Revolução Industrial (o país era semifeudal em 1917) e a China lançou satélites ao espaço na década de 70 e testou bombas de hidrogênio antes da metade da década de 60, duplicou por várias vezes sua produção de aço entre 1949 e 1978 etc.

Por outro lado, criou condições para futuras fissões políticas, pois não podemos esquecer o peso político dos camponeses na URSS e na China e quanto maiores os sacrifícios que pendiam sobre seus ombros, maiores eram os riscos de quebra dos pactos de poder que levaram os PC's dos dois países ao poder.

Desta forma podemos compreender (parte) do colapso soviético a partir da quebra do entusiasmo dos camponeses (também dos operários que não viam no horizonte próximo o esperado "paraíso prometido"), que gerou quebra da produção industrial na década de 70 (ocasionado pela queda da produção agrícola), daí ao colapso de um regime corrupto foi apenas um passo.

Em outras palavras: o problema soviético não residia em encontrar meios e maneiras para desenvolver as forças produtivas; portanto, neste caso, mecanismos de mercado são dispensáveis. Na China, sim, o problema central é encontrar meios de se desenvolver as forças produtivas e o mercado aí é indispensável.

Tanto na URSS, quanto na China, a questão camponesa estava no centro da problemática como condição *sine qua non* para o enfrentamento dos desafios impostos por fora.

A diferença estava em que, enquanto Stálin produziu um Krushev, Mao Tsetung produziu um Deng Xiaoping.

O colapso do modelo soviético na China

Virou senso comum creditar ao modelo soviético a única forma de se desenvolver as forças produtivas no socialismo e que, portanto, socialismo que

foge ao modelo soviético não é socialismo, é capitalismo, ou no caso chinês, "retorno ao capitalismo".

Isso não é verdade. O modelo implantado pela URSS, seguido pela China e o Leste Europeu foi a única resposta encontrada pelos planejadores soviéticos ante um determinado momento histórico de guerra imposto ao socialismo pelo capitalismo hostil.

A China em 1952, portanto no primeiro ano de seu 1º Plano Quinquenal, partiu para a implementação do modelo soviético, inclusive com a ajuda de técnicos e financiamento da URSS e a China, que naquele momento necessitava de 20 toneladas anuais para seu programa de industrialização e produzia somente um milhão. Isso deve ser levado em consideração⁵.

A medida que os problemas com a URSS aumentavam até o rompimento formal em 1961 - o que causou perdas e danos enormes aos chineses - maiores eram as preocupações internas de se promover o desenvolvimento das forças produtivas sem necessitar de ajuda externa e que possibilitasse à China condições de enfrentar uma guerra em duas frentes contra a própria URSS e os EUA.

A solução encontrada por Mao foi a transferência de unidades industriais inteiras (como proteção a possíveis ataques) ao interior. Assim criando condições de solucionar a questão da transferência de renda da agricultura à indústria, transferir o centro de gravidade da industrialização da cidade para o campo aproveitando as centenas de milhares de hands disponíveis no interior do país. Era a política dos autoforos de fundo de quintal típica do "Grande Salto à Frente" (1956-1962) e estendida pela Revolução Cultural (1966-1976), cujo resultado esperado pelo Grande Timoneiro era alcançar a produção industrial da Inglaterra em 15 anos.

⁵ *China Statistical Yearbook*. 1949, 1950 e 1951.

A medida exata dos problemas dessa forma intensiva de desenvolvimento pode ser medida no fato de entre 1966 e 1976 (portanto, durante a Revolução Cultural), a produção industrial da China ter tido crescimento médio de sua produção industrial de 9,5%. Para essa performance econômica foram necessários investimentos da ordem de 36,6% do PIB. Este mesmo crescimento da produção industrial foi alcançado entre 1952 e 1956 com investimentos relacionados ao PIB de 24%. Com relação à energia gasta para tal, em 1976 para 1% do crescimento do PIB na China eram gastos 3 vezes mais recursos energéticos do que 1% do crescimento do PIB nos países capitalistas⁶.

Alguma coisa de errado estava acontecendo pelas bandas do socialismo realmente existente.

Retornando à questão camponesa, não perderei tempo aqui em diagnosticar o fracasso das políticas de desenvolvimento das forças produtivas via incentivos ideológicos e repressão às práticas mercantis no campo chinês. Milhares morreram de fome entre 1956 e 1976. Ao enxergarmos a classe camponesa (e também a mais numerosa) como um dos sócios do pacto de poder⁷ que chegou ao poder em 1949 poderemos, estrategicamente, perceber que um partido como o PCCCh deveria colocar em primeiro plano esta classe no bojo das reformas iniciadas em 1978 e a relação entre incentivos materiais e desenvolvimento deveria ser enfrentada.

Afinal, como Marx já nos ensinou, Mao não cansava de repetir e Deng transformou em principal bandeira ideológica de seu programa: "devemos

⁶ *China Statistical Yearbook*. Para todos os anos entre 1952 e 1978. OCDE Statistical Data. Para todos os anos entre 1952 e 1978.

⁷ O termo "pacto de poder" foi alçado pelo filósofo italiano Domenico Losurdo em seu livro "*Fuga da história?*" (Revan, 2004) para descrever um dos objetivos a serem alcançados pelas reformas implementadas por Deng Xiaoping e que foi solapado (pacto de poder) pela URSS sob Krushev e por Mao com o Grande Salto e a Revolução Cultural.

buscar a verdade nos fatos e utilizar a prática como o único critério para a verdade".

(II)

As raízes das reformas econômicas na China podem estar tanto na vivência de Deng Xiaoping como operário da Renault na França no final da década de 10, quanto nas fracassadas tentativas de Mao Tse-tung nas décadas de 50 e 60 de colocar a ideologia como o motor do desenvolvimento. A verdade é que Deng bateu-se contra a "esquerda" do PCCh (Gangue dos Quatro) em favor de uma liberalização maior do comércio no campo, como a única saída para a manutenção do pacto de 49⁸.

Falando em pacto de 49, não é à toa que tio anúncio de "As Quatro Modernizações" por Zhou En lai em 1974, a agricultura é a prioridade (as outras três são indústria, defesa nacional e as áreas relacionadas à ciência e tecnologia), pois neste caso reformar o campo continha uma questão política (camponeses como 80% da população e base social do PCCh) e outra social pois em 1978 mais de 400 milhões de chineses viviam ainda abaixo da linha de pobreza e de cada quatro miseráveis no mundo um era chinês.

A partir do modelo apresentado por Lênin (em "O imposto em espécie"), as comunas foram desmanteladas e substituídas por lotes familiares (os defensores da agricultura familiar e da pequena produção no Brasil tirem o cavalo da chuva, pois o problema chinês é outro) ocupadas por famílias que assinavam ditos contratos de responsabilidade com o Estado, este que se

⁸ RONG, Deng. *"Deng Xiaoping and the Cultural Revolution: A Daughter Recalls the Critical Years"*. Beijing. Foreign Language Press. 2002. Neste livro de 481 páginas escrito pela filha do falecido líder, os trechos mais importantes da disputa teórica entre Deng e os esquerdistas do PCCh estão registrados entre as páginas 380 (capítulo 45, *"A Critique of Outlaws of the Marsh, and the Last Days of Zhou Enlai"*) e a página 435 (final do capítulo 55, *"Mao Zedong, a Great Man, Passes"*).

responsabiliza pela compra a preço baixo de uma cota da produção para o abastecimento das cidades, enquanto ficava para a família camponesa liberdade para a venda dos excedentes em preços superiores aos praticados pelo Estado.

Trata-se de uma forma de reverter as trocas outrora desfavoráveis, para um explícito favorecimento à agricultura e, em consequência, para a classe social base do PCCh, os camponeses.

Voltando — abordando mais o geral, para melhor entender o objetivo específico —, como um dos objetivos estratégicos da reforma vale salientar a necessidade de acelerar a acumulação de capital e dos investimentos em bens de capitais necessários à modernização industrial e, ao mesmo tempo, expandir a produção agrícola e a indústria de bens de consumo evitando as trágicas consequências do "Grande Salto". E mais: **como aumentar a produtividade agrícola e, simultaneamente, controlar as pressões demográficas sobre as cidades**⁹.

É em relação à frase acima em negrito que me concentrarei.

Aumento da produtividade agrícola

Com relação à produção agrícola a tabela abaixo exemplifica bem o acerto da política de contratos de responsabilidades. Vê-se que entre 1978 e 1984 a produção de cereais aumentou seu volume num ritmo maior do que o verificado nos 20 anos precedentes, conforme atesta a tabela abaixo:

⁹ MEDEIROS, Carlos Aguiar de: “*Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China*”. Revista de Economia Política, vol. 19, nº3, p.92 a 112. julho-setembro/1999.

**QUADRO GERAL DO AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA CHINA EM MILHÕES
DE TONELADAS**

	1952	1957	1965	1975	1979	1982	1984
Cereais	184	195	194	284	332	353	407
Algodão	1,3	1,6	2,0	5,4	2,2	3,6	6,5
Cereais per capita	285	301	301	309	342	326	400
Área cultivada per	0,18	0,16	0,14	0,11	0,11	0,10	0,09

Fonte: JABBOUR, Elias M. K. (1997): "China: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado: Potência do Século XXI". Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia (FFLCH-USP) em 07/11/1997. p. 69. Amparado por dados do National Bureau of Statistics.

Existe uma necessidade para todos aqueles que buscam entender dada realidade: não se pode encerrar uma estatística em si mesmo, é necessário a leitura completa das repercussões sobre o território, a economia, o social e principalmente no âmbito da política, que também não é fim em si mesmo. A abstração, ou a generalização, faz-se altamente necessária para a teorização do específico, não tem saída fora deste método.

Digo isto para demonstrar que o fato de se solucionar a questão alimentar num país de 1,3 bilhão de habitantes não é nada fácil, ainda mais se nos prendermos ao fato de a área cultivável deste país viver em queda.

É uma fantástica vitória do socialismo com características chinesas¹⁰.

Ainda na análise política e nos motivos da sobrevivência do socialismo como poder político na China, em detrimento da queda na URSS e no Leste europeu podemos chegar a uma conclusão inicial que se ampara no fato de

¹⁰ Amiúde as reformas econômicas terem aguçado as diferenças sociais, de fato em minha viagem realizada à China no ano passado, tanto por grandes cidades, quanto nos mais remotos rincões do interior do país, percebi e entrevistei grupos de pessoas vivendo com imensa dificuldade; porém, nenhuma delas (ou seis pais) passou nos últimos 20 anos a indignidade de não ter ao menos três refeições ao dia. Enquanto isso, nos Estados Unidos, o país que mais produz riquezas no mundo, no último relatório da ONU apontou a existência de cerca de 25 milhões de pessoas que não consomem o valor calórico mínimo recomendado para um ser humano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

nos primeiros 10 anos de Reforma e Abertura na China, sem dúvida nenhuma, a classe camponesa ter sido a maior beneficiária. Caso contrário a contra-revolução de 1989 teria varrido do cenário político o PCCh e tudo que lembrasse tal.

Desta forma, a classe camponesa e a liderança de um revolucionário da estirpe de Deng Xiaoping foram os maiores responsáveis pela derrota contra-revolucionária de 1989.

Do ponto de vista econômico, a mercantilização dos excedentes foi a responsável pelo surgimento de novos padrões de consumo no campo. Camponeses que em 1978 ainda cortavam o cabelo da mesma forma — pareciam ter cortado com a mesma máquina —, passaram a consumir máquinas de costura, relógios, rádio, bicicleta, videocassete e ventiladores, originando assim uma explosão de consumo e indução à produção industrial massiva entre os anos de 1984 e 1990¹¹.

Controle da migração interna e as empresas de cantão e povoado: a urbanização à chinesa

Toda a reforma rural chinesa foi posta em prática antes de a implementação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Importante destacar isto, pois vira e mexe nos deparamos com "sinólogos" de direita e esquerda que juram de pés juntos que o "modelo chinês" de desenvolvimento é puramente baseado e sustentado pelas exportações, sem em nenhum momento se alertarem para o surgimento de um mercado consumidor chinês de médio alcance entre os anos de 1980 e 1985.

Existem especialistas que chamam a atenção para uma possível explosão dos centros urbanos do litoral chinês por massas de camponeses

¹¹ SING, A.: "The Plan, The Market and Evolucionary Economic Reform in China". Unctad Discusion Papers. Number 76. 1996.

desempregados. Trata-se de um equívoco, pois desconhecem o fato de a urbanização chinesa ser um fenômeno tipicamente rural e que o Estado chinês é obrigado (a exemplo da URSS) a financiar construção de linhas metropolitanas às periferias de Pequim e Xangai para atração de novos moradores e empresas (trata-se de periferias vazias, diferente das verificadas em SP e Rio de Janeiro) e que atualmente Pequim conta com 11 milhões de habitantes e espera chegar a 18 milhões em 2015.

Retornando, a explosão do consumo na China deve ser analisada amplamente. A princípio pode-se diagnosticar que além de bens de consumo não-duráveis, outra parte dos excedentes agrícolas mercantizados tinha outra direção. Deslocou-se para as chamadas Empresas de Cantão e Povoado (ECP's), o que viabilizou em curtíssimo prazo o sonho de Mao Tse-tung de articulação e dinamização entre indústria e agricultura¹².

Porém esta dinamização está se fazendo com um salto de qualidade, pois a lógica das comunas de uma produção visando à autossuficiência da mesma não contemplava uma economia de mercados regionais interligados, pois um país do tamanho da China, faz-se necessário um sistema logístico (infraestruturas em energia e principalmente transportes) competente para a superação de barreiras geográficas (montanhas e desertos) que somente na década de 90 estão sendo enfrentadas dentro da lógica da constituição de uma economia continental¹³.

¹² MEDEIROS, Carlos Aguiar de: “Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China”. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 3, o. 92 a 112. Julho-setembro/1999.

¹³ JABBOUR, Elias M. K.: “Infra-Estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China – O enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental”. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 06/04/2005. Todo o trabalho é dedicado para a compreensão deste salto qualitativo que elevará à China a condição de uma economia continental pós-fordista em meados de 2040. Um resumo deste trabalho está contido na Revista Princípio nº72 (março/abril/maio de 2004) sob o título de “China e seus investimentos em infra-estruturas”.

Estas pequenas e médias empresas de caráter coletivo (responsáveis pela invasão no mundo de camisas, gravatas, calças e tênis Made in China, atualmente já produzem produtos de maior valor agregado como televisores e computadores) e de capital intensivo absorveram a maior parte dos excedentes de mão-de-obra agrícola que voltaram assim suas atividades para setores ligados à indústria rural, comportando assim um caso sui generis de urbanização no mundo.

Para termos uma ideia, o número de empregados no setor primário sobre o emprego total da China na década de 80 decresceu de forma mais rápida do que o emprego rural sobre o total do país na década de 80. Em 1994, a primeira relação era de 54,3% e a segunda de 72,6%¹⁴.

Continuando, agora descrevendo o ambiente de incentivos e funcionamento deste tipo de empreendimento, as ECP's surgiram no âmbito da descentralização fiscal promulgada na China em 1982 (FHC destruiu nosso pacto federativo em nome do pagamento de juros, inviabilizando investimentos no nível dos Estados e Municípios), viabilizando o recolhimento de impostos e reinvestimentos no nível da província e/ou região autônoma, numa clara diferenciação da planificação central dos tempos do "modelo soviético". As ECP's operam fora da planificação central, socializando lucros e perdas no nível do ente municipal.

Sobre o crescimento destas empresas vale nos remetermos ao trabalho feito pelos economistas Susumu Yabuki e Stephen Harner (*China's New Political Economy*, Boulder CO., Westview Press): em 1978 havia 1,52 milhões de ECP's no interior da China, chegando a 23 milhões em 1996. Já pelo relatório de desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development*

¹⁴ KOJIMA, R.: *"Breakdown of Chinas's Policy of Restricting Population Movement"*. The Development Economies, XXXIV. 4, december, 1996.

Report, 1996, Oxford University Press, New York), a porcentagem da produção das ECP's no conjunto da produção industrial chinesa subiu de 13% em 1985 para 31% em 1984 — sua produção teve crescimento médio de 25% entre 1985 e 1996 e foi a responsável pela criação de 130 milhões de empregos entre 1980 e 1986.

Com relação à expansão da renda no campo, Singh anota que esta cresceu anualmente entre 1980 e 1988 em 9,6%, enquanto que nas cidades tal foi de 6,3%.

Estes dados nos deixam claro outra relação, que é a existente entre as reformas realizadas na China e àquelas realizadas na URSS: enquanto a URSS tratou de "reformular" indústrias de bens de capital que pela sua complexidade tecnológica não abriga grandes contingentes de mão de obra, a China privilegiou em primeiro lugar a transformação e massificação de indústrias que abrigassem grandes contingentes de trabalhadores que num processo imediato teriam acesso primário ao mercado consumidor. Está aí mais um porquê de a China não ter sido levada de roldão pelas tempestades ocorridas no final da década de 80.

Mas os problemas persistem sob outra forma

Ignácio Rangel nos advertiu já em 1954 que a história do desenvolvimento econômico é também a história dos desequilíbrios que geram desequilíbrios e de problemas que geram problemas¹⁵. Por isso é interessante atermos a esta assertiva para não cairmos pura e simplesmente na tentação de

¹⁵ RANGEL, Ignácio (1954): *“O Desenvolvimento Econômico no Brasil”*. Tese apresentada junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para obtenção do título de economista. In: *“Obras Reunidas de Ignácio Rangel”*, Vol. 1, pág. 41. Editora Contraponto, RJ, 2005.

pesquisadores e "sinólogos" que inclusive (pasmem) advogam ao método marxista para analisar os desequilíbrios gerados pelos 27 anos da implementação da política de Reforma e Abertura na China.

Naquele momento inicial solucionou-se contradições (por exemplo, o abastecimento alimentar), mas naturalmente outras contradições surgiram, que por sua vez ao serem solucionadas deram margem para um novo rol de contradições e assim por diante, afinal a China ainda está longe de superar "As Três Grandes Diferenças" marxianas o que demonstra ainda sua primariedade na construção do socialismo, e que portanto muitas contradições estão por aparecer.

(III)

Os problemas no campo chinês ainda persistem, agravaram-se após 1994 com o fim da dupla face de sua política fiscal (dual track policy) baseada em uma política de impostos para o litoral e outra para o interior e também na duplicidade da política cambial (uma política para o litoral e outra para o interior) gerando um mercado de swaps.

A estabilidade e queda da produção agrícola

O índice de 407 milhões de toneladas de cereais alcançado em 1984 só seria repetido em 1989 com acréscimo para 508.4 em 1999. Porém, sempre variando nos intervalos anuais entre 400 e 460 milhões de toneladas. Entre 2000 e 2003 a queda foi vertiginosa: 462,2 em 2000 para 430,7 em 2003¹⁶.

Os motivos para as variações descendentes ficam por conta de vários fatores. Por exemplo, as enchentes que varreram o país em 1998 e 2002, o avanço das construções urbanas pela zona rural, as construções de

¹⁶ China Statistical *Yearbook* para todos os anos citados antes e a posteriori.

infraestruturas em energia e transportes como ferrovias, rodovias e gasodutos. Também deve ser levado em consideração o fenômeno da desertificação: a China é o país do mundo em que tal processo tem-se dado com maior rapidez. Em 2002 a aridez do solo chinês alcançou 1,71 milhões de km², ou 20% da superfície territorial do país. A cada ano 3.400 km² tornam-se arenosos causando prejuízos anuais de cerca de US\$ 500 milhões e ameaçando a produção e a vida de 170 milhões de pessoas¹⁷.

Outro motivo, dialeticamente ligado ao combate à desertificação, está no processo de devolução para as florestas de terras outrora de cultivo. O maior programa de arborização do mundo tanto em velocidade quanto em envergadura fez com que, entre 1998 e 2002, a taxa de cobertura florestal do país subisse de 14% em 1998 para 16,55% da área total do país em 2002, chegando a 150 milhões de hectares. Tal taxa deve chegar a 20% do território do país em 2010¹⁸.

E, ainda, a chuva ácida provocada pelo uso intensivo do carvão (quase 70% da energia consumida do país provém do carvão) é outro fator a ser levado em consideração.

Pelo lado da economia especulamos que a retomada por parte do governo central em 1998 das receitas fiscais — outrora retidas no âmbito das províncias e regiões autônomas como meio de uma reforma fiscal que aliviasse os efeitos da crise asiática de 1998 —, levou as unidades políticas do país a elevarem os impostos sobre os camponeses, acarretando um arrefecimento moral da classe para a continuação do esforço de plantio.

¹⁷ China ABC 2004, Chapter 9: Environment's Protection. In, *www.china.org.cn*.

¹⁸ Idem.

A questão fica em saber se houve reação no sentido de elevar não somente as taxas de produção agrícola ou também de elevar a renda camponesa.

A reação do governo central: desenvolvimento do oeste

Não nos entreteremos em detalhes acerca do desenvolvimento do oeste. Nossa dissertação de mestrado esteve toda focada nesta questão. Preferimos situar esta política deliberada de transferência de renda do litoral ao interior, como parte de um todo que envolve a solução — neste momento histórico — da questão camponesa, que depende a partir da teoria do desenvolvimento econômico não somente de mera questão de aumento da eficácia marginal como também da geração de renda e de produto com a utilização de potencialidades de uma dada realidade.

Para isso temos de registrar que uma das características (pouco registradas) do boom chinês nos últimos vinte e poucos anos está na instalação de capacidade produtiva anterior à utilização da mesma e que, portanto, tal utilização depende sobremaneira de uma satisfatória demanda mercantil, o que não estava dado na China em 1998.

Aliás, a crise asiática de 1997 serviu para mostrar aos policymakers chineses a fragilidade de seu mercado interno. Frágil, porém altamente potencial. Potencialidade esta que serviu de estratégia para a resistência aos efeitos da crise a partir de um amplo programa de investimentos públicos (ao contrário do Brasil e outros países que reagem a crises com arrocho salarial, corte nos programas sociais e paralisação de obras).

Acreditamos ser interessante expor uma tabela para melhor visualização das consequências do declínio da renda rural na estagnação da taxa de crescimento do varejo rural.

TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA PER CAPITA DO CAMPONÊS NA CHINA

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Taxa de crescimento da	7,9	1,8	2,0	5,9	3,2	5,0	5,3	9,0	4,6	3,5
Taxa de crescimento do	25,9	-2,11	7,39	7,37	-	4,07	6,12	12,1	9,7	-
Varejo rural/varejo	58,47	55	53,6	1,9	44,6	43,9	43,1	43,5	43	40

Fonte: JABBOUR, Elas M. K. (2004): *"Infra-Estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China — O enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental"*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 06/04/2005. A partir de dados da *Liaoning Economic Internet Network*.

A baixa demanda mercantil é causa em qualquer economia central de futura deflação, fenômeno este que acometeu a China até 2003. Vale lembrar que 60% dos camponeses chineses não têm acesso à energia elétrica; portanto, um mercado altamente potencial para bens de consumo não-duráveis está em território chinês.

Baixa demanda no mercado, queda da renda camponesa e capacidade ociosa na cadeia produtiva. Bem, a dialética (que nem o Banco Central do Brasil nem o Ministério da Fazenda compreendem) para a solução da questão da renda é muito simples (não simplista) e passa necessariamente pela utilização plena da capacidade produtiva instalada, que passa por linhas de crédito com juros baixos (o Brasil faz totalmente o contrário. Incrível!).

Dessa forma, foi lançado em 1999 o projeto "Grande Desenvolvimento do Oeste". Toda uma gama de incentivos fiscais para investidores chineses e

estrangeiros — créditos bancários carimbados para o interior, autonomia de cada província e/ou região autônoma gerir negócios com o exterior, a ampliação da capacidade financeira das instituições bancárias, instalação de postos do Banco da China em todas as cidades do país e um Estado Nacional consolidado que entre 1999 e 2004 — investiu cerca de US\$ 500 bilhões no oeste do país em mais de 50 mil pequenas, médias e grandes obras infraestruturais¹⁹.

Com isso o governo central cria condições objetivas para enfrentar não somente a queda da renda camponesa com o aumento dos índices de urbanização nas províncias e regiões autônomas do interior do país, mas também, com a eletrificação, da geração de renda e produto no interior do país.

Em outro artigo poderemos detalhar melhor acerca deste esforço de desenvolvimento regional que pode durar décadas e provavelmente desembocará na formação de uma economia pós-fordista²⁰ de dimensões continentais, o que mudará certamente o atual quadro de correlação de forças mundial.

A reação do governo central: relaxamento de relações de produção

A atual geração dirigente (quarta geração) chinesa nucleada pelo secretário-geral do PCCh, Hu Jintao, traz, por um lado, a marca de um corpo

¹⁹ JABBOUR, Elias M. K.: *“Infra-Estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China – O enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 06/04/2005.

²⁰ É comum encontrar em artigos assinados por mim o uso deliberado do termo “economia pós-fordista”. Situo isso para demonstrar que o esforço de modernização chinês situa-se no quadro de corrida ao que se convencionou chamar de 3ª Revolução Industrial, que na minha opinião particular e amiúde sua não-autonomia tecnológica, ao lançar o homem ao espaço (quebrando o monopólio russo-americano) a China colocou “um pé” nessa corrida.

obrigado a administrar um país que cresceu enormemente em 25 anos (a atual geração assumiu o poder em 2002). Mas, por outro, aguçou contradições como as disparidades regionais e sociais e, claro, a questão camponesa em busca permanente de soluções.

A máxima marxista de ter "o homem no centro do processo" substituiu a lógica desenvolvimentista ao custo necessário. Claro, o desenvolvimento das forças produtivas é a lei objetiva da emancipação nacional, social e a resposta que a construção do socialismo demanda.

As epidemias de SARS e a gripe do frango mostraram ao mundo o nível de pobreza de regiões inteiras da China. Para o carismático primeiro-ministro Wen Jiabao, a resposta a questões candentes, entre elas a principal que envolve a questão da renda camponesa, tem de ser obrigatoriamente rápida e científica.

Em teoria econômica marxista, a solução para crises de produtividade tem solução primária nas mudanças qualitativas nas relações de produção. No caso chinês relaxamento das relações de produção passa por incentivos materiais, que são necessários, pois "eles" têm a tarefa de alimentar "somente" 1,3 bilhão de habitantes.

Em 2004 foi anunciada uma grande reforma financeira (outra) na China. Trata-se de baixar os impostos sobre os camponeses a "zero" até o ano de 2007. Para termos clareza da matéria, em algumas províncias como a rica Sichuan (sudeste chinês) as taxas variavam de 30% a 35% da renda camponesa.

Olhando ao geral, visualizamos que as taxas agrícolas entre 1949 e 1978 sustentaram o esforço de acumulação socialista no país e correspondiam em 1949 a 41% da receita fiscal. Porém a partir de 1979 com a difusão industrial e

do setor de serviços isso passou a corresponder somente a 1% do total no ano de 2003²¹.

Os resultados são claros. Em 2004 a safra alcançou a marca de 469.5 milhões de toneladas de cereais, num aumento de 39,5 milhões de toneladas. A renda camponesa teve aumento real de 6%²². Este aumento da colheita serve para, de um lado, baratear os preços de produtos alimentícios — um grande feito tendo-se em vista que grande parte dos salários de uma família chinesa urbana é gasta com alimento.

Por outro, segundo dados do governo central, esta política foi central na queda do número de pobres nas regiões rurais da China entre 2003 e 2004: em 2003 havia 29 milhões de camponeses em absoluta pobreza no país. Esse número caiu para 26,1 em 2004²³.

Os subsídios (sob várias formas) agrícolas no país chegaram em 2004 à marca de US\$ 6,5 bilhões num aumento com relação ao ano anterior de 15%. Os investimentos em educação compulsória (nove anos) foram de US\$ 2 bilhões com aumento de 72% com relação ao ano anterior²⁴.

Buscando uma síntese

A questão camponesa por muito tempo ainda estará no centro das atenções do governo central. É uma questão política, não há dúvida. Mas o desafio do pesquisador é situá-la numa conjuntura que em determinado

²¹ “Earlier zero agro-tax in China’s 22 provinces pledged”. People’s Daily. 30/04/2005.

²² “Having peaked in 1998, output fell steadily up in 2003, then recovered somewhat in 2004”. www.chinaability.com. 06/01/2005.

²³ “China’s rural population in abject poverty falls by 2,9 million”. People’s Daily. 28/04/2005.

²⁴ “How much benefit can ‘n. 1 Document’ bring to chinese farmers?”. People’s Daily. 20/04/2005.

momento histórico resumia-se em amear base política para um projeto reformador e solucionar a questão de abastecimento alimentar do país.

No momento atual essa questão liga-se a um projeto mais geral de formação de uma economia continental que, em análise mediana, significa acelerar o processo de urbanização, conectar mercados regionais e preparar o país para o desafio de enfrentar — no plano externo — a guerra comercial contra os EUA.

Outro foco da questão está ligado também à problemática da construção do socialismo em formações sociais periféricas. Faz-se necessário neste caso termos em mente as já referidas "Três Grandes Diferenças" em Marx e situarmos a partir de delas o estágio em que a China se encontra nesse processo que conecta dois tipos de transição: capitalismo-socialismo e socialismo-comunismo.

E por fim situar esse esforço para compreensão da transição capitalismo-socialismo em âmbito mundial. Desde que o capitalismo como modo de produção conseguiu colocar o feudalismo na lata de lixo da história em fins do século XIX, tal sistema passou a exibir mais suas irracionalidades do que suas qualidades, que no mundo atual se concretizam na sua incapacidade de prover qualidade de vida para os mais de seis bilhões de habitantes do planeta.

Conforme assinalou Deng Xiaoping, na medida em que a China solucionar as demandas básicas de uma população de 1,3 bilhão de habitantes demonstrará ao restante da humanidade o caminho da libertação e a superioridade do socialismo ante as constantes neuroses do capitalismo.

IX

A modernização da China e a guerra comercial com os Estados Unidos

A polêmica em torno do levantamento, por parte dos EUA, de cotas de importação de têxteis chineses, juntamente com a pressão para a revisão da política cambial chinesa é mais um capítulo de uma novela que poderá — sem nenhum exagero — pôr em questão não somente o poderio mundial norte-americano, mas também do próprio futuro tanto do capitalismo, quanto do socialismo como formas organizacionais da sociedade.

A questão de compreensão deste conflito passa por entender que como tudo na vida, tal é um processo que por mais que se pareça recente, está concebido desde o nascedouro da república popular em 1949 e que vem tornando formas mais nítidas na medida em que a influência chinesa perpassa suas fronteiras e vai atingindo a "sala de estar" do imperialismo.

Sigamos o conselho dado pelo filósofo italiano Domenico Losurdo e busquemos na história explicações para os acontecimentos em curso.

Estratégia nacional anunciada em 1949

Tornou um senso comum acadêmico classificar o modelo chinês de desenvolvimento pós-78 como uma cópia dos modelos típicos do "Estado Desenvolvimentista"¹ surgido no leste asiático capitaneado pelo Japão. Este senso comum guarda ponta de verdade na medida em que uma taxa de

¹ O conceito de Estado Desenvolvimentista foi alcunhado por autores como Chalmers Johnson, Peter Evans e Alice Amsden com base na primeira experiência desenvolvimentista japonesa na segunda metade do século XIX, experiência esta inspirada na industrialização tardia alemã (via prussiana).

câmbio favorável às exportações como um elemento central do modelo asiático, ter sido adotado pela China.

Outro senso comum guarda relação com um chamado "convite ao desenvolvimento" feito pelos EUA não somente ao Japão (que acabou influenciando os Tigres Asiáticos), mas também à China. Tal afirmação feita por Wallerstein² serve para designar uma política de incentivos via abertura do mercado norte-americano à produtos fabricados por países como o Japão, Coréia do Sul e Taiwan. Tais corpos nacionais somente tornaram-se estados desenvolvimentistas graças não a uma estratégia nacional de desenvolvimento pré-concebido por suas elites industriais e sim a uma estratégia de contenção mundial do comunismo por parte dos EUA.

Portanto, trata-se de uma iniciativa datada historicamente para a região do globo onde a guerra socialismo X capitalismo teve contornos mais dramáticos e sangrentos.

(1)

Para Roosevelt e depois Truman, o curso natural dos acontecimentos na Ásia tinha como centro a reunificação chinesa com base em um governo, no máximo de coalizão, liderado por Chiang Kai Shek, constituindo esta nação em um vasto campo conservador e ponta de lança dos interesses estratégicos norte-americanos na região, sobretudo apoiado na visão de um Japão (conforme o compromisso assumido pelos EUA na Conferência de Potsdam) estéril de seu poderio industrial.

² WALLERSTEIN, I.: *"The Capitalist World Economy. London. Cambridge University Press"*. 1979.

Não acometeu aos estrategistas dos EUA que uma imensa revolta camponesa estava em curso na China desde 1934 tendo a sua testa uma organização marxista-leninista típica da III Internacional e com grandes aspirações de renascimento da nação que mais contribuições deu ao desenvolvimento mundial pré-Revolução Industrial.

Esta revolta foi levada a bom termo e em 1949, seu líder, Mao Tse-tung reivindicou a república por ele fundada a condição de membro do Sistema Internacional de Westphalia, um dos principais pilares do mundo moderno³, além de deixar clarificado que o poder nacional-popular constituído tinha como um dos objetivos principais elevar a China a um nível de modernização correlato à sua grandeza territorial e seu peso no mundo.

A resposta do imperialismo

A resposta do imperialismo veio sem dúvida em duas frentes: a primeira consistiu em bloquear tanto econômica, quanto politicamente a China (teve seu assento na ONU restituído somente em 1971) que teve como parceiros comerciais restritos ao bloco socialista e alguns países africanos e depois em 1961, Cuba. Outra manobra neste sentido foi o de fustigar a China via revoltas independentistas no Tibet e concentração militar no estreito de Taiwan, além de intervir (via ONU) nos acontecimentos na península da Coréia no início da década de 50, fazendo com que a China despendesse enormes reservas materiais e humanas para a proteção do regime norte-coreano, procurando por seu lado não ter em sua fronteira nordeste um estado hostil, uma ponta de lança norte-americana.

³ OLIVEIRA, A. Porto de: *“O salto qualitativo de uma economia continental”*. *Política Externa*, vol. II, n^o 4, mar/abr/mai. São Paulo, 2003.

A outra frente desdobrou-se na consolidação de regimes altamente reacionários em Taiwan e na Coreia do Sul e na mudança do papel do Japão, que passou a ser a principal vitrine capitalista na Ásia do Pacífico. Neste contexto surgem as condições para o surgimento do estado desenvolvimentista de tipo asiático — sob o mantra dos EUA — caracterizado pelo papel central do Estado em todos os âmbitos decisórios e pelo estímulo interno ao florescimento de uma burguesia nacional (à frente de corporações industriais) altamente capaz de elevar o corpo tecnológico da economia nacional.

Nesta mesma frente enquadra-se a fato histórico de tanto Coreia do Sul, quanto Taiwan terem se aproveitado de investimentos maciços em infraestrutura feitos pelos EUA para transformarem-se em gigantescas plataformas de exportação e de difusão interna das tecnologias transferidas pelo Japão, isso sem falar, que na esteira de um processo já neste ponto apoiado pelos EUA e por transferência de unidades produtivas do Japão, coube também aos governos nestes países instalados à formação de corpos técnicos prontos para não somente assimilar, mas também enfrentar com sucesso o desafio da implementação de ramos industriais de alta tecnologia tendo à frente uma burguesia florescente sob clara proteção estatal e a segurança financeira dada pela abertura do enorme mercado norte-americano.

O curso chinês de então

Enquanto sob a liderança do Japão o capitalismo do leste asiático caminhava a passos firmes rumo ao descortinamento de novos paradigmas tecnológicos e conseqüentemente de novas formas de organização de produção, a China parte para um programa de desenvolvimento de tipo soviético, caracterizado na ênfase na necessidade de crescimento durante todo

o plano, concentração na indústria de bens de capital, transformação institucional na agricultura e preconceitos favoráveis a métodos de capital-intensivo.

Amiúde a China ter tido sucesso em reunificar o país, ter lançado ao espaço satélites artificiais (1971), ter resistido e vencido a guerra da Coreia, testado bombas de hidrogênio no deserto de Gobi em 1964, completado a ligação via cabo submarino com o Japão e lançando bases para um desenvolvimento posterior, a verdade é que a crise do fordismo como organização da produção estava levando de roldão também seus "clones" socialistas, lançando assim verdadeiros desafios para as classes dirigentes destes países, inclusive a China, que em 1978 já beirava a casa de 900 milhões de habitantes e com um nível de desenvolvimento comparável ao verificado na URSS em 1938.

Trocando em miúdos, no caso chinês, cada vez mais percentagens do PIB eram necessários para financiar o esforço industrializante: no início da década de 50% foram necessários 24% do PIB em investimentos para que a produção industrial aumentasse em cerca de 9%, em 1978 esse número subiu para 36,6% do PIB, e para cada 1% de crescimento econômico na China eram necessários três vezes mais recursos energéticos que o verificado em países capitalistas⁴.

As contradições políticas no seio do Partido Comunista da China (PCCh) estavam se agudizando desde que a superioridade militar apresentada pelos EUA na Guerra da Coreia colocou em xeque, no seio do PCCh, o modelo autóctone maoísta. O estremecimento das relações com a URSS desde 1956 e a conseqüente retirada de técnicos e financiamentos soviéticos da China, levou

⁴ OLIVEIRA, A. Porto de: *"A dimensão territorial do reformismo chinês"*. Revista Tempo Brasileiro, n^o 125, abr/jun. Rio de Janeiro. 1996.

Mao Tsé-Tung a implementar políticas econômicas comunizantes e uma ofensiva política denominada "Grande Revolução Cultural do Proletariado".

Fusão de dois Estados

A percepção de que a China estava ficando para trás ante seus vizinhos asiáticos, aliado aos problemas econômicos e sociais surgidos com o fim da Revolução Cultural, levaram Deng Xiaoping (duas vezes expurgado, duas vezes reabilitado), dirigente comunista de primeira hora e veterano da Longa Marcha, a levar a cabo um amplo programa de modernização que contemplasse a solução tanto da questão nacional pendente com Hong-Kong, Macau e Taiwan, quanto a caracterização das etapas de construção do socialismo, isso sem falar da imediata questão social e política que envolve o abastecimento alimentar do país e o aumento dos rendimentos camponeses.

É sob a ótica da solução destas questões que devemos situar a estratégia de desenvolvimento chinesa a partir de 1978 (economia subordinada à política). Trata-se ao contrário do modelo desenvolvido a partir do Japão — que teve seu desenvolvimento enquadrado pelo compasso geopolítico dos EUA — de um modelo cuja estratégia está ligada à solução de pendências internas e históricas, logo, no longo prazo, de choque (principalmente com o fim da URSS) com os interesses estratégicos norte-americanos na Ásia e no mundo.

Neste contexto assim funde-se o Estado Revolucionário fundado por Mao Tsé-Tung em 1949, com o Estado Desenvolvimentista fundado por Deng Xiaoping em 1978. Desenvolvimentista em alusão ao modelo asiático já descrito, mas com a grande diferença em relação a seus vizinhos, de ainda ser um estado revolucionário, com objetivos nacionais revolucionários, portanto,

repetindo, em choque estratégico com o mais reacionário, violento e corruptor país do mundo⁵.

As "Quatro Modernizações" anunciadas por no En lai em 1974, consiste na reforma da agricultura, indústria, defesa e as áreas relacionadas à ciência e tecnologia. As ambiguidades entre os anos de 1976 e 1978 justificam-se no quadro de disputa interna entre o escolhido por Mao, Hua Kuofeng e o reabilitado Deng Xiaoping. De um lado uma figura cuja idéia de modernização estava atrelada às "próprias pernas" do país, o que significava que o esforço industrializante chinês passaria pelo aumento da produção petrolífera para 2 milhões de barris diários (índice somente alcançado em 1988). De certo a China passou a ser importadora do fósfil em 1993.

Do outro lado estava Deng Xiaoping e sua ideia de uma China moderna e poderosa. Sua vivência como operário da Renault na França no final da década de 10 lhe inculuiu a ideia do caminho ocidental de industrialização que a China deveria seguir. Para Deng, demonstrado por sua prática nas décadas de 80 e 90, o motor deste processo estava, no plano interno na capacidade empresarial e comercial do camponês médio chinês e no plano externo na rede internacional de capitalistas chineses com acúmulo de técnicas de gerenciamento, tecnologia e capitais necessários para levar a frente não somente a reforma chinesa, mas também, ao abrir o território chinês para suas

⁵ Manuel Castells no terceiro tomo de sua trilogia sobre a Era da Informação (*"Fim de Milênio"*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999) elabora este conceito de fusão do Estado Revolucionário com o Estado Desenvolvimentista como forma de explicar (sob o ponto de vista político) o surto de crescimento econômico chinês.

linhas de produção, criar condições objetivas concretas para o retorno de Hong Kong, Macau e Taiwan à soberania do continente.

Políticas da modernização: reforma agrária e ECP's

As caracterizações entre as duas linhas são necessárias, na medida em que muita pouca gente conhece o íterim pós-morte de Mao Tsé-Tung e as disputas de concepções das necessárias reformas.

Deng Xiaoping venceu a disputa e não é de estranhar que a primeira medida de peso de sua liderança foi a extinção das comunas populares e a instituição de "contratos de responsabilidade" entre o Estado e a família camponesa, garantindo assim o direito de comercialização do excedente e o abastecimento alimentar da cidade. Deng assim garantiu base política para seu programa e o resultado concreto foi o aumento da produção agrícola nos cinco anos posteriores maior que o registrado entre os anos de 1956 e 1978. Portanto, a reforma agrícola foi a primeira política de peso anunciada por Deng.

Na esteira deste processo de reforma agrícola, surgem as Empresas de Cantão e Povoado (ECP's). Empresas coletivas ligadas a unidade administração (município), foi a responsável pela geração entre 1978 e 1999 de 120 milhões de empregos no campo provocando uma urbanização de tipo rural, sui generis na história da humanidade e também uma explosão de consumo e invasão de produtos têxteis e brinquedos chineses nas décadas de 80 e 90. Atualmente estas empresas já estão atuando em áreas de médio valor agregado e inclusive atualmente uma ECP forma joint venture com a EMBRAER, na cidade de Harbin.

(2)

Se a reforma agrária e o surgimento das ECP's abriram caminho para a formação de um mercado interno capaz de alimentar uma industrialização acelerada, fez-se necessária a reformulação de um aspecto de monta para a modernização: a ciência e tecnologia. Em seguida partirei para o papel da formação das Zonas Econômicas Especiais e os Triângulos de Desenvolvimento (em especial a centralizada na Grande Xangai) como a base territorial que a China se assenta para a guerra comercial.

Ciência e Tecnologia: a base da modernização

Como uma das "Quatro Modernizações", a ciência e tecnologia na China deixou de ser monopólio do setor militar e passou a ser, com a segunda geração de dirigentes (Deng Xiaoping à frente), administrada por civis. Amaury P. de Oliveira aponta essa transferência de responsabilidades no setor como uma das linhas de força do processo de fusão dos dois Estados (Revolucionário e Desenvolvimentista), ao prestigiar, por exemplo, academias como a Chinesa de Ciência e a Chinesa de Engenheiros.

Importante salientar que este processo de transferência de responsabilidades se dá já num quadro de melhora das relações entre China e EUA, o que não serve de reprimenda intelectual à política de C&T ser gerida por militares, o que o próprio momento histórico de isolamento e guerra ao socialismo e a China justifica. Que isto fique um pouco claro para aqueles que gostam de dividir a China em antes de Deng e depois de Deng, trata-se de um processo (dado os compromissos políticos e ideológicos de Deng) de continuidade e descontinuidade.

Assim sendo, estas reformas institucionais foram produzindo a base — sob forma de cientistas altamente capazes — para o enfrentamento de desafios futuros e rumando, dessa forma, para a tão almejada autonomia tecnológica, colocando cientistas de renome chinês no primeiro altar da sociedade, daí já no início da década de 80 (12º Congresso do PCCh em 1982) o PCCh ter incluído os intelectuais, ao lado dos operários e camponeses, como corpo social de sustentação do partido na sociedade.

Sob o ponto de vista da conexão territorial e o papel da ciência e tecnologia na modernização, vale citar o exemplo da construção, a partir de 1985, na margem leste do rio Huang Po em Xangai, da Zona Econômica Especial de Pudong. Especificamente Xangai tornou-se o centro do entrosamento chinês com cadeias produtivas globais em setores como siderurgia, petroquímica, energia e telecomunicações, o que explica em boa parte a edificação desta zona, sem esquecermos do papel histórico (alguns séculos) que Xangai cumpriu como a porta chinesa para o mundo.

A exuberante área de 350 km da Zona de Pudong, outrora região de mangues, transformou-se em duas décadas no abrigo ideal, como pude observar pessoalmente, de grandes escritórios e laboratórios de processamento da mais alta tecnologia em amplos setores e alimentada por jovens doutores formados nas melhores universidades do mundo e que se reproduzem sem cessar nos recém-criados programas de mestrado e doutorado em território chinês na década de 90.

Voltarei a falar de Xangai, ou melhor, do delta do Rio Yang Tsé.

Ponto culminante neste processo foi o lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço em outubro de 2003. O fim da URSS abriu uma diáspora de cientistas espaciais e a China, ao lado dos EUA, foi quem mais se prevaleceu deste fato. Vale lembrar que este acontecimento teve tamanha importância

devido à quebra do monopólio desta tecnologia (somente Rússia e EUA a detinham) e marca, com certeza, a entrada da China no que se convencionou chamar de 3º Revolução Industrial.

Sob o ponto de vista de preparação da China à guerra comercial com os EUA, a tabela abaixo demonstra que, com o passar dos anos, o país tem aumentado o valor agregado de suas exportações, além de ter participação cada vez maior no comércio internacional em produtos de alta intensidade tecnológica. Isso sem falar que uma estatal chinesa é hoje proprietária majoritária do escritório de PC's da norte-americana IBM:

Competitividade no comércio internacional: 1985-2000 (anos selecionados)

Produto	1985	1990	1995	2000
1- Participação no comércio	1,6	2,8	4,8	6,1
1. Produtos primários	2,4	2,6	2,5	2,3
2. Manufaturas baseadas em recursos	1,1	1,3	2,1	2,7
3. Manufaturas sem base em recursos	1,5	3,4	6,1	7,8
Baixa Intensidade Tecnológica	4,5	9,1	15,5	18,7
Média INTEC	0,4	1,4	2,6	3,6
Alta INTEC	0,4	1,4	3,6	6,0
4. Outros	0,7	0,7	1,4	1,8
TI - Composição da pauta chinesa	100	100	100	100
1. Produtos primários	35,0	14,6	7,0	4,7
2. Manufaturas baseadas em recursos	13,6	8,2	7,4	6,9
3. Manufaturas sem base em recursos	50,0	76,2	84,6	87,1
Baixa INTEC	39,7	53,6	53,5	47,6
Média INTEC	7,7	15,4	16,9	17,3
Alta INTEC	2,6	7,3	14,2	22,4
4. Outros	1,4	0,8	1,0	1,1

FONTE: Boletim NEIT (UNICAMP) n. 5, agosto de 2004.

As Zonas Econômicas Especiais e a conexão mundial chinesa

O sudeste asiático, notadamente Coréia do Sul e Taiwan, era exemplo vivo de como retomar o esforço comercializador chinês, obtendo assim divisas externas para seu projeto de modernização e reservas cambiais que viabilizassem no futuro (hoje) uma política de juros propícia ao crédito. As Zonas de Processamento de Exportações (ZPE's) coreanas e taiwanesas foram à inspiração para a instalação em território chinês das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) como plataforma de exportações, processamento de tecnologia externa e também verdadeiros laboratórios econômicos e sociais, nos quais as técnicas e habilitações capitalistas pudessem ser observadas e assimiladas⁶.

Não falarei sobre o funcionamento destas zonas e nem de estatísticas econômicas a respeito, as atuais reservas cambiais chinesas e sua política de juros internos respondem por si só.

Outra preocupação, e por isso as ZEE's contém caráter estratégico, é atrelar estas zonas ao esforço de político de reunificação do país, enfim criar condições objetivas para o retorno de Hong-Kong, Macau e Taiwan ao seio da pátria. E a melhor forma encontrada para isto seria a institucionalização da política de "um país, dois sistemas" como formatação jurídica que coube a Hong-Kong e Macau, mas direcionada a Taiwan.

Muito bem, para isto as ZEE's deveriam ser o entrelaçamento do território chinês ao chamado mundo chinês do sudeste asiático, mundo chinês este com acúmulos de bilhões de US\$ e dotados de técnicas de gerenciamento de produção de ponta no mundo.

⁶ OLIVEIRA, A. Porto de: *"A dimensão territorial do reformismo chinês"*. Revista Tempo Brasileiro, n° 125, abr/jun. Rio de Janeiro. 1996.

Este entrelaçamento se dá de forma que tanto o tempo (história) quanto o espaço (geografia) se encontrassem e fizessem o território chinês. Assim as quatro primeiras ZEE's foram criadas em locais estudados e planejados de forma que a ZEE de Shenzhen, fizesse fronteira com Hong-Kong, a de Zhuhai com Macau, Xiamen em Fujian voltada para Taiwan e a de Shantou voltada para colônias chinesas no sudeste asiático.

Verdadeiras joint-ventures territoriais giram entre estas zonas e seus territórios-alvo, succionando investimentos externos de chineses ultramarinos que hoje correspondem a 62% dos IED's na China, criando meios para a reunificação do país (via sucção econômica) e condições objetivas para o enfrentamento do desenvolvimento do oeste chinês em curso hoje.

Em 1984, foram criadas outras 10 ZEE's. Em 1987, na esteira do 13º Congresso do PCCh todo o litoral chinês foi aberto, em 1992 todas as capitais de província e região autônoma e mais 52 cidades de fronteira, idem. Movimento que dá conta de um processo de conexão não somente pela via da Ásia do Pacífico, mas também da criação de uma ampla área de convergência econômica entre a China e as ex-repúblicas soviéticas (cooperação na área energética) fronteiriças ao noroeste e a reabertura de uma rota comercial entre a China e a Europa, reavivando o que em outro momento histórico Marco Pólo nomeou de Rota da Seda.

A raiz do planejamento estatal e os Triângulos de Desenvolvimento

Importante perdermos (ganharmos) tempo sobre esta questão da base territorial para o futuro enfrentamento com os EUA em um momento em que a década de 90 reduziu o papel da política e otimizou a da economia (dos economistas). Existem exceções no Brasil como os profs. Luiz Gonzaga Belluzzo do Instituto de Economia da Unicamp e Carlos Aguiar de Medeiros do Instituto de Economia da UFRJ, o primeiro considero o mais preparado dos

economistas do campo nacional, o segundo sempre com análises muito interessantes.

Digo, isto, traduzindo que infelizmente poucos analistas sobre a China estão "de olho" nesta questão primordial (território) e analisam (a realidade) somente a partir dos fenômenos macroeconômicos (câmbio, juros, etc.) que também são muito importantes, mas não é tudo e felizmente existe a geografia como a ciência das múltiplas determinações para dar conta dos fenômenos macroeconômicos como parte do todo que se materializa no território a partir da relação entre homem, Estado nacional e natureza.

Continuando, este processo de continentalização foi descrito por Deng Xiaoping, em metáfora chinesa, da seguinte forma: "Primeiro áreas pequenas, depois áreas maiores; primeiro pequenos triângulos, depois triângulos maiores, espalhando-se sempre de pontos para áreas".

Todo bom marxista deve ir à raiz para responder indagações. Deve buscar respostas na história. Toda essa dinâmica e capacidade dos chineses em planejar seu território, dividi-lo em diversos pontos e a partir disto buscar a maximização dos resultados na interação do homem com a natureza tem raiz no modo de produção asiático.

O modo de produção asiático correspondeu ao primeiro grande esforço de planejamento estatal (a cerca de 200 anos antes de Cristo, unificação do Império Chinês) ao intervir — com o apoio de massas camponesas — em imensas obras hidráulicas que permitiu ampliar as áreas agriculturáveis, a partir de áreas propícias (centrais) para áreas menos favorecidas pela natureza⁷.

⁷ MAMIGONIAN, Armen: *“Desenvolvimento Econômico e Questão Ambiental”*. *Cadernos da VII Semana de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Junho de 1997. Para uma melhor compreensão da relação entre homem e natureza e a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente nas grandes zonas climáticas do globo, ler os capítulos V e XIV de *O Capital*, escrito por K. Marx.

Esta capacidade milenar foi posta em prática com as reformas econômicas na medida em que a difusão pelo território nacional das técnicas assimiladas nas ZEE's se faziam necessárias, até por conta das pressões políticas de outras regiões do país que não se privilegiaram no processo.

Os Triângulos de Desenvolvimento elencados em três foram criados: o triângulo do delta do rio Yang Tsé (Grande Xangai), o triângulo do delta do rio das Pérolas (província de Guangdong, próximo de Hong-Kong) e o do delta do rio Minnan apoiado na ZEE de Xianmen.

Fica claro aí à utilização de vias fluviais para a interiorização das técnicas e posterior transporte de mercadorias para grandes portos no litoral que estavam (naquele momento) sendo ou remodelados ou construídos.

Novamente Xangai e a questão de Taiwan

Se o imperialismo e seu poderio industrial e financeiro conseguiu "emplacar" Nova Iorque como a capital do mundo, a China não fica atrás quando no ano de 1985 restabeleceu Xangai como o centro financeiro e industrial da nação, utilizando seu potencial de porta chinesa para o mundo, que o foi até a revolução de 1949, momento este em que a burguesia xanginesa trocou de filial ao se estabelecer em Hong Kong e Taiwan.

Como o centro do Triângulo de Desenvolvimento do delta do rio Yang Tsé (a grande Xangai conta com outras 15 cidades conurbadas), esta cidade passou a ser a vitrine da modernização chinesa para o mundo e o ponto de encontro que Amaury P. de Oliveira batizou de Circulo Internacional Chinês. Seu desenvolvimento impetuoso (média de 12% desde 1985 e responsável por 25% do PIB chinês em 2004) foi a responsável por elevar dois de seus ex-prefeitos para o núcleo da terceira geração dirigente: Jiang Zemin e Zhu Rongji.

É nesta perspectiva de retomada de Taiwan e a importância desta questão e o papel desta nas relações entre China e EUA que o papel de Xangai deve ser estudado, como o centro dinâmico da sucção econômica de Taiwan pelo continente.

O movimento de implantação de fábricas norte-americanas no continente, levou de roldão às empresas taiwaneses, tamanha era a economia em todo o processo produtivo, a fazerem o mesmo, e ao fazerem o mesmo, levaram não somente suas fábricas, mas também suas famílias para o continente. Mais especificamente para Xangai.

Novamente citando Oliveira, "*...centenas de milhares deles vivem hoje em áreas da Grande Xangai, onde florescem centros urbanos adaptados aos hábitos culturais taiwaneses.*"⁸. Eu particularmente pude conversar com pelo 15 desses taiwaneses que abrigam suas empresas no vale do rio Yang Tsé, vivem em residências luxuosas em Xangai e são totalmente contrários às investidas independentistas da ilha. Não eram contrários a pelo menos 20 anos atrás.

Este intercâmbio Taiwan-China não para de cessar, a julgar pelas mais de 6.000 unidades produtivas taiwanesas situadas no vale do rio Yang Tsé e nos mais de 300 cientistas taiwaneses que migram por ano ao continente. Maioria deles formados nos EUA e com larga experiência em administração de empresas tanto nos EUA, quanto em Taiwan. A partir de todo este dinamismo territorial e seu poder de convergência dos chineses ultramarinos, os chineses do continente, ou seja, o PCCh demonstra que se a política é a guerra feita por meios diferentes, a economia é a guerra feita por meios especiais.

⁸ OLIVEIRA, A. Porto de: "*O salto qualitativo de uma economia continental*". Política Externa, vol. II, nº 4, mar/abr/mai. São Paulo. 2003.

(3)

O processo de modernização chinês segue compasso com a forma que o país se utilizou dos diferentes momentos históricos, desde a Guerra Fria até a unipolaridade internacional.

A reaproximação com os EUA

De forma clara, a geopolítica, ou melhor, as relações internacionais que iriam garantir à China um ambiente externo propício para seu programa modernizados foram, de forma lenta, delineados já no início da década de 70 com a visita de Nixon ao país em 1972 (em meio à Revolução Cultural).

Esta visita valeu a assinatura do Comunicado de Xangai, que apesar das idiossincrasias inerentes, foi um passo muito importante para o esfriamento das tensas relações entre os dois países.

Este movimento de reaproximação entre a China e os EUA oficializada com a troca de embaixadas em 1979, deve ser visto sob dois pontos de vista, o ponto de vista chinês e o norte-americano.

Pelo lado chinês, reaproximar-se dos EUA era se utilizar da mesma regra que alertou Mao desde que a détente kruschoviana aproximou EUA e URSS.

Ao se aproximar dos EUA, a China demonstrava de um lado preocupação com sua segurança, pois escaramuças militares com a URSS ocorreram algumas vezes na fronteira entre os dois países, sendo que esta última aumentava progressivamente o número de soldados ao longo da fronteira com a China.

Outro movimento do lado chinês era claro: a necessidade de mais e melhores tecnologias. Para Mao isso era latente na medida em que técnicos de sua confiança ocupavam os postos-chave do Ministério das Indústrias de Petróleo (setor que mais cresceu durante a Revolução Cultural com a descoberta da imensa bacia de Daqing e que, portanto, passaram a gozar de enorme prestígio).

Tais técnicos pressionavam o governo central advertindo que se o país quisesse continuar a produzir no ritmo desejado pelo governo, seria necessária a exploração submarina (para o qual o país não dispunha de tecnologia). O conhecimento e técnicas ocidentais seriam imprescindíveis, e em tecnologia petrolífera os EUA eram os líderes mundiais⁹.

Já do ponto de vista norte-americano tratava de mais uma forma de desgastar mais sua inimiga principal, a URSS.

Neste contexto, a estratégia dos EUA de isolar a URSS foi determinante para a fase inicial de seu processo de modernização.

Mais um pouco sobre esta reaproximação

Vale a pena adentrarmos mais nas relações bilaterais entre China e EUA, notadamente no período que vai de 1978 até 1991 (fim da URSS), para entendermos o fato de a China ter — tendo em vista seus interesses estratégicos — "tirado" o maior proveito possível deste momento.

É o momento em que Deng Xiaoping redesenha a forma como a China iria atuar no cenário internacional. Para Deng, a defesa da paz e do desenvolvimento eram centrais na medida em que a Guerra Fria estava perdendo fôlego e a opinião pública internacional se movimentava contra uma possível guerra de mísseis carregados de ogivas nucleares.

⁹ SPENCE, Jonatan D.: "In search for modern China". W. W. Norton Company Inc. New York. 1996.

Para Deng, a China como o maior país em desenvolvimento do mundo poderia ser uma grande força em defesa de um mundo pacífico e seguro. Mundo este que seria benéfico não somente à China, mas também, ao conjunto de povos da África, Ásia e América Latina. Desta forma, acerca das elaborações em torno da "guerra e paz" é que a China passa a trabalhar, como parte, de um todo que envolve (no âmbito interno) a centralidade da construção econômica¹⁰

Voltando, entre 1978 e 1979, a ênfase na formação técnica ficou evidente com a disposição chinesa de enviar ao exterior de forma imediata 480 estudantes para 28 países. Outros 433 foram enviados aos EUA para formação em áreas que iam da matemática, física, química, à energia nuclear e engenharias mecânica e agrônômica, sem falar das áreas relacionadas à ciência da computação¹¹.

Do ponto de vista econômico, a melhora das relações em 1972 abriu caminho para a retomada, por parte da China, de importações maciças de grãos. Em 1978, mais precisamente no dia 19 de dezembro a Boeing anunciava a compra, por parte da China de três Jumbos 747. Neste mesmo dia o presidente da Coca-Cola em Atlanta (Estado da Geórgia) selou acordo para a venda de refrigerantes à China e abertura de uma fábrica para engarrafamento em Xangai. Em 28 de janeiro de 1979, Deng foi recebido por multidões em Washington, onde teve recepção de gala no Kennedy Center for Performing Arts e em seguida visitou Atlanta e Seattle para conhecer unidades industriais com quais a China fechou acordos.

¹⁰ CHENGXU, Yan: *"On Deng Xiaoping's Diplomatic Thought"*. China Institute for International Studies. Beijing. 2005.

¹¹ BAUM, Richard: *"China Four Modernizations: the new technological revolution"*. Boulder Collection. New York. 1980. P.170.

Esta visita serviu para incrementar o comércio entre as duas nações. Em 1980 os EUA estavam somente atrás de Hong Kong e Japão entre os maiores parceiros comerciais da China.

Consequências imediatas da reaproximação

Os Estados Unidos concederam, em 1979, à China o status de nação mais favorecida e em 1980 a classificaram como "nação em desenvolvimento", redundando em redução pela metade das tarifas, transformando a China em maior exportador (fora do GATT) de têxteis não regulados ao mercado norte-americano¹².

Este processo de abertura, contando com os interesses estratégicos norte-americanos de desgaste à URSS, levou à convergência de outro fator para a rapidez do processo de modernização chinesa, mais diretamente relacionado ao acesso ultra facilitado à linhas de crédito externo.

O Prof. Carlos Medeiros, frequentemente citado por mim, recorreu à D. Barney e seu livro editado em 1981 (China's Economy in Global Perspective) para demonstrar que, por exemplo em 1979, a China obteve empréstimos junto ao governo japonês com juros de 7,25% ao ano, ou seja uma taxa de juro inferior às praticadas pela OCDE aos países do Terceiro Mundo. Mais, neste mesmo ano a China viabilizou junto à bancos e países linhas de créditos que chegaram a US\$ 40 bilhões e outros US\$ 18 bilhões em 1980 vieram de um *pool* de governos¹³.

Se do ponto de vista interno a agricultura com o choque de consumo, cumpriu enorme papel na arrancada chinesa, a abertura do mercado norte-

¹² MEDEIROS, Carlos Aguiar de (1999): "Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China". Revista de Economia Política, vol.19, n°3, julho-setembro/1999.

¹³ Idem.

americano viabilizou, por sua vez, a dinamização da indústria leve, que levou a empregar na China milhões de pessoas, abrindo outro campo de crescimento (via consumo).

Assim fica exposta outra característica não explorada por vários especialistas e que foi chave como alicerce político às reformas: a reestruturação iniciou-se por setores industriais com natureza capital intensiva, ou seja, abrigam muita mão de obra, enquanto que a Perestroika soviética atacou setores que já não abrigavam grandes quantidades de mão-de-obra.

Este fator é chave para entender a relação interno-externo no sucesso dos primeiros anos da reforma.

Já o acesso ao crédito externo (além claro das exportações) deu suporte para a importação de unidades industriais de base (Departamento 1) completas, essenciais à modernização do país e que servem hoje em dia, por exemplo, como a base da modernização de setores como o ferroviário.

Pressões norte-americanas contra o Japão

Naturalmente que a crescente invasão de bens de consumo duráveis japoneses (principalmente carros), alimentados por empresas que inauguraram um novo tipo de engenharia produtiva (toyotismo), engenharia esta que as empresas norte-americanas não estavam conseguindo acompanhar, levaram os EUA a partirem para uma política de contenção à expansão econômica japonesa. Esta pressão é parte de uma política iniciada por Ronald Reagan de recuperar territórios perdidos tanto para à URSS (espaço político), quanto o Japão (espaço econômico).

Internamente adotou-se uma política keynesiana de financiamento à produção e a uma possível "Guerra nas Estrelas". Externamente, passou este

movimento a se direcionar rumo à sangria da periferia pela via do pagamento da dívida externa e a forçar o Japão de um lado a limitar suas exportações de automóveis aos EUA e de outro valorizar sua moeda, o yene, tornando desta forma a economia japonesa menos competitiva, com menor capacidade de entrada no mercado norte-americano.

A valorização do yene ante ao dólar, levou a moedas como o yuan chinês a se tomarem por seu turno altamente depreciadas com relação à moeda japonesa. Estava posta uma condição objetiva para a reorganização do comércio regional tendo em vista a necessidade de empresas asiáticas de se manterem dentro do mercado americano.

Nesta lógica, capitais foram direcionados para locais onde os custos de produção e o valor da terra urbana fosse mais convidativo. E na Ásia, a China foi o país que melhor apresentou as condições para o deslocamento destes capitais produtivos que vieram não somente do Japão, mas também de Taiwan e Hong-Kong.

Com o passar da década de 90 empresas europeias e norte-americanas também passaram a direcionar-se rumo a China e seu mercado, tornando a China no início do século XXI uma verdadeira "manufatura do mundo", e transformando, com seu dinamismo econômico, capitais norte-americanos e asiáticos em verdadeiros reféns.

Neste contexto podemos facilmente perceber que os superávits comerciais do Japão, de Taiwan e de Hong-Kong com os EUA tenderam a cair, enquanto que a China passou a ter elevados superávits que ao passar da década de 90 e mais precisamente hoje são enfrentados pelos EUA sob forma de pressões, genuinamente políticas, para a revisão da taxa de câmbio chinesa.

A história, portanto, se repete.

Fim da Guerra Fria: muda-se o tratamento à China

O fim da URSS em 1991 marcou uma viragem da política norte-americana com relação à China. Primeiro as condenações pelos acontecimentos de Tiananmen em 1989, depois o boicote dos EUA às tentativas chinesas de levar os Jogos Olímpicos ao país em 1996, entre outros como o bloqueio de pedidos de empréstimos chineses no Banco Mundial e a cada vez mais difícil renovação anual, por parte dos EUA, do status de "nação mais favorecida".

Mas a China, ao tornar os capitais estrangeiros reféns de seu dinamismo, criou as condições para este enfrentamento. Principalmente pela firmeza política de seu governo e sua característica básica de poder tomar decisões, ao contrário de outros países da Ásia (com exceção do Vietnã) independentes dos esquemas estratégicos norte-americanos.

Por outro lado, em contraponto aos interesses norte-americanos, a China e seu crescente poderio econômico tem podido, mantendo assim sua natureza terceiro-mundista, estreitar relações com toda a periferia capitalista, sobretudo com seus vizinhos, a África, a Ásia e a mais recentemente com a América Latina.

(4)

Entender, compreender, estudar ou elaborar algo que diz respeito ao futuro da China como nação e do futuro do socialismo como modo de produção nos leva a ter de passar em revista, se não todo, pelo menos uma grande parte deste processo modernizador.

E pelo menos uma parte de tal, acredito já termos passado — como diz meu amigo e economista Dilermando Toni — "pelo menos a vista": *curso chinês e do sudeste asiático entre 1945 e 1980, a fusão dos dois Estados (revolucionário e desenvolvimentista) na China em 1978, as primeiras reformas econômicas internas (reforma rural e implantação gradual das ZEE's) como o passo inicial para a formação em curso de uma economia continental (expansão ao oeste) e a solução das questões de Hong-Kong, Macau e Taiwan.*

Levantamos ainda alguma coisa a respeito da geopolítica da Reforma e Abertura iniciada com o reatamento das relações diplomáticas com os EUA e o curso posterior, *pari passu* com o fim da Guerra Fria e o aumento do poder chinês do esfriamento das relações entre as duas nações.

Para se termos uma ideia de como a China está se preparando para este embate, muito ainda a de ser analisado. Ficaremos hoje com a análise de um fator que causa arrepios a uma esquerda talmúdica¹⁴: os investimentos estrangeiros diretos (IED's) como fator estabilizador macroeconômico para fins de captação de capital e tecnologia avançada¹⁵.

IED's e controle de fluxos de capitais na China

No país em tela os IED's tomam características especiais, dado o fato deste país praticar algo urgente para países que como o Brasil caminham sempre próximo de uma grave crise cambial: o estrito controle dos fluxos internacionais de capitais.

¹⁴ Esquerda talmúdica, religiosa, dogmática, maniqueísta (bem e mal, étnico e não étnico, alianças políticas com honestos e não honestos). Talmúdica em alusão ao livro sagrado dos judeus, o *Talmud Tora*.

¹⁵ Não comprarei esta polêmica por aqui, quem quiser melhores e mais qualificadas opiniões a respeito recomendo a leitura do livro "*Fuga da História?*" escrito pelo filósofo italiano Domenico Losurdo e editado pela Revan.

No Brasil e em outros países, o não controle de tais fluxos, possibilitou a entrada de capitais estrangeiros que simplesmente destruíram nossa capacidade produtiva. A explicação para esse tipo de dumping está na conquista de um mercado potencial a partir da fusão da empresa local por outra estrangeira, que em seguida fecha a local.

Na lógica analisada anteriormente de tornar reféns de seu dinamismo, o grande capital internacional, pode-se advogar que no caso chinês os IED's (repetindo: atrelados a um controle de capitais) são enquadrados como meio para uma estratégia de desenvolvimento que envolve também objetivos políticos de longo alcance¹⁶, como veremos mais adiante.

O enquadramento institucional dos IED's

Os enquadramentos institucionais para a atração de IED's estiveram voltados durante toda a década de 80 e parte da de 90 para a atração destes às chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), sob a forma de joint ventures entre empresas estatais chinesas e empresas estrangeiras.

A partir daí eis que surge uma característica deste tipo de investimento na China: o capital estrangeiro como janela de investimentos e ponte para aquisição de novas tecnologias.

O país dotou de vantagens tarifárias, acesso à parte do amplo mercado doméstico efetivo e potencial e uma mão-de-obra que apesar de um trabalhador locado em alguma ZEE receber em média salários três vezes

¹⁶ JABBOUR, Elias M. K.: *“Infra-Estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China – O enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 06/04/2005. Pág. 24.

maiores que os verificados fora da mesma, ainda era muito mais barata que em outros lugares do mundo.

Em 1991, os IED's na China alcançaram a marca de US\$ 4,4 bilhões e cresceu mais de 10 vezes em doze anos alcançando US\$ 53,5 bilhões no ano de 2003.

Os IED's sob a forma de novas capacidades produtivas

Mas a lógica que a diferencia de outros países que incentivam este tipo de investimento está no que a literatura econômica chama de greenfield investments, que ao invés de agir no sentido de fundir ou proceder a aquisição de novas empresas, surgem como mola financeira para a construção de novas capacidades produtivas na China.

Neste caso os IED's na China tornam-se, neste caso objetivo, um dinamizador e não amortecedor para o conjunto da economia. A tabela abaixo demonstra claramente esta relação:

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS E VENDAS POR FUSÕES E AQUISIÇÕES

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002
F & A - Vendas (1)	798	2395	2.247	2.324	2.072
Entradas de IED'S (2)	43.751	40.319	46.772	46.876	52.700
(1) / (2)	1,8%	5,9%	5,5%	5,0%	3,9%

FONTE: Boletim NEIT (UNICAMP) — número 5 — agosto de 2004

O conteúdo do exposto na tabela e a forma com que o governo chinês trata os IED's demonstram que a tais são meio para o adensamento produtivo da China gerando aumento de valor agregado na indústria do país.

Este aumento foi clarificado anteriormente, nesta mesma série, com o aumento das exportações chinesas de produtos considerados de ponta.

Os IED's na China e seu alto grau de regionalização e a questão nacional

Outra característica dos IED's na China é o alto nível de regionalização: em 2002 60% destes investimentos no país eram provindos da Ásia. O fator econômico desta regionalização (já analisado) está principalmente na transferência de linhas de produção japonesas e coreanas para o país¹⁷.

Outro fator é de caráter estritamente político e tem relação com a transferência de unidades produtivas e capitais de Hong-Kong e Taiwan, além de chineses étnicos de Cingapura e Indonésia.

Deng Xiaoping em sua última atividade pública, realizada no ano de 1992 pelo sul do país estimulou de forma pessoal investidores destas localidades a investirem no país num claro apelo nacionalista que abrandou as desconfianças pós-Tiananmen.

Os resultados não tardaram a aparecer, ainda mais se verificarmos que antes de 1991, os IED's não chegavam a 1% do PIB chinês.

Ainda no papel deste tipo de investimento à solução da questão nacional chinesa, é importante um depoimento pessoal que se resume no fato de eu ter conhecido na cidade de Chongqing (meio-oeste chinês) um senhor de 79 anos de idade.

Trata-se de um chinês étnico nascido na Indonésia e que segundo ele, após 62 anos de trabalho e conseguido acumular a quantia de US\$ 2 milhões,

¹⁷ PUGA, Fernando; CASTRO, Lavínia; FERREIRA, Francisco Marcelo & NASCIMENTO, Marcelo: *“O Comércio Brasil-China: Situação Atual e Potencialidades de Crescimento”*. Trabalho Apresentado no seminário *“Brasil-China no Século XXI”*. BNDES. 26/04/2004.

decidiu por investir numa torre comercial na mesma cidade em que nos encontrávamos.

Os motivos que o levou a investir na China, além claro da liquidez do investimento, estavam em posições claramente nacionalistas.

Os IED's, a participação das transnacionais e os contratos em P&D

O grau de internacionalização da economia chinesa aumentou de apenas 2,4% em 1990 para cerca de 30% em 2004.

O atrelamento deste tipo de participação à transferência de tecnologia fica mais plausível com o fato de entre as 500 maiores empresas multinacionais do mundo, 416 têm investido na China em grandes projetos de alta e nova, assim como em P&D.

E até finais de junho de 2002, o número acumulado de empresas estrangeiras no país, com a aprovação do governo chinês, alcançou o número de 405.180, com montantes contratuais de US\$ 789,28 bilhões¹⁸.

Os IED's e o crescente peso da China

Em 1978, Taiwan (menor que a província sulista de Guangdong) tinha um volume de comércio exterior maior que o da China continental.

Em pouco mais de 25 anos a China não somente ultrapassou Taiwan como se transformou em um ponto de estabilidade econômica, abrindo altas possibilidades de comércio inter-regional. Estas possibilidades ganharam força com a atitude chinesa (não revisão de sua política cambial, evitando

¹⁸ *“China: novos avanços en abertura a exterior”*. China Internet Information Center. 11/12/2002. Para todos os dados deste subitem.

exportações predatórias direcionados a seus vizinhos asiáticos) durante a crise financeira asiática de 1997.

Os IED's é parte desta grande estratégia chinesa, que num primeiro plano consolidou-se regionalmente, integrando toda uma cadeia chinesa ultramarina. Hoje vai ganhando força, que dada sua grandeza territorial a coloca, inevitavelmente, no rumo oposto da maior potência econômica e militar do globo: os Estados Unidos da América.

(5)

O processo, já descrito, que envolveu a fusão (realizada por Deng Xiaoping) do Estado Revolucionário fundado em 1949 por Mao Tse-tung com o Estado Desenvolvimentista de tipologia semelhante ao verificado entre seus vizinhos da Ásia do Pacífico, determinando num processo irresistível de continuidade e descontinuidade, lançou luz à China de novas soluções.

Tais soluções devem em primeira mão, como opção já feita em 1949, continuar o processo de arranque do país, de uma situação de humilhações sequenciais iniciadas em 1840 à sua admissão no rol das nações que concorrem ao degrau da 3º Revolução Industrial.

Apesar da continuidade, no que cerne aos objetivos de longo alcance, o processo histórico iniciado em 1978 marca a viragem, o deslocamento de manobragem para este fim. Da preocupação exagerada com o progresso autóctone, sem ajuda externa, para uma opção de inserção soberana e destemida no que se convencionou chamar de globalização.

Tudo isto com o pano de fundo de reconstrução da dignidade nacional chinesa e da concepção de um socialismo que absorva o que de melhor o capitalismo acumulou em todas as áreas do conhecimento humano, desde a genética até técnicas de engenharias de produção de enormes e interligadas cadeias produtivas.

Tentando olhar de forma mais estratégica, a China está se constituindo, no país mais viável de uma região do globo, que por abrigar 75% da população mundial, 60% do PIB mundial e três quartos dos recursos energéticos auferidos no mundo¹⁹.

Após 27 anos de processo modernizador, não é difícil para qualquer cientista social medianamente competente antever que a ocupação — por parte deste país (que já se constitui hoje no dínamo econômico da Ásia) com 1,3 bilhão de habitantes, com mais de nove milhões de km² e crescendo a taxas médias de 9,3% — de seu lugar no mundo, prenuncie a formação de um novo bloco nacional de poder em condições de, nas próximas décadas, rivalizar com a Europa e os EUA.

Este Estado já é o maior receptor de investimentos estrangeiros diretos do mundo, possui reservas cambiais calculadas em US\$ 600 bilhões e de seu parque produtivo saem mais de 50% das câmeras produzidas no mundo, 30% das televisões e aparelhos de ar condicionado, 25% das máquinas de lavar roupa e quase 25% de geladeiras (20).

A partir de uma análise histórica, econômica, geográfica e também filosófica, a China já se constitui no contraponto a ser enfrentado pelos Estados Unidos no futuro, e esta contenda, como tento sempre argumentar terá a guerra comercial como espinha dorsal, cabe agora, para finalizar esta série, passarmos em revista diferenças substanciais destas duas sociedades e suas visões.

¹⁹ THEURET, Patrick: *“China-EUA: choque do século”*. *Revista Princípios* n^o79. Junho/julho de 2005.

Duas sociedades distintas

Se de um lado da guerra temos uma jovem nação com pouco mais de 500 anos e filha de imigrantes europeus fanaticamente protestantes, dispostos nesta nova terra de se erigir uma Nova Canaã, com objetivos civilizatórios de longo alcance a começar pela necessidade de se constituir um espaço vital para sua reprodução (qualquer semelhança não é mera coincidência).

E terminar pela imposição de seu way para o resto do mundo, da mesma forma que o Império Romano, Gengis Khan e Adolf Hitler o tentaram agregando o fato da base divina que se constituiu a construção de suas superestruturas de dominação.

Portanto um país pronto para levar seus valores para fora de suas fronteiras, utilizando-se de todos os meios para tal, inclusive, como temos assistido ao longo do século XX, utilizando-se do recurso das armas se necessário para fazer valer seus interesses comerciais e econômicos.

Do outro lado, um berço de civilização (juntamente com a Índia e a Mesopotâmia), com 8.000 anos de história ininterrupta, e unificado nacionalmente a mais de 2.500 com classe burocrática eleita sob forma de concursos públicos muito antes das revoluções burguesas europeias. Sua superestrutura foi moldada por um corpo ético e filosófico, o confucionismo.

Este anteparo ideológico para uma sociedade precocemente autocrática, porém servindo à uma extensa base camponesa que ao entregar ao Imperador seu excedente de produção a recebia em troca grandes obras que facilitavam em demasia sua reprodução em torno de grandes vales férteis.

Deste mesmo lado, o poder exercido, na ótica confuciana, era herança de tipo mandato dos céus, que poderia ser posto em xeque, ou perder a divindade na medida em que esse mandato passasse a ser inerte a manutenção das

grandes obras hidráulicas, daí a história desta civilização ser marcada por sucessivas revoltas camponesas, sendo que a última levou um Partido Comunista ao poder.

Inversamente, do outro lado temos uma sociedade calcada na ótica judaico-cristã que personifica na imagem nacional de um mandato mundial a ser exercido, na mais reacionária elaboração de tipo povo eleito de Deus. Internamente o poder é exercido por eleitos de Deus, à sociedade é impregnada a pior lógica conformista do tipo: "ele é rico porque foi escolhido", aos não escolhidos cabe à resignação e o consolo de um paraíso que talvez não venha.

A lógica de se trabalhar pelos "eleitos" é a tônica interna. No plano externo, povos rudes e ignorantes devem trabalhar para se "libertarem" e igualmente mirada e em satisfação da Nova Canaã.

Duas visões e estratégias de mundo diferentes

Como formações sociais altamente distintas, suas visões de mundo tendem a seguir tal lógica. Os Estados Unidos nascem já na investida por um rumo mercantil (pequena produção familiar) e industrial que conseqüentemente a colocaria de frente com sua metrópole, a Inglaterra e no plano interno com os senhores de escravos do Sul (Estados Confederados).

A China foi a mais prodigiosa nação do mundo até o século XVIII. Certamente por conta das sequentes pressões da base camponesa, o Estado chinês elevou substancialmente seu aparato tecnológico culminando em invenções que não cabem aqui comentários.

O fato de a terra, na China, prover todas as condições de sobrevivência e reprodução da nação transformou seu dinamismo anterior em atraso posterior,

pois a industrialização (expropriação camponesa) não estava na ordem dos acontecimentos na China, ao contrário da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, que por motivos variados partiram para programas industrializantes que na base do processo estava a unificação do mundo em um único mercado e conseqüentemente de contatos preliminares com nações como a China.

Outro elemento histórico a ser levado em consideração é relacionado ao expansionismo como forma de sobrevivência da nação norte-americana, enquanto que a China nunca foi uma potência expansionista.

O expansionismo chinês foi caracterizado por momentos em que dinastias não chinesas (mongóis e manchus) ocuparam o trono imperial. Dado este que vão ao encontro as seguintes assertivas de governantes chineses desde Mao Tse-tung, até hoje acerca do não intenção chinesa de se tornar uma potência hegemônica.

Dada as relações comerciais deficitárias que a China mantém com seus vizinhos, sua política para com a África e a América Latina, estes dados históricos acima descritos são suporte para tal.

Outra característica que contrapõe a China e os Estados Unidos está na ideia incutida entre os americanos e seus policymakers do Século Americano pautado na democracia e no livre mercado mundial. Esta ideia cabe aos democratas e republicanos (os dois partidos do grande capital), porém a forma de se expressar isto no mundo é diferenciada, dependendo de quem ocupar o cargo máximo da nação (democratas ou republicanos).

Do lado chinês, seu capitalismo industrial foi prematuramente solapado pela ocupação japonesa. O contato da China com o resto do mundo a partir e principalmente no início do século XIX foi marcado pela pilhagem e opressão e não na importação de nenhum modelo democrático ocidental.

Muito pelo contrário, a sanha imperialista contra a China serviu inclusive para o sustento da "liberdade" no centro do sistema, e em nome da "liberdade de comércio" que a fatídica Guerra do Ópio foi deflagrada — um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade.

Duas afirmações nacionais diferentes

Os Estados Unidos e seu imperialismo representam os maiores poderes corruptores da história das civilizações. Também o mais implacável, assassino e cruel poderio estatal atual.

Sua visão messiânica de mundo aliada com a necessidade crescente de manutenção de um nível absurdo de consumo de sua população tornam-se fenômeno único de cada vez maior interesse sob zonas inteiras do globo. Sua visão nacional é a síntese de um fascismo a cada dia mais violento.

A China e sua revolução, ao contrário, buscam a afirmação nacional como mediadora, no plano de melhora significativa das condições de vida de seu povo. No plano externo, a mediatriz por um mundo em que a paz e o desenvolvimento sejam o meio e o fim.

Enfim, duas afirmações nacionais diferentes, duas sociedades diferentes, dois poderes estatais diferentes, duas concepções ideológicas diferentes e dois modos de vida que se defrontarão.

E por que não dizemos: socialismo e capitalismo em confronto pela hegemonia política do planeta Terra?

X

ANEXO I - O que é socialismo de mercado?¹

Esta é a pergunta que mais aparece quando o assunto é China e quando a tarefa do pesquisador, do estudioso do tema é justificar o fato de aquele país ainda trilhar um caminho de consecução do socialismo. Muitos preferem resignar-se ao preconceito e a ideia de que socialismo é sinônimo de modelo soviético (sobre este modelo já falei anteriormente). Outros muitos se alojam nas ideias utopizantes de que socialismo é democracia em sua forma maximizada. Outros ainda jogam no time do socialismo com ar cristão ou zen do "pobre, porém belo". Enfim ninguém consegue entender socialismo e mercado como categorias preferindo buscar refúgio em Marx que em suma sintetizou o socialismo como o modo de produção que superaria o mercado. Ele não estava errado, mas a história de vez em quando se apoia na dialética e nos dá algumas rasteiras.

Vamos tentar compreender isto de forma didática e tranquila, sem grandes teses.

- O que é socialismo?

O radicalismo como método de pesquisa inerente ao marxismo deve ser buscado na resposta de tudo o que parece estranho ou compreensível. Portanto para se buscar uma resposta sobre o que é socialismo de mercado, o mais didático é separar o conceito em duas partes e buscar compreender o que

¹ Publicado no Diário Vermelho (www.vermelho.org.br) em 07 de setembro de 2005.

é uma coisa e o que é outra. No primeiro caso devemos olhar para nós mesmos e responder: o que é socialismo?

A resposta virá na hora: trata-se do modo de produção onde os meios de produção são socializados, onde o excedente de produção é gerido por toda a sociedade. É o modo de produção onde o poder político é exercido por uma superestrutura de tipo popular. Partido este que ao chegar ao poder em formações sociais periféricas, tornam-se necessariamente ante as ameaças de vários tipos do imperialismo hegemônico e em meio a complexidades internas, também partidos de cunho nacional.

Neste bojo, outra pergunta deve ser respondida: socialismo é a antítese do capitalismo, ou a superação do capitalismo? Se como eu achar que o socialismo é a superação do capitalismo devemos partir para a resposta de outras questões: em que sentido o socialismo é superior ao capitalismo? O que determina esta superação no campo da base econômica (na superestrutura tal é determinada pelo controle de um condomínio de tipo popular)?

Quando o exercício de elaboração de um raciocínio começa a ficar complicada devemos partir para a apreensão da resposta da primeira questão: socialismo é o modo produção onde os meios de produção são socializados, onde o bem-estar geral da sociedade é demandada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Simplificando a conversa, a capacidade de a sociedade consumir o que necessita, ter acesso ao máximo de lazer e cultura, tempo para estar com a família, ir pescar, passar o dia lendo ou brincando com os animais de estimação depende do nível de socialização da produção, da capacidade de as máquinas por si só tocarem adiante o processo produtivo enquanto os homens cuidam de si só.

Mas o exposto rapidamente acima é o que se convencionou chamar de "socialismo altamente desenvolvido". São as condições em infraestrutura (máquinas e mais máquinas sob o controle social) que determinam a superação do capitalismo pelo socialismo (do ponto de vista do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento das forças produtivas).

Por isso Marx elencou a Inglaterra, a Alemanha e a França como os países em condições (na época em que viveu) de transitar ao socialismo, pois nestes países já haviam uma classe operária desenvolvida, onde a luta política alcançou um ápice (revoluções de 1848) e onde as forças produtivas eram mais desenvolvidas (industrialização em andamento). Nas atuais condições em que chegou o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, podemos acrescentar aos países citados os Estados Unidos, o Japão e porque não a Coreia do Sul.

Voltaremos a isto.

- Mercado como categoria histórica

Socialismo é a superação do mercado. Sim é verdade, mas esquecemos sempre de trabalhar com esta tal ideia de superação, ideia que por si só é engendradora de uma outra categoria filosofia comumente chamada de processo (estudar filosofia é essencial neste e em todos os outros casos). Se partirmos para a assertiva de que a superação do mercado como meio de regulação de uma dada economia é mediada por um dado processo teremos de nos perguntar o que determina a realização de um processo. A resposta pode ser a seguinte: o que determina a realização de um processo são as condições objetivas e subjetivas. As condições subjetivas, no campo da política, é a

consecução, já referida, do poder popular. Não existe socialismo possível sem isso.

Já as condições objetivas neste caso podem ser simplificadas nas chamadas condições materiais para dada superação. Parece um pouco complicado, só parece. Mas vamos desenvolver o seguinte raciocínio: primeiro deixar de ver o mercado como um "demônio" a ser combatido, depois esquecer este termo sob seu aspecto econômico (local onde a oferta e a procura se encontram) para apreciar tal coisa como uma categoria histórica, que em suma é algo que tem início, meio e fim, assim como classes sociais, modos de produção, etc.

Ao historicizar tal categoria chegaremos a conclusão que mercado — apesar de se realizar plenamente nos marcos do capitalismo — é algo que existe a mais de 4.000 anos, ou seja, é inerente ao feudalismo, ao modo de produção asiático e também ao capitalismo. A questão que se deve levar em consideração é que tal meio de regulação econômica é inerente a economias onde não se produz tudo para todo mundo, escassez esta que deve ser mediada no tal jogo da oferta e da procura.

Por que Marx diz que o socialismo é a superação do mercado? Justamente porque o socialismo vem a substituir, superar, um modo de produção que maximizou as possibilidades de realização da mercadoria e da própria universalização da própria, ou seja, desenvolveu máquinas suficientes para produzir tudo para todo mundo. Daí a contradição básica do capitalismo estar no fato de a produção ser social e seu excedente privado (como pode haver fome no mundo se os alimentos produzidos podem suprir as atuais necessidades de mais de 12 bilhões de habitantes). A apropriação deste excedente privado é condição *sine qua non* para a reprodução da sociedade

num outro patamar, onde inclusive o mercado seja desnecessário tamanho desenvolvimento econômico de determinada formação social.

Se mercado é encarado como categoria histórica, temos de delimitar o seu fim a uma condição objetiva comum (mais uma vez repito: a condição subjetiva, o poder, é essencial) que é o desenvolvimento econômico em último estágio. Impossível acabar com relações mercantis de produção em sociedades pré-industriais, ou sociedades industriais subdesenvolvidas.

- Rasteiras da história

Infelizmente nem Marx, nem Engels assistiram ao surgimento do imperialismo, nem do capital financeiro. Não chegaram a assistir a radicalização da divisão internacional do trabalho em que a periferia colonial era "cortada na carne" para sustentar o esforço do centro do sistema. Também não viram por completo o corrompimento da classe operária europeia por este mesmo capital financeiro. Enfim deixaram para Lênin entender a não realização do socialismo nos países mais desenvolvidos do mundo. O socialismo desta forma entrou na ordem do dia justamente onde Marx nunca pensou que iria acontecer.

E aconteceu na Rússia, na China, no Vietnã, na África portuguesa, na América Latina. Daí meu amigo, como solucionar outra contradição básica sintetizada na contradição existente entre superestrutura x base econômica. Em outras palavras, como conceber um poder socialista onde as bases produtivas mal tinham alcançado a era pré-industrial?

Daí vem à questão do mercado. Tudo bem se abole o mercado, por outro lado não são relações socialistas que irão imperar e sim a especulação dado o fato de os camponeses serem os produtores e os colhedores. Indo

fundo no subjetivismo, abole-se o mercado, então como poderão surgir trocas econômicas entre campo e cidade e entre nações para acelerar a industrialização?

Todas estas perguntas assaltaram Lênin após tomar o poder num país destruído economicamente, em ruínas, daí vem ideias de trocas mercantis, concessões a empresas estrangeiras para obtenção de tecnologia (sem tecnologia avançada não existe socialismo), monopólio do comércio exterior para se controlar entradas e saídas de produtos, relações comerciais intensivas com os países capitalistas com a intenção (além de tecnologia) de gerir divisas fortes para a economia, etc (sugiro a leitura do artigo de Lênin "Sobre o imposto em espécie" escrito em 1921).

Neste sentido a história não brincou com a gente, apesar de ter gente que acha que a história e seus produtos são uma brincadeirainha.

- Os chineses

Os chineses viam-se num buraco sem fundo após o colapso do "modelo soviético" em seu país. Em 1978 a China ainda era um país muito pobre, inclusive com imensos bolsões de pobreza. O aparelho estatal socialista era contraditório com uma base econômica débil. Daí Deng Xiaoping desnudar velhos preconceitos como a ideia de mercado e capitalismo serem sinônimos, e o binômio socialismo e pobreza (até hoje muito forte em muitas elaborações ocidentais).

Marx colocou o socialismo como a etapa primária do comunismo, sendo que tal transição deveria ser concomitante com o desaparecimento das diferenças entre campo e cidade, trabalho manual e intelectual e entre trabalhador industrial e o camponês. Os chineses partindo de uma realidade

onde mais de 400 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com 80% de sua população ainda na zona rural, país sem autonomia tecnológica e com canais internos de investimento (extração do excedente camponês) estrangulados, se apropriaram da ideia de que a transição capitalismo e socialismo ser excessivamente longa, e que dada as condições concretas do país, o mesmo se encontrava e se encontrará durante um longo período de tempo na etapa primária do socialismo.

Socialismo de mercado neste caso é a formatação econômica de uma economia socialista em etapa inicial. Esta formatação econômica é caracterizada pela predominância do capital estatal ou coletivo nas áreas estratégicas do país, convivendo com iniciativa privadas e individuais, concedendo acordos com o capital estrangeiro para obtenção de capital e tecnologia, jogando todo o peso do mercado na alocação de recursos e melhorias múltiplas na produtividade do trabalho e na competitividade das empresas estatais. O Estado é o grande gerenciador desta economia, formando conglomerados estatais prontos para vencer a guerra comercial com o ocidente, planejando o curto, médio e longo prazos. Faz valer seu papel no controle macroeconômico do país, toca adiante projetos em infraestruturas estimadas em mais de US\$ 300 bilhões ao ano (durante o período do atual plano quinquenal).

Socialismo de mercado é a formatação econômica da transição ao socialismo pleno. As contradições inerentes a tal existem, são grandes e devem e são enfrentadas por lá. Afinal somente um Partido Comunista que passou 28 anos em luta armada para tomar o poder, adquiriu experiência com o colapso soviético, dirige uma nação com mais de 5.000 anos de história ininterrupta tem moral e condições para enfrentar os problemas de percurso. Afinal, a contradição é o próprio motor primário do desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA

BAUM, Richard: **China Four Modernizations: the new technological revolution**. Boulder Collection. New York. 1980. P.170.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**, Editora Paz e Terra, São Paulo. 1999.

CHENGXU, Yan. **On Deng Xiaoping's Diplomatic Thought**. China Institute for International Studies. Beijing. 2005.

China ABC 2004, Chapter 9: Environment's Protection. In: www.china.org.cn

China: novos avanços en abertura a exterior. **China Internet Information Center**. 11/12/2002.

China's railway to initiate two more speed-increases in 2003 and 2005. **China Daily**, 13/6/2002.

China's rural population in abject poverty falls by 2,9 million. **People's Daily**. 28/04/2005.

China's total trade volume hit US\$ 851,2 billion last year. **People's Daily**. 12/1/04.

CLIFORD, M. & ROBERTS, D. **Westward Ho!**. Business Week. October 2003.

DOLVEN, Ben. Building it — but will they come. **Far Eastern Economic Review**. September 4, 2003.

Comunicaciones sobre rieles de Shanghai: Uma longitude total de 400km en los próximas cinco anos. **China Internet Information Center**. 24/11/2002.

Desarrollo de la agricultura e economia rural. **Beijing Informa**. n° 5, fevereiro de 1999.

Dolven, Ben. Building it – But will they come. **Far Eastern Economic Review**. September 4, 2003.

Earlier zero agro-tax in China's 22 provinces pledged. **People's Daily**. 30/04/2005.

Electricity generated in Southwest China Has Huge Market. **People's Daily**. 3/7/2002.

Foreing giants take gas pipeline stake. **China Daily**. 2/7/2002.

Gás natural runs over 4,000 across China. **People's Daily**. 4/7/2002.

Having peaked in 1998, output fell steadily up in 2003, then recovered somewhat in 2004. www.chinaability.com. 06/01/2005.

How much benefit can 'n. 1 Document' bring to chinese farmers?. **People's Daily**. 20/04/2005

HIONGCHUN, Zhou. **Entrevista concedida a Elias Jabbour**. Conselho de Estado da República Popular da China. Pequim. 22/04/2004.

JABBOUR, Elias M. K.: **Infra-Estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China** – O enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 06/04/2005.

JABBOUR, E. **A China e seus investimentos em infra-estrutura**. Revista Princípios. Fev.-Mar.-Abr. 2004.

KOJIMA, R.: **Breakdown of Chinas's Policy of Restricting Population Movement**. The Development Economies, XXXIV. 4, december, 1996.

MAMIGONIAN, Armen: **Desenvolvimento Econômico e Questão Ambiental**. *Cadernos da VII Semana de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Junho de 1997.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Economia e política do Desenvolvimento Recente na China**. Revista de Economia Política. Vol.19, nº 3, julho-setembro/1999.

OLIVEIRA, A. Porto de: **O salto qualitativo de uma economia continental.** *Política Externa, vol. II, n° 4, mar/abr/mai.* São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. Porto de: **A dimensão territorial do reformismo chinês.** Revista Tempo Brasileiro, n° 125, abr/jun. Rio de Janeiro. 1996.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A nova geografia econômica do sudeste asiático: a China transtorna o jogo.** Cartas de Cingapura. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Jan/Abr. 1994.

OVERHOLDT, W. **The rise of China** — How economic reform is creating a new superpower. Cultural Difusion. New York. 1993.

POMAR, Vladimir. **China: o dragão do século XXI.** Ática. São Paulo. 1996.

SHIXUE, Jiang. **Entrevista concedida a Elias Jabbour.** Instituto de América Latina da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Pequim. 28/05/2004.

PENCE, Jonatan D. **In search for modern China.** W. W. Norton Company Inc. New York. 1996.

PUGA, Fernando; CASTRO, Lavínia; FERREIRA, Francisco Marcelo & NASCIMENTO, Marcelo: **O Comércio Brasil-China: Situação Atual e Potencialidades de Crescimento.** Trabalho Apresentado no seminário “Brasil-China no Século XXI”. BNDES. 26/04/2004.

Qinghai-Tibet Railway kicks off. **People’s Daily.** 6/6/2002.

RANGEL, Ignácio (1954): **O Desenvolvimento Econômico no Brasil.** In: **Obras Reunidas de Ignácio Rangel**, Vol. 1, pág. 41. Editora Contraponto, RJ, 2005.

RONG, Deng. **Deng Xiaoping and the Cultural Revolution: A Daughter Recalls the Critical Years.** Beijing. Foreign Language Press. 2002.

SING, A.: **The Plan, The Market and Evolucionary Economic Reform in China.** Unctad Discution Papers. Number 76. 1996.

SPENCE, Jonatan D. **In search for modern China**. W. W. Norton Company Inc. New York. 1996.

SUTTMEIER, R. & CONG, C.: **Chinass Brain Bank** — Leadership and Elitism in Chinese Science and Engineering. *Asian Survey*, vol. XXXIX/3. may-jun. 1999.

THEURET, Patrick: **China-EUA: choque do século**. *Revista Princípios* nº79. Junho/julho de 2005.

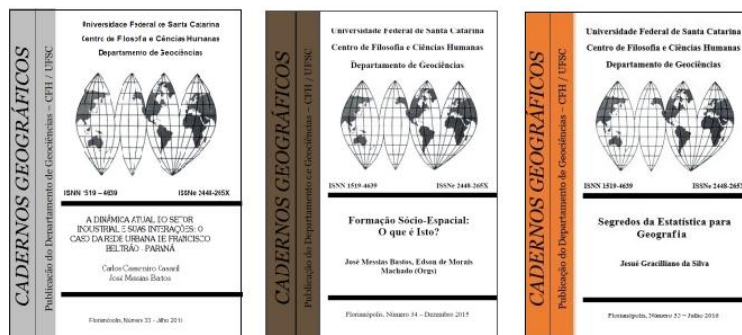
Three Gorges firm seeks listing. **China Daily**. 26/2/2002.

WALLERSTEIN, I. **The Capitalist World Economy**. London. Cambridge University Press. 1979.

WANCHUN, Pen: **The Dialectical Materialism and the Historical Materialism**. Beijing. Foreign Language Press. 1985.

ZHONGYUN, Luo. **Sector ferroviário impulsa crecimiento económico**. *Beijing Informa*. N. 47, 15 a 22/12/2002.

CADERNOS GEOGRÁFICOS



O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação lançada durante a XX Semana de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina-SEMAGeo/UFSC, no ano de 1999, através do departamento de Geociências, que já publicava há mais de dez anos, com muito êxito, a revista GEOSUL. O Cadernos Geográficos pretendia constituir-se em mais um meio de divulgação de temas geográficos e afins, fato consolidado ao longo das quase duas décadas de publicação.

A criação de mais um espaço alternativo para a veiculação de trabalhos acadêmicos surgiu da necessidade de oferecer uma nova oportunidade de serem divulgados os resultados das pesquisas desenvolvidas nos Laboratórios do Departamento, por professores, trabalhos elaborados pelos alunos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, bem como monografias, dissertações e teses defendidas na área de Geociência da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Primeiro número dos Cadernos Geográficos foi assinado pelo Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que apresentou um artigo inédito denominado “O Estudo Geográfico do Clima”, onde procurava advertir aos iniciantes da temática sobre a posição da climatologia no conjunto curricular da graduação em Geografia. Os números seguintes contaram com importantes

contribuições de grandes mestre da Geografia, entre eles o prof. João José Bigarella com a obra “Temas de Geologia Marinha” (C.G N° 03), o prof. Armen Mamigonian apresentando “A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley” (C.G N° 06), Carlos Augusto Figueiredo Monteiro colaborando novamente com a obra “A Questão Ambiental da Geografia do Brasil” (C.GN°05), Prof. João Lima Sant’ Anna de Neto publicando “História da Climatologia no Brasil” (C.G N°07), a obra “Formação de uma economia regional no Leste Asiático” do embaixador Amaury Porto de Oliveira (C.G N°13), além das publicações de outros diversos pesquisadores da área geográfica de todo o Brasil que abrangeram diferentes temas da geografia física e humana.

O Cadernos Geográficos almeja sempre contar com a colaboração de todos que desenvolvem trabalhos na área do conhecimento geográfico para sistematizar com qualidade as publicações acadêmicas iniciadas no ano de 1999, no sentido de ampliar as discussões temáticas e sobretudo a motivação para produção de estudos que permitem se aproximar da compreensão da realidade que nos envolve, como também contribuir para construir uma reflexão crítica sobre os caminhos a serem tomados no desenvolvimento da sociedade nacional, regional ou local.



Aquisição: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/>

Email: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Fone: (48) 3721-8613

Edições anteriores dos Cadernos Geográficos

Cadernos Geográficos Nº 01

Título: O Estudo Geográfico do Clima

Autor: Carlos Augusto Figueiredo Monteiro **Ano:** 1999

Cadernos Geográficos Nº 02

Título: Teorias Sobre a Industrialização Brasileira

Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2000

Cadernos Geográficos Nº03

Título: Temas de Geologia Marinha

Autor: João José Bigarella **Ano:** 2000

Cadernos Geográficos Nº 04

Título: As Relações Sociedade/Natureza e os Impactos da Desertificação nos Tópicos.

Autor: José Bueno Conti **Ano:** 2002

Cadernos Geográficos Nº 05

Título: A Questão Ambiental na Geografia do Brasil

Autor: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro **Ano:** 2003

Cadernos Geográficos Nº 06

Título: A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley

Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2003

Cadernos Geográficos Nº 07

Título: História da Climatologia no Brasil,
Gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico

Autor: João Lima Sant'Anna Neto **Ano:** 2004

Cadernos Geográficos Nº 08

Título: A Organização Mundial do Comércio e os países em desenvolvimento

Autor: Sérgio Buarque de Hollanda Filho **Ano:** 2005

Cadernos Geográficos Nº: 09

Título: Reestruturação Agroindustrial e Comercial no Brasil

Autor: Carlos José Espíndola; José Messias Bastos **Ano:** 2005

Cadernos Geográficos Nº 10

Título: FLORAM: Potencialidades de Florestas Sociais para Revalorização dos Espaço Agrícolas Disponíveis.

Autor: Aziz Nacib Ab' Saber **Ano:** 2006

Cadernos Geográficos Nº 12

Título: Nota sobre a Epistemologia da Geografia

Autor: Dirce Maria Antunes Suertegaray **Ano:**2005

Cadernos Geográficos Nº 11

Título: Dnâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho.

Autor: Fernando dos Santos Sampaio; Marcos Henrique Broietti; Marlon Clovis Medeiros
Ano:2005

Cadernos Geográficos Nº 13

Título: Formação de uma Economia Regional no Leste Asiático

Autor: Amaury Porto de Oliveira **Ano:**2006

Cadernos Geográficos Nº 14

Título: China: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado

Autor: Elias Jabbour **Ano:**2006

Cadernos Geográficos Nº 15

Título: O processo de Industrialização no sul do Brasil

Autor: Marcos Aurélio da Silva **Ano:**2006

Cadernos Geográficos Nº16

Título: A importância e a dinâmica da indústria de bens de capital para o desenvolvimento econômico brasileiro

Autor: Aloysio Marthins de Araújo Júnior **Ano:** 2007

Cadernos Geográficos Nº17

Título: A Contribuição de Alemães para a Formação Sócio-espacial Catarinense: O Caso da Grande Florianópolis

Autor: Karina Martins da Cruz **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº18

Título: A Indústria de Laticínios na Região Sul do Brasil: O Caso do Oeste Catarinense

Autor: Joel José de Souza **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº19

Título: As Ferrovias Brasileiras e a Expansão Recente para o Centro-Oeste

Autor: Ricardo Petrillo Fici **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº20

Título: A Geografia das Fusões e Aquisições de Empresas no Brasil

Autor: Domingos Sávio Corrêa **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº21

Título: A Produção de Maçãs no Sul do Brasil

Autor: Lucas Possedente Emerique **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº22

Título: Do Mar de Café ao Mar de Cana ou ainda um Mar de Braquiária: Transformações Estruturais e Composição da Área Agropecuária Paulista

Autor: José Sidnei Gonçalves **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº23

Título: A Geografia do Consumo de Alimentos e a Dinâmica do Setor Agroalimentar Brasileiro

Autor: Marlon Clovis Medeiros **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº24

Título: Litoral Catarinense: O Coletivo e o Individual entre a População de Origem Açoriana

Autor: Nazareno José de Campos **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 25

Título: Contribuição ao Estudo de Parques – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim.

Autor: Joel Pellerin **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 26:

Título: O Território Nacional na Análise da Atividade Pesqueira

Autor: Cesar Martins **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 27:

Título: Roteiros Geológico-Oceanográficos Costeiros ao Longo da Ilha de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

Autor: Norberto Olimiro Horn Filho **Ano:** 2012

Cadernos Geográficos Nº 28:

Título: Levantamento Socioeconômico com foco no Saneamento do Bairro Ilhota em Itapema – Santa Catarina

Autor: Rodrigo Cesar Cordova Bicudo Mereg (Coord) **Ano:** 2012

Cadernos Geográficos Nº 29:

Título: Sistema Portuário da Coréia do Sul: Com Referência ao Porto de Busan

Autor: Lee, Mej Joung **Ano:** 2013

Cadernos Geográficos Nº 30:

Título: Dinâmica territorial na região de Chapecó: Estratégias e Conflitos

Autor: Luiz Fernando Scheibe (Org); Cristina Benedet; Livia Guilardi; Sidinei Nierdele; Stella Maris Veiga **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos Nº 31:

Título: Abertura Comercial, Crise e Reestrutura Produtiva na Grande Empresa Têxtil do Médio Vale do Itajaí: Mitos e Verdades

Autor: Ivo Raulino **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos Nº 32:

Título: Desempenho Exportador Brasileiro e o transporte de cargas nos Portos e Terminais de Uso Privativo

Autor: Carlos José Espíndola **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos Nº 33: Título: A dinâmica atual do setor industrial e suas interações: o caso da Rede Urbana de Francisco Beltrão – Paraná

Autor: Carlos Cassemiro Casaril e José Messias Bastos **Ano:** 2015

Cadernos Geográficos Nº 34:

Título: Formação Sócio-Espacial: O que é isto?

Autor: José Messias Bastos e Edson de Moraes Machado (Organização) **Ano:** 2015-2

Cadernos Geográficos Nº 35:

Título: Segredos da Estatística para Geografia

Autor: Jesué Graciliano da Silva **Ano:** 2016-1

Cadernos Geográficos Nº 36:

Título: Investigações climáticas em eventos extremos: análises socionaturais

Autor: Alberto E. Franke, João A. Zavattini, Mikon P. A. Alves e; Rafael B. Silveira **Ano:** 2017.

Cadernos Geográficos Nº 37:

Título: Navegações e Portos no Brasil e no Mundo

Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2017.

SÉRIE LIVROS GEOGRÁFICOS

A Série Livros Geográficos consiste em mais um esforço editorial do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina que, após o sucesso da revista GEOSUL, recomeçou com os Cadernos Geográficos, que estão sendo publicados com grande sucesso de público, incluindo versão eletrônica. E continuou com a revista Geografia Econômica: Anais de geografia Econômica e Social, até desembocar, no ano de 2008, na série Livros Geográficos. Nesta, tem-se o privilégio de poder editar obras de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, João José Bigarella, Jean Tricart, Armen Mamigonian, Amaury Porto de Oliveira e C. M. Delgado de Carvalho.

Os Livros Geográficos buscam enfrentar um verdadeiro nó-de-estrangulamento que consiste na dificuldade de divulgação de trabalhos acadêmicos de alto nível, mas considerados pouco comerciais pelas editoras privadas, através da edição de grandes obras e se tornando acessíveis à estudantes, professores e estudiosos da grande área do conhecimento geográfico.

Solicitações:

www.cadernosgeograficos.ufsc.br
cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR – GCN – CFH – UFSC)

VOLUME VIII

Título: A Geografia neste agora e num certo outrora



Autor: Carlos Augusto Figueiredo Monteiro

Florianópolis: IIG/GCN/CFH/UFSC, 2020. 272 pág. – (Livros Geográficos; VIII)

O autor e a obra:

Prestes a completar 93 anos, Carlos Augusto nos brinda com suas incursões iniciadas a mais de três décadas, após sua aposentaria, quando passou a preencher de forma ousada e corajosa uma lacuna ainda vaga e embrionária no Brasil, a saber, a união entre sua ciência mater, a Geografia, e o universo complexo e incomensurável da Cultura. Desse esforço hercúleo de aproximar a passos largos a Ciência e a Arte como um par indissociável e complementar, – algo que toma como um processo continuum de “queimar etapas” na geografia brasileira, um tanto quanto deficitária nesta temática ao longo da segunda metade do século XX e mesmo pelas novas gerações de geógrafos – nosso mestre-aprendiz, em um incessante ato dúplice, amplia as fronteiras da elaboração e da criação, como um salto dialético em vida que transpassa as barreiras da fundante escola de Climatologia Geográfica Brasileira para as fileiras ontológicas dos ser sertanejo profundamente nacional ligado às suas raízes culturais e regionais.

VOLUME VII

Título: Milton Santos: Correspondente do Jornal A Tarde 1950 – 1960



Organizadores: Maria Auxiliadora da Silva; Willian Antunes

Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2019. 527 pág. – (Série Livros Geográficos; VII)

O autor e a obra:

O VII livro da Série Cadernos Geográficos reúne os artigos do professor Milton Santos originalmente publicados pelo jornal “A TARDE” entre 1949 e 1963.

A rica obra que o livro apresenta foi reunida pelo trabalho hercúleo de Maria Auxiliadora da Silva e Willian Antunes. Filho de professores do ensino público do interior da Bahia, Milton Santos cursou ensino secundário de alto nível em Salvador, destacando-se no colégio a ponto de dar aulas particulares a alguns colegas. Realidade que permitiu renda extra para frequentar boas livrarias da cidade. Exerceu, logo, liderança estudantil (cabeça de chapa do PCB em diretoria estudantil), convivendo com a ebulição política da conjuntura da 2ª Grande Guerra. As suas experiências o levaram a assumir uma postura nacionalista, de esquerda, e uma visão otimista, que aparecem nos textos desse

livro e em sua vida acadêmica, mesmo nas suas fases teóricas distintas, como em *Por uma Geografia Nova* (1978), e em *A natureza do espaço* (1996), diferentes uma da outra.

Os textos selecionados pelos organizadores foram classificados em nove capítulos, tal a variedade dos temas abordados. Começou-se com Estudos sobre a zona do cacau, região que deu origem ao primeiro livro consagrado de Milton Santos, terminaram com *Visita a uma revolução*, relatos sobre a viagem à Cuba em 1960, acompanhando Jânio Quadros e vários jornalistas brasileiros convidados, onde expõe suas impressões pessoais positivas e negativas.

Maria Auxiliadora e Willian chamam a atenção para as ideias expostas nos anos 1950 e que foram aprofundadas décadas depois: a geografia como uma “filosofia das técnicas”, por exemplo, também para os textos referentes à África e à Europa, que acrescidos aos de Cuba, criaram em Milton Santos a ideia de que os geógrafos brasileiros deveriam se desbruchar sobre o mundo todo, demonstrando maturidade e independência em relação à geografia do centro do sistema capitalista.

Tendo falecido em junho de 2001 aos 75 anos, Milton Santos foi considerado o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Por ocasião de seu falecimento, Aziz Ab’Saber assinalou Milton foi um filósofo da geografia comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antônio Cândido lembrou que nos trabalhos de Milton o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade.

Em Milton Santos há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização sua etapa suprema, diferindo da visão açucarada de D. Harvey (Condição pós-moderna), que nega a existência das relações centro-periferia. Milton teve a coragem de apontar China e Índia como países inseridos de

forma ativa e não passiva na chamada globalização e afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista”. Intelectuais como Milton Santos, com raízes naturais e populares, nas regiões e países atrasados, são fundamentais para contrapor a tendência ao pensamento único e a perda do espírito crítico que levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

VOLUME VI

Título: O Brasil Meridional: Estudo Econômico sobre os estados do Sul: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1910)



Autor: C. M. Delgado de Carvalho

Tradução: Ana Gallotti Mamigonian

Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2016. 326 pág. – (Série Livros Geográficos; VI)

O autor e a obra:

Delgado de Carvalho (1884-1980) foi durante a vida todo um intelectual infatigável, imbuído da ideia de missão, própria dos intelectuais brasileiros de seu tempo, no sentido de desvendar a realidade brasileira e a partir daí difundir ao máximo os resultados alcançados.

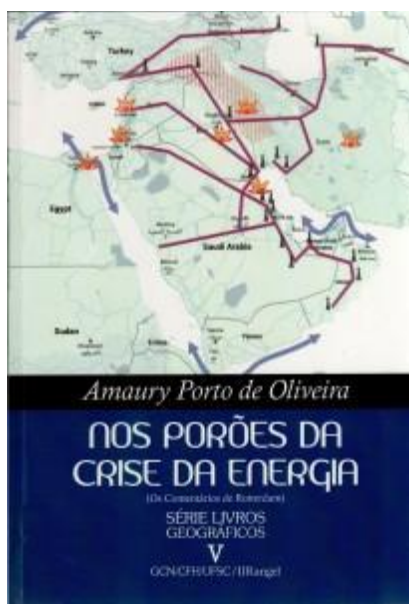
Le Brésil Meridional foi sua tese de doutorado, em edição melhorada e ampliada, pois, tendo estado no Brasil Brasil para preparar sua defesa na École des Sciences Politiques, recolhendo bibliografia, realizando viagens e estudando H. Morise (Clima), Orville Derby (geologia e relevo) e Nieppe da Silva (hidrografia), sentiu necessidade, ao se instalar definitivamente no Brasil, de aprofundar seus conhecimentos e assim realizou prolongadas viagens e

paradas, como no Porto do Rio Grande em ampliação, assinalando a importância dos projetos de engenharia, ou também no Vale do Itajaí, onde no Salto Weissback, nas proximidades de Blumenau, entrevistou colonos alemães e assim por diante.

Na delimitação do Brasil Merional, na presente obra, apoiou-se na proposta de E. Reclus (1893), assumindo a importância da escala regional nos estudos geográficos. Mesmo após uma nova regionalização brasileira, o estudo de Delgado de Carvalho não é invalidado, pois, além das divisões de São Paulo (café), Paraná e Santa Catarina (mate) e Rio Grande do Sul (pecuária), Delgado estudou muito seriamente as áreas de imigração dos quatro estados, denominador comum de todos eles. Assim, hoje em dia, ninguém mais considera o sul do Brasil como periferia do Brasil sudeste. Por tudo isto, a tradução de *Le Brésil Meridional* e de toda a enorme produção geográfica de Delgado de Carvalho deveriam se tornar leitura obrigatória de todos os geógrafos, os mais idosos e os mais novos, para que a geografia brasileira possa retomar o papel de ciência importante para a compreensão e transformação do Brasil.

VOLUME V

Título: Nos Porões da Crise da Energia – Os comentários de Rotterdam



Autor: Amaury Porto de Oliveira

Florianópolis: UFSC / CFH / NUPPe / IIRangel, 2015. 424 pág. – (Série Livros Geográficos; V)

O autor e a obra:

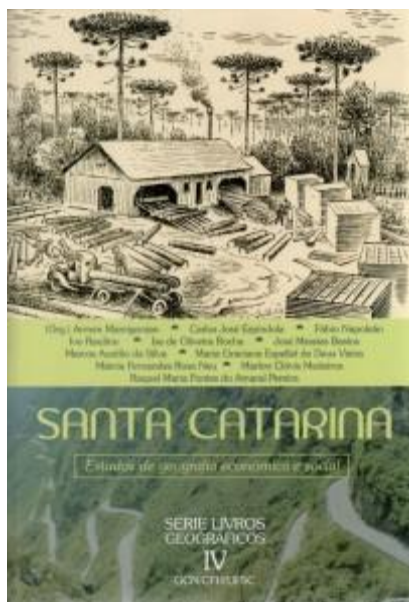
Amaury Porto de Oliveira talvez seja o intelectual brasileiro que mais avançou no estudo das questões geopolíticas que regem o mundo de hoje. Tendo se interessado, como encarregado dos negócios brasileiros no exterior, pela questão do conflito entre árabes e judeus e do nacionalismo árabe, aprofundou estas temáticas até chegar à questão do petróleo e daí à questão energética mundial, importantíssima hoje em dia, inclusive na disputa entre os EUA e a China pela liderança mundial. Outra questão geopolítica estudada por ele é a da emergência dos países asiáticos da orla do Pacífico. Amaury chama a atenção para a importância do Japão e de seu modelo econômico, imitado pelos “tigres”, e depois passou a estudar a República Popular da China, o grande “dragão” atual, também parcialmente discípulo do Japão.

Suas cartas de Cingapura, difundidas no Brasil pelo IEA da USP, alcançaram muitos leitores em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Florianópolis, entre outros centros universitários, estimulando intelectuais como Antônio Barros de Castro a participar do debate. Em Florianópolis a UFSC e a UDESC, em particular os professores de geografia econômica, foram amplamente beneficiados pela sua presença, com palestras para os cursos de graduação e pós-graduação durante vários anos, além de artigos reunidos no Cadernos Geográficos da UFSC intitulado “Formação de um economia regional no Leste Asiático”, de 2006. Sua generosidade resultou também em várias doações de livros e revistas para o Núcleo de Estudos Asiáticos da UFSC, em sala que recebeu em 2014 o nome de “Embaixador Amaury Porto de Oliveira”.

O livro, ora publicado, transmite uma visão pessoal, mas bem informada, de um jogo global ocorrido nos anos de 1970, graças ao acompanhamento diário do mesmo, através da imprensa internacional, de cartas semanais, revistas especializadas e livros, além das conversas com especialistas. Permitem, em suma, que se vislumbrem arcanos da Crise da Energia e se obtenham elementos de compreensão das rivalidades de hoje.

VOLUME IV

Título: Santa Catarina – Estudos de Geografia Econômica e Social



Autor: (Org.) Armen Mamigonian; Carlos José Espindola; Fábio Napoleão; Ivo Raulino; Isa de Oliveira Rocha; José Messias Bastos; Marcos Aurélio da Silva; Maria Graciana Espellet de Deus Vieira; Márcia Fernandes Rosa Neu; Marlon Clóvis Medeiros; Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. 474 pág.–(Série Livros Geográficos; IV)

A obra:

Embora dispondo de extensão territorial inferior à maioria das unidades da federação (1,12% do território brasileiro, sendo o 20º em área), a economia catarinense se qualifica entre as mais dinâmicas do país, resultando em forte presença nacional, creditada ao processo de acumulação capitalista ancorado em formações sociais fundamentadas na pequena produção mercantil, base do avanço produtivo regional. Em meados dos anos de 1980, em Santa Catarina, os grandes grupos privados de projeção nacional eram todos eles industriais e se dispersavam pelas várias regiões: Sadia e Perdigão no Oeste; Hering, Artex, Tigre-Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski na

Catarina com o mundo. Do quinto exportador brasileiro em 1999, com participação de 5,35% das exportações nacionais, graças aos produtos manufaturados (têxteis, motores elétricos, autopeças, etc.), caiu a décima colocação em 2009, com total de 4,20%. Não surpreende, neste meio, que tenha sido ultrapassada por Mato Grosso, Pará e Espírito Santo, exportadores de commodities. Mais surpreendente é o fato do Estado ter registrado superávit comercial com o exterior US\$ 3,4 bilhões de 2004, declinando sua presença nos anos seguintes até chegar ao humilhante déficit comercial de US\$ 857 milhões em 2009.

As causas desses dados chocantes ligam-se a absurda política econômica de câmbio supervalorizado, que estimula importação e prejudica exportações, acoplada aos juros altíssimos, que atraem a especulação financeira nacional e internacional. O Brasil vive nos últimos anos sob uma política econômica esquizofrênica: Mântega e o BNDES pisa no acelerador, enquanto que o BC pisa no freio a pretexto de combater a inflação. É esse o eixo norteador do debate proposto pelos autores, que procuram elucidar a questão do desenvolvimento regional e setorial do estado de Santa Catarina lastreados pelo paradigma interpretativo de formação sócio-espacial, superando visões fantasiosas e limitadas que há muito já deveriam ter sido superadas.

Os estudos reunidos no livro tratam inicialmente das questões ligadas à formação social catarinense, assinados por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Maria Graciana Espellet de Deus Vieira e Marcos Aurélio da Silva. Em seguida aparecem estudos sobre o setor industrial, de autoria de Armen Mamigonian, Fábio Napoleão, Ivo Raulino e Isa de Oliveira Rocha. As agro-indústrias da carne e do arroz são tratadas por Carlos José Espíndola e Marlon Clóvis Medeiros, respectivamente. Os estudos sobre o setor comercial de S.Catarina, de José Messias Bastos, e dos portos catarinense, de Márcia Fernandes da Rosa Neu encerram a relação de onze ensaios que procuram jogar luz sobre a realidade estadual.

VOLUME III

Título: Da Teoria à Prática da Geografia Global – Abordagem Transdisciplinar

Proposta por Jean TRICART



Autor: Teresa Cardoso da Silva (Org.)

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2011. 294 pág. – (Série Livros Geográficos; III)

A obra:

Jean L.F. Tricart nasceu em Montmorency, França, em 16 de setembro de 1920. Diplomou-se em Geografia e História em 1942, seguido do Doctorate de Etat na Sorbonne, com a tese principal sobre a Morfologia do Leste da Bacia de Paris e outra secundária sobre o cultivo de frutíferas na Região Parisiense. Jean Tricart foi um pioneiro em vários campos da ciência geográfica e no aperfeiçoamento de métodos e técnicas de investigação no campo e de georreferenciamento, com base na utilização dos registros de Sensores Remotos. Segundo ele próprio declarou (1987): Através da Geomorfologia e das reconstruções paleoclimáticas tentei aumentar o meu campo de visão e passei a relacionar geomorfologia/pedologia, geomorfologia/hidrologia, geomorfologia/geologia, para depois chegar a uma aproximação integrada

(sistêmica) do meio natural, com vistas a sua gestão e seu planejamento (TRICART, 1987).

Os resultados de suas pesquisas conduziram a consultorias de Organizações internacionais como UNESCO, FAO, em programas de países da África (Argélia, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Togo, Nigéria e Sudão) e da América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Peru, Colômbia, Chile, e outros).

O livro apresenta uma coletânea de textos elaborados por uma equipe multidisciplinar composta por professores, pesquisadores e técnicos de Universidades e Órgãos especializados em vários campos das Ciências Geográficas e afins. A maioria dentre eles foram discípulos de TRICART e absorveram seus ensinamentos por meio de aulas, palestras, levantamentos de campo ou que assimilaram e discutiram suas idéias apresentadas em Congressos, Seminários e Reuniões Técnicas. A obra foi dividida em quatro partes, sendo elas: Fundamentos, Conceitos e Métodos; Depoimentos, Comentários e Reflexões sobre a Obra de Jean Tricart; Concepção Ecodinâmica Aplicada à Estudos de Problemas Ambientais; Sugestões de Estudos e Projetos em Áreas Prioritárias; além das considerações finais.

VOLUME II

Título: A Serra do Mar e a Planície Costeira do Paraná- Um problema de segurança ambiental e nacional



Autor: João José Bigarella, Roberto Klein (*In Memoriam*), Jaime Loyola e Silva, Everton Passos.

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág. – (Série Livros Geográficos; II)

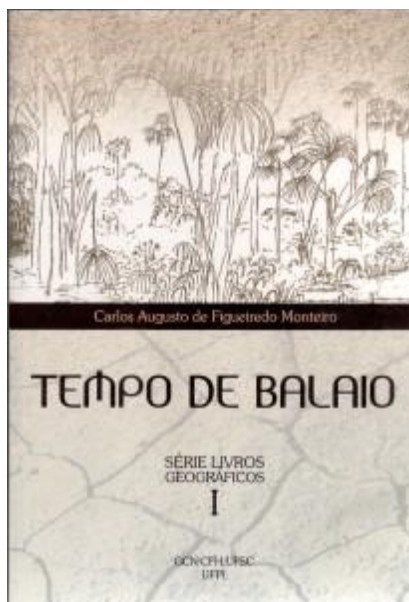
O autor e a obra:

O professor João José Bigarella nasceu em 1923 em Curitiba. É engenheiro Químico, formado pela Universidade Federal do Paraná, onde também realizou seu doutorado em Ciências Físicas e Químicas. Em 1956 ingressou no Ensino Superior, tornando-se Professor Catedrático em Mineralogia e Geologia Econômica na UFPR. Colaborou com os programas de Pós-Graduação de Pós-Graduação das Universidades de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como da Universidade de São Paulo. Em seus estudos sobre a América Latina e África, tornou-se um profundo conhecedor em paleoambientes, ambiente eólico e da problemática ambiental em geral.

O presente trabalho representa uma importante contribuição para os estudos integrados do sistema natural e destaca o forte apelo para a preservação ambiental. Para a compreensão dessa importante área do território parananense, combinando serra, planície e baía, foram analisados os aspectos geológicos, geomorfológicos, sedimentológicos, hidrológicos, climáticos e botânicos, como também realizados inúmeros trabalhos de campo, coletando amostras e descrevendo diversos aspectos da paisagem. As amostras receberam amostras laboratoriais e analíticas, tendo sido criados com os resultados inúmeras figuras, visando facilitar o entendimento das diversas características sedimentológicas. Tópicos da legislação ambiental foram salientados, bem como as consequências da interferência antrópica.

VOLUME I

Título: Tempo de Balaio



Autor: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág. – (Série Livros Geográficos; II)

O autor e a obra:

Nascido em 1927, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, piauiense, natural de Teresina, é geógrafo licenciado em Geografia e História na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de Brasília, Rio de Janeiro, com complementação na Universidade de Paris (Sorbonne). Em 1955 iniciou, em Florianópolis, sua carreira de magistério superior como responsável pela cadeira de Geografia Física na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia. Atuou até 1959, sendo convidado a ser coordenador da elaboração do Atlas Geográfico de Santa Catarina, publicado em 1958, obra pioneira no Brasil.

“Tempo de Balaio” resulta de uma obra composta por cinco volumes, fartamente ilustrados e com cerca de duas mil páginas, centralizadas na saga de uma família piauiense entre 1850 e 1950, abrangendo quatro gerações. O primeiro volume, título da presente obra, focaliza a província do Piauí em

meados do século XIX, o que embora indelevelmente marcado pela Balaiada-movimento revolucionário que percorreu o território piauiense do delta do Paranaíba até a fronteira com a Bahia – mas que, para melhor compreensão acabou retrocedendo às origens do povoamento daquela pouca conhecida unidade da federação brasileira, podendo ser considerado um subsídio à compreensão histórica da terra e da gente do Piauí. Essa introdução é seguida pela série de quatro volumes, rotulada “Rua da Glória” (o antigo nome da rua em que nasceu Carlos Augusto e que viveu até os dezoito anos em Teresina), cada um deles centralizado em cada uma das etapas dos troncos familiares: bisavós (Rumo à Cidade Nascente); avós (As Armas e as Máquinas); pais (No tempo dos Revoltosos) e individual (O Tamanho de Uma Esperança).

Solicitações:

www.cadernosgeograficos.ufsc.br

cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR – GCN – CFH – UFSC)

PERFIL DA SÉRIE CADERNOS GEOGRÁFICOS

PARÂMETROS PARA ACEITAÇÃO DE OBRAS E INSTRUÇÕES

A Série Cadernos Geográficos aceitará pesquisas científicas empíricas ou teóricas. Poderão ser organizados, após consulta a Comissão Editorial, números especiais ou dossiês temáticos que poderão ser compostos por mais de um autor.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

As obras a serem enviadas para análise para publicação devem ser em tamanho A4, digitados em Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, letra Times New Roman, tamanho 12.

Todos os textos devem ser enviados em versão eletrônica (cadernosgeograficos@contato.ufsc.br), acompanhados de uma folha, em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, e endereço para correspondência.

As tabelas e figuras devem ser entregues em folha à parte, indicando no corpo do texto o local da sua inserção. As tabelas devem ser geradas no próprio Word. As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa boa resolução e não exceder o tamanho de 23 x 16 cm.

Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT.

As notas devem constar no rodapé.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto.

A seleção dos textos será realizada por pareceristas do Conselho Científico.

No processo de seleção consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto re-encaminhado ao autor para modificações ou texto recusado.

Endereço para correspondência e assinatura:

Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Geociências

Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais

Campus Universitário – Trindade

88.040-900 – Florianópolis – SC

Telefone: (00 XX 55) 48 3721-8637

E-mail: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Pedidos/informações: www.cadernosgeograficos.ufsc.br